

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS
Departamento de História

Marcos Aurelio Santana Rodrigues

**Presença Anarquista no
Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2003

Presença Anarquista no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

Marcos Aurelio Santana Rodrigues

Departamento de História / IFCS / CFCH
Bacharelado em História

Orientadora: Magda Maria Jaolino Torres
Mestra em História

Rio de Janeiro
2003

Presença Anarquista no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Marcos Aurelio Santana Rodrigues

Monografia submetida ao corpo docente do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof. _____ - Orientador

Prof. _____

Prof. _____

Rio de Janeiro

2003

Ficha catalográfica

Rodrigues, Marcos Aurelio Santana.

Presença Anarquista no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro / Marcos Aurelio Santana Rodrigues. – Rio de Janeiro, 2003.

xiv, 153 f.

Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Departamento de História, 2003.

Orientadora: Magda Maria Jaolino Torres

1. Anarquismo. 2. Comunismo 3. Sindicalismo 4. Documentos. 5. História – Monografias. I. Torres, Magda Maria Jaolino (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História. III. Título.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à memória dos anarquistas, que muito contribuíram na formação da classe trabalhadora brasileira, e a todos aqueles que se preocuparam em preservá-la e disponibilizá-la aos pesquisadores da memória, das práticas e dos discursos dos trabalhadores.

Agradecimentos

Em princípio gostaria de agradecer à historiadora e supervisora do AMORJ, Maria Cândida Rodrigues, que mesmo sem ter noção exata do trabalho que, a partir desse arquivo, foi desenvolvido, colaborou bastante. O seu ofício de historiadora, desenvolvendo atividades de gestão documental, foi um dos fatores que chamou a atenção e me levou a fazer reflexões importantes sobre esse trabalho, pois foi a partir daí que pude perceber melhor a interação entre o historiador e o dia-a-dia de um arquivo.

As experiências, em nível de laboratório, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), possibilitadas pela professora Jessie Jane, que o dirigia arquivo, em 2001, e que montou uma turma para nele estagiar e conhecê-lo, só fizeram ampliar e aprofundar as minhas reflexões sobre a interação historiadores-arquivos, além das relações dos historiadores com os documentos. Essa oportunidade foi singular para poder conhecer e entender melhor o nosso ofício e possibilidades de atuação.

À professora Elina Gonçalves da Fonte Pessanha - coordenadora do AMORJ e professora do departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ – agradeço pelas entrevistas sobre a trajetória dos documentos da coleção de Astrogildo Pereira que foram adquiridos pelo AMORJ e que, com atenção, me forneceu elementos fundamentais para poder entender um pouco dessa trajetória, e do seu sentido, além de poder continuar a tarefa de trabalhar com uma seleção de impressos anarquistas em meio a uma infinidade de outros tipos de documentos.

Por algumas sugestões, agradeço à professora Regina Lúcia de Moraes Morel.

Gostaria de agradecer, especialmente, à professora Magda Maria Jaolino Torres, pois sem as suas indicações dificilmente eu conseguiria caminhar com mais segurança e confiança.

Gostaria de agradecer aos funcionários dos arquivos que visitei (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Memória da UNESP), pela atenção e explicações sobre os funcionamentos destes, além das possibilidades de encontrar documentos referentes aos anarquistas, que fomentaram ainda mais as minhas reflexões.

Agradeço, especialmente, a Alberto Rodrigues Júnior e a Elizabeth Andrade, por muitas vezes, me escutarem e incentivarem

Agradeço também a todos os colegas do IFCS que acompanharam esse trabalho e que colaboraram com outras perspectivas de análises que acabavam lançando luzes sobre pontos que não tinha ainda analisado, principalmente ao Paulo Roberto de Jesus Meneses e ao Alexandre Araújo, que muito me ouviram.

À Ângela Dias, Miriam Amaral Queiroz que sempre, com muito carinho, colaboraram em momentos difíceis e a Francisco Gilson e Jaqueline Ventura, que também me incentivaram na pesquisa acadêmica.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que fosse possível a realização desse trabalho.

Resumo

RODRIGUES, Marcos Aurelio Santana. Presença Anarquista no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Orientadora: Magda Maria Jaolino Torres. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2003. Monografia (Bacharelado em História)

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória dos documentos impressos produzidos pelos anarquistas - no início do século XX -, presentes no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), a partir da produção, da coleção, da organização e da disponibilização destes para os pesquisadores. Para isso, procuramos analisar esses documentos no processo histórico no qual houve conjunturas diversas de problemas de transmissão, de ressignificações e disputas pelo controle dos documentos e dos discursos dos trabalhadores. Ao longo desse processo, esses parecem ter sido instrumentos de comunicação social cotidiana, fontes de pesquisas privadas e fontes de pesquisas públicas. Nesse processo, podemos perceber que a atuação de militantes da esquerda política e trabalhista brasileira - num processo de luta pela dominação do Estado e da sociedade, principalmente a do trabalho -, além de instituições públicas - inclusive do AMORJ, que os incorporou ao seu acervo em 1992 -, possibilitou a sua preservação, mediadas por interesses diversos de controle, dominação e legitimação da palavra operária, em meio a táticas e estratégias de sobrevivência. Como um dos resultados, anexamos a esta análise, um índice dos impressos anarquistas (jornais, revistas, livros e artigos) presentes no acervo deste arquivo.

Abstract

RODRIGUES, Marcos Aurelio Santana. Presença Anarquista no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Orientadora: Magda Maria Jaolino Torres. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2003. Monografia (Bacharelado em História)

The objective of this work is to analyze the trajectory of the printed documents made for the anarchists – at the beginning of the XX century – presents at the Archive of Workman Memory of the Rio de Janeiro (AMORJ), since the production, the collection, the organization and the availability of those for the researchers. With this, we tried to analyze these documents inside a historical process where had many conjunctures of transmission's problems, significance and disputes for the control of the documents and speeches of the workers. During this process, these seems to be tools of daily social communication, researches's sources, private and public. In this process, we could realize that the action of the labor and left wing force political of Brazil – in a process of battles of the state domination and the society, mainly the labor force – beyond public institutions – including of AMORJ, that had incorporated to its particular quantity in 1992 – had possibilities of their preservation, mediated for diverse interests of control, domination and legitimation of the laboring word, in way the tactics and strategies of survival. As one of the results, we annex to this analysis, an index of anarchic printed matters (periodicals, magazines, books and articles) presents in the particular quantity of this archive.

Abreviaturas

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

AMORJ – Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

ASMOB – Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro

CEDEM – Centro de Documentação e Memória

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IC – Internacional Comunista

IPM – Inquérito Policial-Militar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PT – Partido dos Trabalhadores

PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

S/A – Sem autor

S/D – Sem data

S/E – Sem editora

S/I – Sem informação

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Anexo

1. “Índice dos Impressos Anarquistas da ‘*Coleção ASMOB*’ do AMORJ”.

Lista de quadros

Quadro 1 – Jornais da coleção de Astrogildo Pereira
e períodos nos quais circularam

Quadro 2 - Redatores de jornais e revistas anarquistas no Brasil

Quadro 3 – Lançamentos de títulos de jornais anarquistas

Quadro 4 – Redações anarquistas em relação aos títulos, associações e ano de publicações
dos jornais

Quadro 5 – Acervo da coleção ASMOB

Quadro 6 – Publicações por locais de edição de periódicos

Quadro 7 – Publicações por local e periodicidade de edição de livros

Quadro 8 – Publicações por periodicidade de edição de jornais e revistas

Quadro 9 – Publicações por local e periodicidade de edição de jornais e revistas

Quadro 10 – Periódicos anarquistas no AMORJ

Apresentação

Este trabalho é fruto de dois anos de mapeamento dos documentos impressos anarquistas presentes no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), de setembro de 2000 a setembro de 2002.

Inicialmente, a motivação era a de investigar nos impressos anarquistas novas possibilidades de conhecimento do movimento operário brasileiro, incluindo o movimento anarquista, no início do século vinte, a partir dos documentos produzidos por eles mesmos. Mas, diante da possibilidade de selecionar fontes e organizá-las, me vi tentado a organizar informações sobre essas possíveis fontes e discutir questões que orbitavam a gestão e os possíveis usos desses documentos.

Nesse sentido, ao organizar as informações sobre os documentos anarquistas no AMORJ, considerando o seu variado acervo de documentos de movimentos operários e políticos partidários da esquerda brasileira, vimos que seria pertinente analisar o processo histórico pelo qual esses documentos passaram até chegar a este arquivo. Com isso, trabalhamos, como historiadores, dentro de um dos princípios da organização arquivística, que é proveniência dos documentos, ou seja, o processo histórico que possibilitou a presença destes neste arquivo.

Diante da organização dessas informações, acabamos por construir um instrumento de pesquisa sobre o tema impressos anarquistas. Tentamos, dessa forma, lançar luz sobre um campo pouco visitado pelo historiador de ofício: o da produção de instrumentos de pesquisa.

Esse trabalho nos despertou inúmeras questões e novas perspectivas para o conhecimento histórico sobre o anarquismo no Brasil. Nos despertou para a possibilidade de analisar os seus discursos através desses documentos. De um modo geral, esperamos que o trabalho nos sirva futuramente e, mais importante, sirva para facilitar e dinamizar as pesquisas dos que trabalham com a formação da classe trabalhadora brasileira e com o movimento anarquista brasileiro, utilizando impressos como fontes documentais.

Sumário

Introdução	15
Capítulo I – <i>Anarquistas: produção (1902-1922)</i>	
1. Imprensa e impressos.....	42
2. Produção anarquista	46
Capítulo II – <i>Astrogildo Pereira: coleção (1910-1965)</i>	
1. O contexto do colecionador comunista nos anos 20	69
2. Preservação e lutas políticas	81
3. Volta ao PCB - os anos de democráticos	97
Capítulo III – <i>Pesquisadores: organização e disponibilização (1965-1994)</i>	
1. Transferência para a Europa, política e intelectualidade.....	109
2. Fundação do ASMOB e o contexto italiano.....	118
3. Contexto brasileiro	124
Capítulo IV – <i>AMORJ: presença anarquista. Repatriamento e disponibilização (1991–1994)</i>	
1. Pesquisadores e instituições brasileiras	134
2. Publicações anarquistas no AMORJ	140
Considerações finais	151
Referências bibliográficas	156
Anexo	162

Introdução

"A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercício de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações."

Marc Bloch¹

Objetivo

O objetivo desse trabalho é analisar a trajetória dos documentos impressos anarquistas – um tipo de prática desenvolvida por eles - presentes no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) – centro de documentação, criado em 1987, por pesquisadores do departamento e da pós-graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que funciona no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Esses documentos fazem parte, no acervo desse centro, da chamada *Coleção ASMOB*, que na verdade é parte do acervo do Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB) – que foi criado em Milão, Itália, em 1977, por pesquisadores brasileiros e italianos, preocupados com a preservação de documentos que pudessem vir-a-ser fontes para a construção das histórias dos movimentos sociais no Brasil no século XX, a partir de documentos colecionados por Astrogildo Pereira e Roberto Morena e doados por terceiros e pela família, respectivamente. Estes militaram nos movimentos sociais e políticos brasileiro, ligados, principalmente, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹ Marc Bloch. *A observação histórica*. In: _____ . *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 83.

Esta coleção do ASMOB – que inclui o arquivo feito por Astrogildo Pereira e que abrange os anos de 1902 a 1926, sem contar com os inúmeros outros documentos impressos de caráter comunista e de outras expressões, que não estão nos limites do nosso trabalho - foi adquirida pela UFRJ em 1991, a partir de iniciativas do AMORJ, ao qual foi conferida sua guarda e disponibilização.

Neste trabalho procuramos analisar também alguns problemas que essa transmissão colocou, ligados às perseguições do Estado e tentativas de silenciamentos dos discursos anarquistas, além das prováveis articulações que esta transmissão teve nas lutas e debates políticos no Brasil durante o século XX - principalmente nos anos 10, no Estado Novo e no golpe de 1964 - e como podem ser olhados hoje. Além disso, como um dos produtos do nosso trabalho, anexamos um índice dos impressos produzidos pelos anarquistas presentes no AMORJ.

Problemática

A proposta de fazer a análise da trajetória dos impressos anarquistas presentes no AMORJ surgiu quando listávamos esses impressos, a fim de saber quais eram e quantos eram esses documentos. A partir desse momento, percebemos que a sua presença em tal centro de documentação fazia parte de um acervo maior e mais variado da chamada *Coleção ASMOB* – onde a maioria dos documentos referem-se ao comunismo. Com essas informações, obtidas no livro guia de documentos do AMORJ - que resumia a formação do ASMOB e relacionava a coleção de impressos de Astrogildo Pereira com essa formação -, pudemos perceber que esses documentos não eram institucionais e também não eram documentos ligados a um processo de gestão em tais moldes, pelos menos até a fundação do ASMOB. Ficaram dos anos 10, pelos menos, até 1965 sob os cuidados de Astrogildo, ou seja, foram cerca de 45 anos sob os cuidados de uma pessoa física, separando-se dele após a sua morte e deixando o solo brasileiro após o golpe de 1964.

O percurso que esses documentos anarquistas da coleção de Astrogildo, junto com outros documentos, como dissemos, passando pelo ASMOB, em Milão, e a sua chegada ao AMORJ, nos motivou a fazer um trabalho que objetivasse analisar o processo histórico deles, além de podermos observar que não havia muitas relações “orgânicas” com os anarquistas que os produziram – orgânicas no sentido desses grupos que ajudaram na gestão não terem sido necessariamente anarquistas -, com Astrogildo Pereira que os

coleccionou, o ASMOB e com os pesquisadores que os organizaram. Parecia um acervo peculiar. Além disso, a trajetória estaria relacionada a processos de tentativas de silenciamento e mecanismos de controle e interdição dos discursos - tanto pelos comunistas que lutavam com os anarquistas no interior do movimento operário, quanto pela burguesia e pelo Estado que procurava “disciplinar”, “enquadrar” a palavra e o discurso operário, até então autônomo -, ou ainda dos “discursos competentes”, como avalia Kasumi Munakata².

Observamos também que se tratava de um acervo que além de peculiar, pelo seu processo histórico, tinha suas ligações orgânicas entre as partes envolvidas muito tênues. Do momento da produção até a chegada ao AMORJ, ou seja, durante a cadeia de gestão – produção, coleção, organização, classificação e disponibilização -, esses documentos passaram por momentos particularmente singulares, despertando a nossa atenção para analisar esse processo, listando-os, mapeando-os, procurando nos guias do AMORJ, do ASMOB, e do CEDEM informações que nos levassem a compreender esse processo e, como produto desse trabalho, um índice com os impressos dessa coleção que levantamos.

Problemas

A trajetória dos documentos impressos anarquistas, e as possíveis motivações para o seu colecionamento e transmissão, nos levou a delimitar no período que compreende os anos de 1902 - ano da edição do impresso mais antigo da coleção - e 1994 – ano em que os originais dessa coleção retornaram ao Brasil – enfocando mais precisamente o ano de 1991 quando esses documentos, em cópias microfilmadas, foram incorporados ao acervo do AMORJ. Este centro de documentação é o local onde podemos delimitar a nossa análise espacial, considerando-se que fez parte desse processo de transmissão e é o único a ter tal coleção de documentos impressos no Rio de Janeiro, conforme nossos levantamentos. Nos limites deste trabalho, verificamos a presença de tais tipos de documentos ligados aos anarquistas nos arquivos públicos que consideramos como principais na cidade do Rio de

² Kasumi Munakata. A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. O autor refere-se ao “discurso competente” no sentido de mostrar que os comunistas e o Estado classificavam o movimento operário como desorganizado. O sucesso das relações de trabalho passaria pela sua organização técnica e científica, que necessitaria de personagens competentes na formulação das estratégias que liderariam e disciplinariam o movimento e essas relações, até então desorganizados pela orientação anarquista. Esta seria uma forma de controlar e interditar o discurso autônomo dos trabalhadores e atrela-lo ao centralismo e burocratização dos comunistas e do Estado.

Janeiro, envolvendo as escalas federal, estadual e municipal. Sabemos que tais tipos de documentos também constam na Biblioteca Nacional, mas nesta etapa da pesquisa não tivemos a oportunidade de ampliarmos nossa investigação para além da esfera dos arquivos públicos que visitamos. Em uma próxima etapa dessa pesquisa, poderemos fazer um investimento no estudo desses tipos de documentos nesta biblioteca e em outros locais de gestão documental, a fim de ampliarmos as informações sobre a documentação anarquista.

Considerando-se o tempo histórico que delimitamos é longo, enfatizamos que a transmissão de tais documentos fez parte de aproximadamente um século e que sem essa periodização não poderíamos entender o seu aspecto geral. Entretanto, um dos nossos problemas está no tipo de análise que se pode fazer em relação aos documentos. Se considerarmos os documentos impressos anarquistas somente como fontes históricas, conforme boa parte da historiografia dos anos 70 e 80 fez, podemos perder a possibilidade de analisá-los no tempo, no seu próprio processo histórico, nas suas condições de produção, coleção, preservação, organização e disponibilização. Podemos perder as possibilidades de interação com outros processos políticos e sociais, de entender a sua presença em tal arquivo. Em suma, os nossos problemas estão ligados à transmissão dos documentos impressos anarquistas.

Para nossa análise, nesse período, vimos, entre outras possibilidades, quatro fases que apresentaram problemas diferentes em cada uma delas, considerando-se que a passagem de uma fase para outra seria lenta, de uma linha tênue, onde uma estaria em intersecção com a outra. Nos limites deste trabalho não desenvolveremos todas as possibilidades que o tema pode suscitar, inclusive, particularmente, uma que nos parece de relativa relevância, como a questão da censura - da interdição da palavra operária, que pode ter sentidos diversos, das relações de poder, da disputa pelos sentidos das palavras, do monopólio dos sentidos entre outras.

Em uma primeira fase, que pode ser de 1902 a 1922, poderíamos dizer que é a fase da produção desses impressos - entre tantos outros que não foram transmitidos até os dias atuais -, das motivações para tal atividade e as funções delimitadas para estes nessa fase, além de problemas para a sua circulação e manutenção - que seriam impressos que pudessem comunicar, informar, formar opinião e divulgar idéias anarquistas ao público alvo, que eram os operários urbanos. Nessa fase que ocorreram inúmeros conflitos entre capital, trabalho e Estado por conta dos rumos que poderiam tomar as formas de

organização social e do trabalho. Aqui analisaremos um problema das condições de produção e existência desses impressos nos vinte primeiros anos do século XX. Com o acirramento dos conflitos e o aprofundamento das desigualdades nas relações de trabalho, os posicionamentos se radicalizavam mais e os embates mais diretos tomavam corpo, conforme podemos perceber nos momentos de greves, em que os trabalhadores ligados, sob direção anarquista, faziam movimentos de ações diretas nas suas reivindicações, a burguesia usava o seu discurso liberal ortodoxo, baseado no contrato, para “ilegalizar” tais movimentações, e o Estado usava da sua força policial, também nesta ótica liberal de quebra de contrato pelos trabalhadores, para reprimir tais movimentos. Neste sentido, os impressos anarquistas seriam instrumentos de divulgação e mobilização das massas trabalhadoras para alternativas autônomas de organização política, econômica e social, fato que justificaria as ações repressivas do Estado, levando este a empastelar redações de jornais de classe anarquistas e prender seus redatores. Esses movimentos do Estado mostravam certas possibilidades de querer calar a voz dos anarquistas, apagar suas letras e fazer conter os seus discursos. Esse aspecto nos aponta para os problemas dos silenciamentos dos discursos anarquistas.

Na segunda fase, que pode ser de 1920 a 1965, o maior período de tempo a ser analisado, fase de preservação e conservação, e que podemos dividir em três momentos:

- 1920-1931 – quando Astrogildo Pereira rompeu com o anarquismo e ingressou no comunismo, colaborando na fundação e na direção do Partido Comunista do Brasil (PCB). Neste momento, assim como desde os primeiros anos do século XX, a questão social, incluindo a questão trabalhista, seria um caso de polícia³, possibilitando práticas e mecanismos institucionais de censura e controle dos discursos dos movimentos dos trabalhadores.⁴ Essas práticas e mecanismos não seriam atribuídos somente

³ A questão social tratada como um caso de polícia foi uma expressão atribuída a Washington Luís. Na medida em que era os movimentos operários e grevistas eram tidos como uma quebra de contrato e uma desigualdade jurídica e numérica entre patrões e empregados, pelas premissas do contrato liberal, que gerava conflitos entre as partes, estes seriam arbitrados pelo poder público, através da polícia, que forçaria a parte litigante, neste caso os trabalhadores, a cumprir o que se comprometeu através do contrato: produzir mediante as regras estipuladas neste, normalmente as regras dos patrões.

⁴ Kasumi Munakata. A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ao Estado e a burguesia, mas também aos comunistas que lutavam no interior do movimento operário, utilizando práticas centralistas e burocráticas, a partir do discurso orientado pela Internacional Comunista, a partir de Moscou, que limitava a autonomia e a mobilidade de ação dos trabalhadores e mostrava diferentes posturas de poder e de perspectivas em relação ao movimento.⁵

- 1931-1945 – no momento em que Astrogildo Pereira saiu da cena política, a partir da sua saída da direção do Partido Comunista do Brasil, e manteve-se afastado do cenário político nesse período. Deste momento em diante, principalmente a partir de 1935, quando foi decretada a Lei de Segurança Nacional, a questão social passa de “um caso de polícia”, de ordem pública, para um caso de segurança nacional⁶, de interesse de toda a nação.⁷
- 1945-1965 – quando Astrogildo voltou para o PCB, dirigiu redações de periódicos do partido e faleceu em 1965. Nesse período podemos ver um certo rearranjo nas relações políticas e sindicais, onde o PCB passou a trabalhar, mesmo na ilegalidade, nos sindicatos e empresas, controlando e manipulando, em certa medida, os discursos dos trabalhadores. Outra questão que permeia esse período é a do populismo, da aproximação de governos com a classe trabalhadora e o desenvolvimento de uma cultura que parecia procurar legitimação nas massas de trabalhadores. Nesse sentido, a presença dos comunistas e de integrantes do Estado pode mostrar um lugar

⁵ Kasumi Munakata. *Ibid*; Ítalo Tronca. Revolução de 30. A dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁶ Kasumi Munakata. *Ibid*.

⁷ Considerando-se que o crescimento e o desenvolvimento da nação dependeria da vontade dos interesses nacionais e da harmonia social, e não mais dos de classes como no liberalismo, e o que os contrariassem deveriam ser punidos com prisão, expulsão, entre outras práticas que legitimavam os aparelhos repressores. Neste sentido, anarquismo, comunismo, trotskismo, entre outras expressões de esquerda que influenciavam e dominavam grande parte dos movimentos dos trabalhadores, estariam enquadradas na Lei de Segurança Nacional e nas punições previstas nestas, como doutrinas inimigas do pensamento nacional e nacionalista, assim como da própria nação e o Estado corporativo do governo de Getúlio Vargas. Esta mudança de discurso quanto à questão social, refletiu-se também na forma em que se construiu, posteriormente, a história da nação brasileira, a partir da ótica dos “nacionalistas”, silenciando a dos “não-nacionalistas”. Nesse sentido, a construção da idéia de “nação” pode ter causado a apreensão ou destruição de vários discursos e documentos que estivessem ligados aos opositores “internacionalistas”.

de disputa pela influência e controle da palavra dos trabalhadores que marcaram todo esse período. Com o golpe de 1964, essa disputa parece ter se radicalizado. A palavra e os discursos dos trabalhadores, que foram relegados a um novo silenciamento institucional e estatal, considerando-se que os discursos opositores passariam a ser contraditórios aos interesses nacionais e nacionalistas, permeados pela Doutrina de Segurança Nacional, passaram, então, pelas táticas de preservação e controle dos comunistas, entre outros.

Nessa fase, os documentos comunistas, socialistas, e anarquistas, entre outros, colecionados por ele, não sofreram com as investidas da repressão do Estado, principalmente durante o Estado Novo. Nesse caso, propomos dois problemas: por que ele manteve esta coleção durante tanto tempo – se formos observar que eram impressos anarquistas, desde de pelo menos 1902, passando pelos comunistas, e socialistas, teríamos documentos com aproximadamente 63 anos de existência, entre outros mais recentes e, além disso, sua coleção poderia ter mais ou menos entre 50 e 60 anos. Outro problema estaria relacionado ao seu afastamento político no momento de investida do Estado contra as expressões oposicionistas, principalmente os comunistas, e como ele poderia ter preservado sua coleção de tais investidas.⁸

Na terceira fase, a da retirada da coleção do Brasil e da organização do ASMOB, de 1965-1991, a coleção foi transferida para a Europa – no final dos anos 60 -, ficando um tempo guardada e depois reunida à coleção de documentos de outro militante comunista, Roberto Morena, dando origem a um acervo que fundaria o ASMOB – em 1977, em Milão, Itália -, a partir das iniciativas de pesquisadores brasileiros e italianos, conforme já apontamos.⁹ Nos anos 80, pesquisadores e instituições brasileiras começam a demonstrar interesses por esse arquivo e seu acervo e começam a fazer intercâmbios. O problema pode estar em saber quais os motivos que levaram militantes, acreditamos, a qualificar tal coleção com um grau de importância que os levasse a correrem os riscos de retirarem-na

⁸ Sobre Astrogildo Pereira ver ASMOB. *História e Memória*. São Paulo: ASMOB / Ciências Humanas, nº 1, 1981.

⁹ Sobre a fundação do ASMOB ver CEDEM. *Guia*. São Paulo: CEDEM / UNESP, 1996.

do país em momentos de extrema repressão às forças e às expressões de oposição. Outro problema estaria em entender por que essa coleção despertou a preocupação em ser organizada, reunida a outras e disponibilizadas na Itália aos pesquisadores, nos finais dos anos 70. Estaria a historiografia brasileira e brasilianista interessada neles, assim como pesquisadores de outras áreas das ciências humanas e instituições universitárias?

Na quarta fase, de 1991 a 1994, fase em que os documentos são trazidos ao Brasil, em forma de cópias microfilmadas pela UFRJ e em forma original pela UNESP, destacando que nos anos 80 a UNICAMP, demonstra interesse por parte desse acervo e constrói projeto para adquiri-lo. A fase de “repatriamento” dessa coleção, e de outras, parece estar relacionada ao processo de redemocratização no país - após longos anos de ditadura, pós-1964, e de perseguições aos opositores do regime militar - e ao de pesquisadores dos movimentos sociais e dos movimentos operários enfocarem a figura do trabalhador, utilizando os impressos que para exprimir suas idéias e mobilizar as categorias, entre outros como fontes para tais análises. Nesse contexto, o AMORJ e seus pesquisadores, estão inseridos como centro de documentação e profissionais que se envolveram com a tarefa de dispor aos pesquisadores do Rio de Janeiro este acervo de documentos. É interessante lembrar que esse acervo é exclusivo no Rio de Janeiro. Quais poderiam ser os motivos levaram o AMORJ a ter essa exclusividade?

Hipóteses

Esta análise implica em uma forma de olhar esses documentos impressos como objetos históricos. Uma das nossas hipóteses é que esses documentos impressos são objetos, produtos de atividades dos anarquistas nos anos de 1902-1922 - que não tem um significado único e que assumiu diferentes sentidos no tempo -, que teriam a comunicar discursos dos anarquistas, ser material de consulta pessoal e privada de Astrogildo Pereira, ser organizado e disposto, por parte do ASMOB, para a pesquisa pública, ser disponibilizado no Brasil aos pesquisadores e instituições para a construção das histórias dos movimentos operários e anarquistas no Brasil, ou seja, muito mais sentidos do que os supostamente iniciais - os supostos por seus produtores. Todas essas hipóteses estão permeadas pela luta política e ideológica pelo domínio e controle dos discursos dos movimentos dos trabalhadores, e do trabalho, e refletindo as mudanças sociais de cada período recortado.

A presença desses documentos impressos no AMORJ parece ter decorrido de um longo processo dessas lutas, que envolve praticamente todo o século XX. Esse processo, podemos supor, pode ser dividido em quatro fases, considerando-se as diferenças históricas entre elas, conforme apontamos anteriormente.

Na primeira fase, a hipótese é que os impressos foram produzidos para atender funções específicas do momento: comunicar, divulgar, informar, formar e veicular idéias e práticas anarquistas, no contexto da organização do trabalho nos vinte primeiros anos do século XX, sendo dessa forma, muitas vezes, apreendidos, destruídos e repreendidos pelo Estado e pela burguesia. Assim, estes se mobilizavam para tentar silenciar essas das formas de expressão e veiculação dos anarquistas, através de repressões e empastelamentos das suas redações, em movimentos que visavam conter e eliminar o avanço das suas idéias no meio operário daquele momento.

Na segunda fase, em que Astrogildo Pereira afastou-se do anarquismo e aproximou-se do comunismo, levando consigo algumas dezenas de impressos anarquistas e guardando-os consigo até o momento da sua morte. Supomos que as motivações para colecionar esses impressos anarquistas e depois os comunistas, podem estar ligadas as suas atividades jornalísticas e intelectuais, onde esses impressos poderiam ser materiais de pesquisas para suas produções de análises e artigos, considerando-se que os anarquistas eram ricos em artigos de militantes, teóricos, nacionais e estrangeiros. Além disso, a sua disposição de colecionar impressos poderia estar ligada a uma certa percepção de valor literário destes, considerando-se os artigos produzidos por intelectuais – inclusive ele era um deles – ligados ao pensamento anarquista nessa fase que falamos. Por outro lado, não consideramos que as arbitrariedades do Estado Novo tenham atingido Astrogildo e as suas coleções de impressos pois, nos momentos mais críticos dos conflitos políticos, ele esteve fora desse cenário. Entretanto, partir de 1945, quando reassumiu posições dentro do PCB, após um afastamento de cerca de quinze anos – período do golpe de 1930, que levou a Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas ao poder, da Insurreição Comunista de 1935 e do golpe Estado Novo -, ele dirigiu revistas do partido dedicando-se mais às atividades editoriais, prosseguindo nessas atividades até 1964 quando foi preso pelo novo regime de ditadura militar, adoeceu na prisão e veio a falecer em 1965 por enfermidade motivada por esse cárcere. Nesse momento, os impressos que colecionou durante esses anos, passaram a correr o risco de serem apreendidos e destruídos por esse novo Estado ditatorial e militar,

que alinhado aos Estados Unidos, eram contrários aos comunistas. A guarda pessoal destes deveria dificultar a procura, por parte do Estado, na medida em que se fosse uma guarda institucional e, por parte do PCB mantido na ilegalidade, centralizada, poderia facilitar as ações repressivas, tanto nos anos 10, quanto no Estado Novo e no golpe de 1964. Parece-nos que, além de colecionar, Astrogildo possibilitou a preservação desses impressos, entre outros, na medida em que ficou mais distante dos grandes conflitos. É provável que esses impressos fossem consultados por militantes políticos e sindicais ligados a ele e aos comunistas, mas, parece-nos, em escala informal. O percurso dessa documentação não é o percurso de uma biografia, mesmo se em alguns momentos parecem confundir-se, mas de uma trajetória e de táticas de preservação extra-institucionais

Na terceira fase, após a morte de Astrogildo, amigos e militantes trataram de recolher seus documentos e pertences. Parece-nos que essa transferência pode ter sido motivada pela repressão do Estado comandado pelos militares pós-1964 e pela iniciativa de militantes e pesquisadores brasileiros que atentaram para o valor potencial dos documentos no âmbito da preservação da própria memória de Astrogildo e do PCB.¹⁰ Talvez as preocupações não se dirigissem aos documentos impressos anarquistas, mas a coleção em geral. Foram transferidos à Europa e por lá ficaram guardados e ocultados até a reunião à coleção do também militante comunista Roberto Morena, cuja coleção estava lá, fundando o ASMOB em Milão, Itália, em 1977.¹¹ Supomos que essa reunião, feita por pesquisadores brasileiros e italianos, pode ter sido motivada pela necessidade de organização documental dos movimentos operários brasileiros que possibilitassem o estudo do seu passado, na medida em que, no Brasil, dava-se sinais de mudanças estruturais das bases sindicais, expressadas principalmente pela emergência do chamado “Novo Sindicalismo” e de novas lideranças comprometidas com uma mentalidade que procurava desagregar os sindicatos do Estado. A reunião desses documentos possibilitariam também a reunião de fontes documentais para os pesquisadores dos movimentos sociais e trabalhistas no Brasil, por brasileiros e estrangeiros. Com o movimento de abertura política e democrática, nos anos 80, supomos que pesquisadores e instituições no Brasil, antenados com a iniciativa de criação do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB) – que deveria

¹⁰ Sobre as preocupações com a preservação do arquivo de Astrogildo Pereira ver Nelson Werneck Sodré. In: ASMOB. *Memória e História. Op. Cit.*, p. 75-83.

¹¹ Sobre a formação do ASMOB ver CEDEM. *Guia. Op. Cit.*, p. 31-32.

ter um importante acervo para a construção das histórias dos movimentos sociais e das esquerdas brasileiras, entre outras que deveriam estar acontecendo na Europa -, motivaram-se em trazer cópias de partes do acervo desse arquivo para o país - como o caso do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), nos anos 80 -, para enriquecer suas fontes de pesquisa, e, no vácuo da redemocratização, criar condições de preservação e disponibilização destes e outros. Além disso, desde a segunda metade dos anos 70, a historiografia brasileira sobre os movimentos operários redimensionava e redirecionava seus estudos colocando os trabalhadores como atores desses processos e utilizando os impressos que produziram como fontes documentais, fato que se expandiu nos anos 80 e 90.

Na quarta e última fase, tanto pesquisadores do AEL, do AMORJ e do Centro de documentação e Memória (CEDEM), que funcionam em instituições universitárias como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) respectivamente, iniciaram projetos para “repatriar” esses documentos do ASMOB, motivados, parece-nos, por movimentos crescentes de uma reviravolta nos estudos sociais iniciados nos anos 70, que consideravam os trabalhadores como atores nas relações de trabalho no Brasil e sua história.

Jorge Ferreira, na introdução do livro *O Populismo e sua História*, comentou que com a emergência do Novo Sindicalismo no ABCD paulista, em fins dos anos 70, as esquerdas e diversos estudiosos teriam detectado uma consciência de classe entre os operários, fato que contribuíra, inclusive, para a formação do Partido dos Trabalhadores. Neste momento muitos estudiosos passaram a estudar os movimentos operários na Primeira República, principalmente os anarquistas. A história dos trabalhadores teria retomado seu rumo e estes a sua autonomia em relação ao Estado e a políticos e sindicalistas pelegos, que dominaram o movimento desde os anos 30 até os anos 60.¹² Essas análises, então, passavam a ser viabilizadas pela existência material de documentos que possibilitassem suas fundamentações. Nesse sentido, parece que não é difícil entender a aquisição feita pela UFRJ de cerca de 98 mil fotogramas e aloçados no AMORJ, a partir

¹² Jorge Ferreira. *Introdução*. In: _____ (org.). *O Populismo e sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 11-12.

de iniciativas e entendimentos entre pesquisadores ligados a este centro de documentação e ao Laboratório de Pesquisa Social, do qual era um núcleo.

Revisão historiográfica

Podemos considerar dois grupos historiográficos que estudaram os movimentos operários no Brasil, na segunda metade dos anos 70, nos anos 80 e 90. No primeiro grupo destacamos alguns historiadores que analisaram os movimentos operários no Brasil e sua formação, incluindo os movimentos anarquistas, para entender os movimentos pelo olhar da sua imprensa. Dentro do universo de produção que se ocupou das práticas anarquistas, desconhecemos estudos sobre os objetos que propomos. Da vasta bibliografia, selecionamos alguns trabalhos que tomamos a título de exemplo, de duas atitudes, mais comuns da historiografia, frente ao nosso material. Por um lado autores que tomaram estas práticas como base para o estudo de outras práticas – a imprensa como fonte para análise de greves, insurreições, revoltas etc – e, por outro lado, autores que a tomaram como objeto em si mesmo. Entretanto, vimos que em grande parte esses historiadores voltaram-se, somente, para analisá-los como fontes históricas e não como possíveis objetos de investigação, que tiveram condições particulares de produção, de resistência e de existência, ao longo dos anos em que foram colecionados, organizados e disponibilizados até a presença em arquivos nos quais os encontraram disponíveis à seleção de fontes e à pesquisa histórica. Talvez, por não ser relevante em suas análises e não fazerem parte de suas propostas de pesquisas e de posturas do meio acadêmico em relação aos documentos, não ponderassem sobre essa possibilidade – o momento e o contexto histórico desses historiadores talvez limitasse esse tipo de análise. Parece não ter sido dada visibilidade às condições materiais de produção e existência desses documentos; é esta possibilidade que vamos explorar. Parece insuficiente entender os documentos anarquistas como fontes históricas sem antes entender as suas condições materiais e sociais de produção, circulação e existência.

Os documentos impressos anarquistas foram analisados por Bóris Fausto em *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*¹³ como fontes históricas, sem problematizações das suas funções, condições de produção e de existência, conforme

¹³ Bóris Fausto, *As principais correntes organizatórias e seu campo de incidência*. In: _____ . *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

estamos propondo. Ele utilizou, por exemplo, os jornais anarquistas, que também constam no nosso levantamento sobre documentos anarquistas no AMORJ, *A Voz do Trabalhador*, *Gazeta Operária*, *A Plebe*, *O Amigo do Povo*, *La Battaglia*, *A Lanterna* - entre outros que não estão nos limites do nosso trabalho - para fundamentar documentalmente as suas análises.

Inspirado nesta obra de Bóris Fausto, Carlos Augusto Addor em *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*¹⁴, analisou a insurreição anarquista ocorrida no Rio de Janeiro em 1918. Entre outras fontes, ele utilizou os jornais anarquistas *O Debate*, *Crônica Subversiva*, *Liberdade*, *A Plebe*, *Germinal*, *Guerra Social* e *A Razão*, que também constam no nosso levantamento sobre documentos anarquistas no AMORJ,

No trabalho *A Invenção do Trabalhismo*¹⁵, Angela de Castro Gomes recorreu aos jornais operários, entre estes os anarquistas, para analisar o movimento operário e o anarquismo no Brasil, no qual também destacou a importância da imprensa para os movimentos. Entre outras fontes que utilizou no trabalho, como depoimentos de militantes de *velhos* militantes, e revistas, destacamos, entre muitos outros, os jornais anarquistas *A Voz do Trabalhador* e *A Guerra Social* entre os que constam no nosso levantamento.

No trabalho de Cláudia Soares de Azevedo Montalvão, *Anarquismo e cultura: um estudo da experiência libertária no Rio de Janeiro no início do século XX*¹⁶, esta autora propôs aprofundar a questão da “*formação uma estratégia política anarquista a partir da formação de um repertório de temas tirados da sua doutrina e da operacionalização desta através de um conjunto de instrumentos culturais que visavam instigar a mobilização dos trabalhadores e promover a formação de uma consciência de classe*”¹⁷. Para suas análises, ela utilizou os artigos da imprensa anarquista como fonte para identificar os indivíduos que produzem e recebem o discurso anarquista.

¹⁴ Carlos Augusto Addor. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

¹⁵ Angela de Castro Gomes. *Anarquismo: outra sociedade, outra cidadania*. In: _____. *A Invenção do Trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

¹⁶ Cláudia Soares Azevedo Montalvão, *Anarquismo e Cultura: um estudo da experiência libertária no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

¹⁷ *Ibid.*, p. 8.

Francisco Foot-Hardman e Victor Leonard no trabalho *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*¹⁸, propuseram utilizar a imprensa anarquista, de antes dos anos de 1920, como fonte primária, assim como outras fontes. Eles dedicaram poucas páginas na análise dos impressos, inserindo-os no contexto do movimento operário e das práticas anarquistas. Os impressos – jornais - são destacados como fontes e não como objeto histórico, conforme estamos propondo..

Ao lado destes, destacamos outro grupo de autores, entre outros, que tomaram a imprensa como objeto histórico. Um deles é Maria Nazareth Ferreira, *Imprensa Operária no Brasil*¹⁹. Neste trabalho, a imprensa e os jornais não aparecem como fontes, mas como objetos de análise histórica. A autora estudou a imprensa operária no Brasil, considerando os processos históricos pelos quais esta passou, em fases como a da imprensa anarco-sindicalista, a partidária e a sindical. No final, no sexto capítulo desta obra, ela relacionou jornais e revistas da imprensa operária fundamentada no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas. Segundo a autora, no Brasil foram catalogados 343 títulos de jornais operários – onde 61 são estrangeiros. Deste total, 149 foram editados em São Paulo, 100 no Rio de Janeiro e 94 em outros estados, nesse caso apontando para uma primazia de São Paulo nos lançamentos de títulos - no nosso levantamento desses tipos de documentos presentes no AMORJ, verificamos que dos seus 196 títulos de jornais e revistas, 59 são anarquistas, sendo que 18 foram publicados no Rio de Janeiro, 17 em São Paulo, 17 em outras cidades brasileiras e 7 em outras cidades no exterior, mostrando, pelo menos nessa coleção, um equilíbrio entre Rio e São Paulo ao longo do período de 1900 a 1920; alguns jornais são os mesmos, mas fazem parte de coleções diferentes. O objetivo dessa imprensa seria atingir o maior número de operários, informar e politizar; para isso seria preciso fundar jornais. Entretanto, essa imprensa seria irregular. A autora afirmou que havia diferenças entre os jornais operários em relação aos jornais da imprensa burguesa e do jornalismo empresarial; a notícia tinha um caráter processual, era recuperada e analisada pelos fatos. Quanto à estrutura dos jornais, ela destacou que, em termos de diagramação, todos espaços das folhas eram ocupados; o formato variava de acordo com o papel e as máquinas disponíveis – predominou o tablóide

¹⁸ Francisco Foot-Hardman; Victor Leonard. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo: Global Editora, 1982.

¹⁹ Maria Nazareth Ferreira. Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.

-; o número de páginas não era padronizado; a periodicidade dependia dos acontecimentos; a fundação dos jornais tinha relação com as greves, normalmente as antecediam; a publicidade era ausente, exceto em poucos casos onde apareciam anúncios de serviços no âmbito dos operários e agremiações; os repórteres não existiam, as informações eram captadas por meio de comunicação participativa; quanto a tiragem diz que faltam dados; os jornais eram publicados com fundos dos trabalhadores, eram instrumentos de teoria.

Com Edgar Rodrigues, em *Pequena História da Imprensa social no Brasil*²⁰, os jornais não aparecem como fontes históricas, mas como objetos de análises históricas. Ele analisa o contexto histórico e neste insere a formação dos jornais, fazendo uma cronologia dos principais jornais lançados desde meados do século XIX no Brasil. Segundo ele, a imprensa era editada com o sacrifício dos trabalhadores; critica o uso pré-concebido do uso dos jornais como fontes históricas pelos historiadores. Para ele os jornais foram “*o maior esforço até hoje feito no Brasil para produzir informação e cultura fora das mesas do Poder.*”²¹ Edgar Rodrigues dedicou boa parte desta obra a relacionar os impressos que colecionou desde os anos de 1960, onde nas suas “andanças”, como ele mesmo diz, “*recolhemos jornais, revistas, panfletos, atas correspondência antiga, adquirimos livros sobre a questão operária, sindicalista, anarquista, socialista, comunista.*”²² A relação que estes têm com os que nós selecionamos está em uma pequena semelhança entre ambos os levantamentos: o de Edgar, sem dúvida, é muito maior, dada a abrangência das propostas editoriais e do corte cronológico. No nosso caso, levantamos somente a documentação anarquista dos anos de 1902 a 1922, que restringe-se ao acervo do AMORJ. Verificamos que existem documentos impressos comuns a ambos levantamentos, ou seja, o de Edgar é muito mais heterogêneo do que o nosso, em termos de qualitativos, tipológicos e temáticos.

Relevância

Considerando-se a importância dos impressos anarquistas para a produção dos historiadores - como podemos ver em Bóris Fausto, Carlos Augusto Addor, Angela de

²⁰ Edgar Rodrigues. Pequena História da Imprensa Social no Brasil. Rio de Janeiro: Insular, 1996.

²¹ *Ibid.*, p. 35.

²² *Ibid.*, p. 12.

Castro Gomes, Francisco Foot-Hardman, Victor Leonard e Cláudia Soares de Azevedo Montalvão -, que foram analisados como fontes históricas, podemos destacar a relevância deste tema pois, além de fontes, visando aspectos outros, estes podem ser também objetos de estudo histórico, na medida em que também são produtos de relações sociais, com sentidos determinados no seu tempo de atuação, e que tiveram ressignificados, repropostas ao longo do século XX, ora funcionando como instrumentos de informação pública, ora como instrumentos de consultas privadas, ora de consultas públicas para fundamentar pesquisas dos historiadores e dos cientistas sociais. Nesse sentido, na medida em que o historiador olha os documentos desse modo, pode ficar mais claro, para ele, a própria historicidade destes, que fundamenta os discursos e construções históricas, como as suas condições materiais de produção e existência através do tempo e das lutas políticas e sociais, além de outras possibilidades de análises documentais, lançando luzes sobre outros ângulos que não estamos habituados a iluminar.

Proposta

O nosso propósito é fazer uma análise das condições que possibilitaram a trajetória dos documentos impressos anarquistas, que foram publicados entre 1902 e 1922 e colecionados por Astrogildo Pereira, presentes no AMORJ, considerando-se que a historiografia dos movimentos operários no Brasil utilizou esses tipos de documentos, entre outros impressos, para analisar as possibilidades de formações dos movimentos operários e propor interpretações, como fontes para sua produção histórica. Nesse caso, propomos analisar esses documentos por outro viés, o viés de sua natureza de objetos históricos, de terem uma materialidade, que passaram por processos de produção, de coleção, de classificação, de ordenamento e de disponibilização - durante praticamente todo o século XX, daí a nossa justificativa de delimitação no tempo -, articulados com contextos sociais e políticos específicos - que informariam a sua transmissão - em cada momento que apontamos, até a presença em tal centro de documentação.

Procedimentos teóricos-metodológicos

Para analisarmos a trajetória dos documentos impressos anarquistas e indicar possíveis respostas às questões que propomos - novas interpretações e materialidade -, devemos inverter o olhar em relação a estes. Ao invés de olharmos como fontes, olharemos

como objetos históricos. Parece que esse pode ser o caminho para tal análise, na medida em que não estão no AMORJ por “designio dos deuses”, e sim por causas humanas, dos anarquistas, levando-nos a considerar os problemas que perpassaram a sua transmissão e que, sem esse conhecimento, não teríamos como entender a própria existência destes, conforme analisou MARC BLOCH em *A observação histórica*²³.

Consideramos também as possibilidades de mudanças nos conceitos de documentos e de História através da leitura de Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber*. Por outro lado, analisamos alguns investimentos no de controle dos discursos dos trabalhadores, sobre as formas de organização do trabalho, a partir dos mecanismos de controle dos discursos, propostos por esse mesmo autor em *A Ordem do Discurso*²⁴, que parece ter dado suporte as idéias de controle do discurso histórico pelos historiadores estudado por MICHEL DE CERTEAU em *A Operação historiográfica*²⁵.

Os documentos, conforme estudou JACQUES LE GOFF em *Documento/Monumento*²⁶, mudaram de sentido e significação para a História, desde o século XIX e durante o século XX, refletindo mudanças sociais e neste campo, além de mudanças na forma de olhar e usá-los. Além disso, devemos considerar a trajetória, as táticas e as estratégias empregadas para tal transmissão, conforme estudou MICHEL DE CERTEAU em *Fazer com: usos e táticas*²⁷.

Se considerarmos que esses documentos impressos, presentes neste centro de documentação, derivaram de causas humanas, que não estão ali por conta do acaso e que não escapam das análises e dos problemas da sua transmissão, como adverte Marc Bloch, podemos perceber que esse não é um exercício somente de técnicos, mas também de historiadores e que, nesse sentido, podemos olhar esses documentos pelo prisma dos problemas que perpassaram a sua transmissão.

²³ Marc Bloch. *A observação histórica*. In: *Op. Cit.*, p. 69-86.

²⁴ Michel Foucault. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada 2 de dezembro de 1970. 9 ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2003, p. 8-54.

²⁵ Michel de Certeau. *A operação historiográfica*. In: _____ . *A Escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, s/d, p. 65-119.

²⁶ Jacques Le Goff. *Documento/Monumento*. In: _____ . *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996, p. 535-553.

²⁷ Michel de Certeau. *Op. Cit.*, p. 91-106.

Marc Bloch aponta em *A observação histórica* essas possibilidades e discute as características gerais da observação histórica. Para ele, Os documentos não aparecem ao acaso nos arquivos. Segundo ele, a perda e a preservação, a inacessibilidade ou acessibilidade dos testemunhos, “*têm origem nas forças históricas de caráter geral e não apresentam nenhum traço que não seja inteligível.*”²⁸

Quanto aos documentos e a História, Michel Foucault propôs análises de História, na introdução do livro *Arqueologia do Saber*²⁹, passando de uma perspectiva global, totalizante, homogênea, para uma em que seriam consideradas as multiplicidades, as particularidades, das diferenças, as rupturas. Essas propostas implicariam mudanças profundas nos posicionamentos em relação aos documentos: os historiadores deveriam analisar as suas estruturas, criticá-los, colocá-los nos seus contextos temporais e espaciais. Por outro lado, em *A Ordem do Discurso*³⁰, Michel Foucault analisou o perigo da proliferação dos discursos indefinidamente. De um modo geral, no que nos interessa, e nos limites da nossa análise, Foucault analisou as formas de controle do discurso e as ordens para tais práticas. “*A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.*”³¹ Em certa medida, essas obras de Michel Foucault parecem ter influenciado obras de Michel de Certeau e Jacques Le Goff, como veremos a seguir.

Na *Operação Historiográfica*, Michel de Certeau estudou a história como uma operação, compreendendo-a em três perspectivas: a do lugar social, a de práticas científicas e a de escrita. Essas orientariam o trabalho do historiador, que estaria inserido em discurso de um meio, de um modo de pesquisar e de um modo de escrever. A história, há uns quarenta anos era vista como objetiva e agora mostrava que toda interpretação histórica dependia de um sistema de referência.

²⁸ *Ibid.* p. 86

²⁹ Michel Foucault, *Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

³⁰ Michel Foucault. *Op. Cit.*, 2003

³¹ *Ibid.*, p. 8.

Quanto à instituição, esta não daria apenas uma estabilidade social a uma doutrina. Ela a tornaria possível e, sub-repticiamente, a determinaria. Em relação à sociedade e à história, diz Certeau: *“em história, é abstrata toda ‘doutrina’ que recalca sua relação com a sociedade. Ela nega aquilo em função de que se elabora. (...) O poder científico que não fala de sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da história. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico”*³². Isto mostra a vinculação do lugar e da prática histórica com o meio social.

Fazer história seria uma prática, mediada pela técnica, que coloca a história ao lado da literatura e da ciência, e com instrumentos que estão disponíveis a cada sociedade em certas épocas. Nesse sentido, o historiador acaba artificializando a natureza, transformando-a e modificando a natureza do homem. Ele trabalha sobre um material para transformá-lo em história. *“(...) Desde a sua documentação, ele procede a um deslocamento da articulação natureza/cultura. Modifica o espaço. (...) modifica o meio ambiente. (...) Civiliza a natureza.”*³³

O estabelecimento de fontes *“solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. O estabelecimento das fontes não provoca apenas uma repartição das relações razão/real ou cultura/natureza; ele é o princípio de uma redistribuição epistemológica dos momentos da pesquisa científica..”*³⁴.

JACQUES LE GOFF discute como os documentos foram conceituados, usados e analisados durante, principalmente, os séculos XIX e XX. Segundo ele, no capítulo Documento/monumento do livro *História e Memória*³⁵, os documentos e os seus conceitos sofreram modificações a partir do século XIX. Considera que o que sobrevive do passado depende de forças que operam no desenvolvimento temporal e dos historiadores e que os materiais da memória são os monumentos – perpetuam a recordação - e dos documentos - que passaram também por várias conceituações – e que neste século história transforma os

³² *Ibid.*, p. 70

³³ *Ibid.*, p. 80

³⁴ *Ibid.*, p. 82

³⁵ Jacques Le Goff. *Documento/monumento*. In: _____ . *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1996, p. 535-549.

monumentos em documentos. No século XIX ele seria conceituado como o fundamento do fato histórico. No século XX, com a escola positivista, o documento triunfou sobre o monumento, “*não há notícia histórica sem documentos*”. Segundo ele a Escola dos Annales amplia esta noção. Nos anos 60 a noção explodiu e revolucionou, seria a era da documentação de massa, da dilatação da memória e do computador, a emergência da história quantitativa onde o documento já não era dado por si próprio e sim relação com séries que os precederam e que os seguiriam; era a emergência da história descontínua.

Quanto aos documentos, além dos autores mencionados, optamos por utilizar, também, as conceituações de trajetórias a partir de Michel de Certeau, que estuda em *Fazer com: usos e táticas*, as concepções de trajetória – um movimento temporal no espaço; unidade diacrônica de uma sucessão de dois pontos percorridos; porém uma representação insuficiente.

Para a trajetória, o esquema mais adequado seria o de *estratégia e tática*. Estratégia seria como cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado, sendo organizada pelo postulado de um poder. A tática seria a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio; não teria por lugar senão o outro; é movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado, golpe a golpe, lance a lance; seria a arte do fraco, determinada pela ausência de poder.

*“(...) As estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que induz a fundação de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir”.*³⁶

Em suma, nos limites do nosso trabalho, estudaremos o aspecto da dominação do discurso, do seu controle a partir de um local convencionalizado como delimitador da “verdade” e da competência do discurso, assim como a formulação de normas de comportamento e procedimento, considerando-se as mudanças conceituais que ocorreram nos documentos e na História.

³⁶ Michel de Certeau. *Fazer com: usos e táticas*. In: *Op. Cit.*, 2001, p. 97-103.

Michel de Certeau falou do campo histórico, mas no nosso caso, procuramos pensar por essa perspectiva - de um lugar de fala que legitima o discurso - para entender as lutas entre anarquistas, socialistas, comunistas, burguesia, católicos e Estado, entre outros, pelo domínio e controle dos discursos dos trabalhadores e, além disso, qual desses atores controlariam suas práticas em torno das relações de trabalho.

Assim, a partir desses pressupostos apontados por Marc Bloch, Michel Foucault Jacques Le Goff, e Michel de Certeau, faremos nossa análise teórica da transmissão e da trajetória destes documentos.

O método que utilizamos para selecionar as fontes documentais que pudessem nos ajudar a comprovar nossas hipóteses, quanto à origem e a trajetória de tais documentos impressos presentes no AMORJ, foi o da observação dos catálogos 82 e 83, produzidos pelo ASMOB, e listagem de todos os documentos referentes ao anarquismo, que foram microfilmados, entre outros tantos, e fornecidos ao AMORJ. Nesses catálogos, procuramos todos os impressos que tivessem relações com os nomes anarquismo, anarquistas, libertários, anarco-sindicalistas, anarco-comunismo, anarco-socialismo e socialismo-libertário, como critério de identificação das publicações que fizessem menção aos anarquistas.

Nesse sentido, depois de uma primeira seleção, verificamos nas descrições de tais documentos, fornecidos por esses catálogos, se tinham realmente relação entre os conteúdos descritos e os títulos. Além dos títulos, verificamos, também, os subtítulos, as instituições e os grupos responsáveis pelas edições, além de editores e colaboradores que teriam ligações com grupos e movimentos libertários. Desse modo, produzimos uma lista de impressos que deram origem ao nosso “Índice de Impressos Anarquistas Presentes na ‘Coleção ASMOB’ do AMORJ”, em anexo no nesse trabalho.

Entretanto, esses catálogos somente nos forneciam informações básicas sobre os impressos. Para tentarmos entender a origem de tais documentos no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e no Archivio storico Operaio Brasiliano (ASMOB), tivemos que consultar outros documentos que pudessem nos dar indícios das suas trajetórias, além de entrevistarmos a coordenadora do AMORJ para obtermos informações inéditas e complementares. No primeiro caso, encontramos, no AMORJ, a revista *Memória e História* editada pelo ASMOB, em convênio com a editora Ciências Humanas, em São Paulo, que editaria as pesquisas do ASMOB no Brasil. Esta revista no seu primeiro

número, de 1981, seria dedicada inteiramente a vida e a obra de Astrogildo Pereira, enfatizando que foi o primeiro arquivo a ser recebido e organizado pelo ASMOB e que, por isso, esta o homenagearia com o primeiro número. Neste número, vários autores escreveram artigos sobre Astrogildo e, em um deles, escrito por Nelson Werneck Sodré, ficou exposto que os documentos referentes aos anarquistas e os comunistas, ou seja, os mais antigos de toda a coleção do ASMOB. Neste sentido, esta revista foi um dos documentos que nos serviram de base para levantarmos e narrarmos a trajetória dos documentos anarquistas, do momento da produção até a sua chegada ao AMORJ. Além dos catálogos e da revista, citados, utilizamos também o livro *Guia* deste arquivo, no livro *Guia* e no site do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) / ASMOB, assim como no site da Fundação Giamgiacomo Feltrinelli, na internet.

Outras informações que nos possibilitaram tal análise foram encontradas na bibliografia que levantamos. Este levantamento buscou informações quanto aos elementos que, julgamos, fizeram parte do contexto político e social dessa trajetória, que foram os movimentos sociais, sindicais, políticos, intelectuais e acadêmicos. Nesse sentido, tais informações bibliográficas colaboraram para a construção do nosso discurso e interpretação da trajetória desses documentos, que temos como objeto de pesquisa, além de colaborarem para a demonstração, comprovação e defesa das nossas hipóteses.

Um outro instrumento metodológico que utilizamos foram duas entrevistas, formais e anotadas, com a professora e coordenadora do AMORJ, Dr.^a Elina Gonçalves da Fonte Pessanha, no ano de 2001 e 2003. Estas entrevistas nos forneceram informações que colaboraram para consolidar as nossas suposições e entender o processo mais recente de tal trajetória, principalmente nos anos 80. Além disso, outras pequenas entrevistas informais foram realizadas, com pessoas que atuaram e atuam, tanto no AMORJ, quanto no CEDEM / ASMOB – em 2002, momento em que visitamos este arquivo –, no Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional, à procura de informações sobre esses tipos de documentos e suas ocorrências em tais arquivos, além de consultarmos seus catálogos, com o intuito de verificarmos a exclusividade destes no AMORJ.

Quanto à metodologia que utilizamos para analisar as informações que obtivemos e redigi-las, optamos por dividir a redação, a escrita, em quatro partes que enfocasse o aspecto da idade e o sentido destes documentos cada momento da sua trajetória, para os

que os detiveram, como na tabela de temporalidade proposta pela arquivologia. Assim, os documentos passariam por fases de produção, coleção, ordenamento, classificação e disponibilização. Baseados nestes princípios, consideramos que deviríamos desenvolver a nossa escrita nessas idades dos documentos que, afinal de contas, contam hoje com cerca de 80 a 100 anos, e passaram por processos muito próximos a esses, mesmo considerando-se que não foi um processo técnico e científico nos moldes arquivísticos, envolvendo anarquistas, comunistas, intelectuais e pesquisadores.

Sabemos que poderíamos utilizar outros meios para nossa análise e escrita, como por exemplo a própria trajetória dos movimentos dos trabalhadores, ou dos movimentos dos partidos políticos, como o PCB, ou ainda, a trajetória de Astrogildo Pereira. Enfim, poderíamos adotar qualquer desses caminhos para nossa escrita, entre outros, mas consideramos que os documentos tratados perpassam todos esses contextos. Achamos, assim, que seria mais viável e coerente tratá-los a partir da sua própria trajetória, significabilidade e apropriação pelos vários agentes e instituições que tiveram contato com estes.

No capítulo 1, analisaremos o momento de produção destes e do sentido de instrumento de comunicação social que tiveram na Primeira República no Brasil, de 1902 até 1922, contextualizados pelas lutas sociais e controle da palavra operária, e do mundo do trabalho, entre anarquistas, socialistas, burguesia e Estado. Neste momento, Astrogildo Pereira, enquanto liderança anarquista e intelectual - um colecionador anarquista - desde os anos 10, provavelmente - não obtivemos informações mais precisas sobre quando começou -, já colecionava impressos.

No capítulo 2, analisaremos do momento da coleção desses documentos por Astrogildo Pereira, considerando-se a sua primeira mudança de sentido. Este momento iria de quando ele colecionava e afastava-se do anarquismo, em 1920, supomos, até a sua morte, em 1965. Astrogildo passava de um colecionador anarquista para um comunista, fato que poderia levá-lo a desfazer-se dos impressos anarquistas, mas, parece, não o fez. Não seria possível, supomos, traçar uma linha divisória em 1922, cronologicamente falando, pois isso levaria a uma idéia errônea que Astrogildo estaria começando a sua coleção nesse ano. Até o momento da sua morte, supomos, Astrogildo colecionaria impressos, quando foram retirados do Brasil por conta da repressão dos militares que passaram a dominar o Estado. Esse período marca amplas lutas pelo poder político, o

desenvolvimento de uma ampla industrialização, a consolidação dessa burguesia brasileira e o seu papel no cenário político, marcadamente por dominações e controles dos movimentos dos trabalhadores por parte de instrumentos de Estado como a legislação trabalhista, a Justiça do Trabalho e a Lei de Segurança Nacional, que inibiria as manifestações, as mobilizações e a autonomia dos trabalhadores. Nesse sentido, dominar os trabalhadores e o trabalho seria dominar e garantir a própria produção e para isso, suas expressões deveriam ser controladas, silenciadas, principalmente através de seus documentos.

No capítulo 3, analisaremos dos impressos tendo um novo significado, o de documentos históricos, marcados por novas conjunturas de repressão, promovida pelos militares após 1964, contextualizadas pelos refluxos do movimento operário “tradicional” e da emergência do novo sindicalismo, de refluxos das oposições políticas, principalmente as de esquerda e dos comunistas, de retirada desses impressos do Brasil e da preocupação de pesquisadores brasileiros e europeus, principalmente italianos, com a preservação de documentos dos movimentos sociais brasileiros, além da criação do ASMOB, que parece ter sido, pelo contexto e cenário político italiano, favorável aos comunistas de lá, ao contrário do que acontecia por aqui.

No capítulo 4, analisaremos dessa mesma perspectiva desses impressos: documentos históricos. Nesse sentido, veremos que foram tomados como instrumentos de relevância para a construção da memória dos trabalhadores e dos movimentos sociais no Brasil. Assim, nos anos 80 e 90, estes impressos fariam parte das preocupações de vários pesquisadores, que, com esforços pessoais e institucionais, balizados por preocupações mais abrangentes quanto à preservação de patrimônios históricos e documentais brasileiros, apoiariam e colaborariam com projetos de sistematização e legislação que possibilitassem toda uma política de gestão documental, enfatizando-se, ainda, que o processo de redemocratização, após 1985, contribuiu para garantir tanto a vinda dos impressos anarquistas, entre tantos outros, ao país, quanto para o desenvolvimento de importantes projetos ligados a manutenção dos documentos históricos, fechando, aparentemente, um ciclo que começou com a produção, passando pela coleção, a organização e a disponibilização nos dias atuais.

Capítulo I – Anarquistas: produção

1 - Imprensa e impressos

A partir da segunda metade do século XIX e início do XX, os movimentos operários no Brasil produziram uma imprensa de oposição e combate às condições precárias, que faziam parte do seu cotidiano, e às formas como estavam as relações de trabalho no país, onde as desigualdades econômicas eram crescentes e as proteções aos trabalhadores eram minimizadas, assim como leis que eram proposta e caíam em descasos e descrédito nas partes envolvidas. Uma imprensa que procurava agregar e dar uma certa identidade aos trabalhadores, ora denunciando as arbitrariedades e as contradições presentes nas propostas dos patrões e do Estado; ora mostrando alternativas - como as dos anarco-sindicalistas que propunham projetos de sociedades autogeridas -, através da circulação dos seus impressos, entre outros meios. Uma imprensa que, arbitrariamente, para efeito de análise, pode ser lida como a homogeneização das várias impressas, dos vários grupos e associações de trabalhadores, considerando-se as várias matrizes ideológicas que as influenciavam, como o anarquismo, o socialismo e o socialismo reformista, por exemplo.

Devemos considerar, como já dissemos, que, aparentemente, isso é um paradoxo em relação à identidade, particularidade e heterogeneidade dos grupos sociais, mas que, na verdade, é mais uma questão metodológica, pois sabemos que cada grupo produziu sua imprensa e seus impressos mediante as suas expressões culturais e sociais³⁷. Ou melhor, na medida em que uma associação de trabalhadores como, por exemplo, só para citarmos alguns casos da imprensa anarquista, o Centro dos Operários das Pedreiras do Rio de Janeiro – que produziu a revista *A Vida* -, outra como a dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Cafês, Bares e Classes – que produziu o jornal *O Cosmopolita* -, outra como a Confederação Operária Brasileira – que produziu o jornal *A Voz do Trabalhador* -, outra

³⁷ Podemos ver outros casos de grupos diferentes na imprensa anarquista nos estudos de Edilene Teresinha Toledo - Edilene Teresinha Toledo. Em torno do jornal "O Amigo do Povo": os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. In: Arquivo Edgard Leuenroth. *Anarquismo e Anarquistas. Cadernos AEL*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth / IFCH / UNICAMP, v. 8/9, 1998. Podemos ver também em Luigi Biondi - Luigi Biondi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários etnocêntricos. *Ibid*.

como o *grupo Aurora Libertária* – que produziu o jornal *A Revolta* - etc, mesmo que pudessem manter a mesma matriz ideológica, partiam de culturas e interesses múltiplos e particulares quando produziam seus discursos e os divulgavam, ou imprimiam, nas folhas dos jornais, revistas, livros e artigos. É importante salientar que a diversidade de cidades de edição desses impressos no Brasil – em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Rio grande do Sul, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Pará – e no exterior – em países como Portugal, Espanha, França e Argentina - apontam para as diferenças culturais as quais estamos nos referindo, conforme poderemos ver nas notas do quadro 6 do capítulo 4.

Além da questão das diferenças entre as associações de trabalhadores, existiram, também, as diferenças de nacionalidades no meio do operariado urbano brasileiro, como foram os casos de imigrantes europeus, principalmente italianos, espanhóis e portugueses. No caso dos portugueses e espanhóis, eles apareceram mais no Rio de Janeiro. Os italianos tiveram presença maior em São Paulo. No caso desses últimos, analisando-os a partir do nosso levantamento, vimos a presença deles, considerando-se os seus redatores e colaboradores, em periódicos como: *La Barricata*, *La Guerra Sociale* e *Alba Rossa*. Devemos ressaltar que os italianos colaboraram em vários outros periódicos, mas esses, nos parece, seriam mais direcionado aos leitores italianos.

Na imprensa operária, portanto, podemos destacar a imprensa anarquista – que também é uma homogenização, dado os vários grupos anarquistas em torno das associações de trabalhadores -, que procurou difundir, comunicar, informar, formar opinião favorável aos seus discursos libertários e construir sua própria cultura³⁸. Além da imprensa, os anarquistas buscaram outros meios de divulgação e instrução libertária, como por exemplo: o teatro amador, as escolas e até universidades populares.³⁹

Foram lançados vários títulos - na coleção que analisamos constam 59 títulos de jornais e revistas e 40 livros e artigos. Muitos deles tiveram circulação por curtos períodos de tempo, por conta das dificuldades econômicas das associações de trabalhadores e das ações repressoras do Estado. Entretanto, seriam os conteúdos deles que poderiam

³⁸ Para estudar melhor a imprensa anarquista no Brasil, podemos consultar Maria Nazareth Ferreira, *op. cit.*, 1988.

³⁹ Cláudia Soares de Azevedo Montalvão. *Op. cit.*

incomodar aos que defendiam a manutenção do *status quo* - como a burguesia e o Estado, por exemplo. Eram discursos em que se preconizavam a queda do Estado e a implantação de uma sociedade mais justa e igualitária; em que preconizava o fim de qualquer poder coercitivo que levava os homens à opressão; sobre a possibilidade de uma sociedade igualitária, a emancipação dos homens, o anticlericalismo, o antimilitarismo etc.

Os impressos anarquistas e as suas redações – algumas vezes ligados às sedes das associações de trabalhadores sofreram com as repressões, os empastelamentos e as perseguições políticas. Além disso, problemas econômicos, como dissemos, dificultavam a vida mais prolongada deles. Sua sobrevivência e circulação - normalmente eram vendidos por assinatura, sendo na maioria dos casos semanais, mensais e semestrais - dependia do esforço dos seus militantes, colaboradores e simpatizantes. A imprensa anarquista fez parte desse esforço de divulgação do anarquismo e das suas possibilidades de realização, assim como de inculcar nos indivíduos o desejo de uma sociedade igualitária e voltada para o bem-comum. Visava-se a construção de um discurso e de uma cultura anarquista.

*"O jornalismo, o teatro amador de contestação e a poesia eram alguns dos meios usados pelo movimento operário para construir a sua própria cultura, tendo por meta o ideal da autogestão. Seu objetivo era provocar a derrocada do Estado, acabar com o regime de pobres e ricos, exploradores e explorados, para construir em cima das ruínas do velho sistema burguês uma Sociedade Nova, autogerida, onde todos tivessem direitos e deveres iguais. Estes temas começam a ser freqüentemente tratados na imprensa operária e social, tornando-se uma verdadeira escola para os trabalhadores ligados a este sindicalismo autônomo."*⁴⁰

Contudo, os anarquistas não se resumiram às atividades doutrinárias e teóricas. Eles atuaram e promoveram movimentos políticos e culturais que influenciaram mudanças nas relações de trabalho e no posicionamento da burguesia e do Estado, em relação aos constantes abusos e explorações pelas quais os trabalhadores passavam, através de sua imprensa. Nesses vinte primeiros anos do século XX, atividades como o I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, a fundação da Confederação Operária Brasileira e a

⁴⁰ Edgar Rodrigues. *Sindicatos, congressos operários e reivindicações*. In: _____. *Op. Cit.*, p. 25.

campanha contra o serviço público obrigatório, em 1908, a realização do II Congresso Operário Brasileiro, em 1913, a criação do Centro de Estudos Sociais, em 1914, o Congresso Anarquista no Rio de Janeiro e o Congresso Internacional pela Paz, em 1915, a Confederação Operária de São Paulo e a greve geral em São Paulo e no Rio, que teve o seu apoio, em 1917, a insurreição de 1918 no Rio de Janeiro, entre outros, fizeram parte do repertório de atividades dos anarquistas. Seus impressos seriam instrumentos de divulgação e mobilização dos trabalhadores e dos seus movimentos.

Em suma, a construção da cultura anarquista, que possibilitava o fomento de uma identidade coletiva em torno dos trabalhadores urbanos e de uma nova sociedade, poderia implicar na construção de novas possibilidades de organização das estruturas políticas, econômicas e sociais, desnaturalizando as estruturas burguesas praticadas pela sociedade e propondo outras possibilidades e discursos, em processos que passariam pela comunicação através da imprensa. Além disso, esses impressos anarquistas também poderiam fornecer concepções outras da “realidade” particularmente ligadas aos seus interesses e mostrar as sua multiplicidade de sentidos naquele momento específico. Definitivamente, neste momento, não eram entendidos como documentos históricos e sim como instrumentos de comunicação social de massa.

Talvez, Estado e burguesia, cientes do perigo que essa comunicação poderia representar para a manutenção da ordem da sociedade burguesa, promoveram perseguições tanto aos militantes quanto aos impressos e as redações - que difundiam as idéias libertárias e formavam opinião, no sentido de dominar ou silenciar os discursos dos trabalhadores que, possibilitado pela sua autonomia e pela própria idéia liberal, mantinha-se distante da atuação e da influência do Estado no seu interior. Além disso, apareceriam projetos que visavam disciplinar o trabalho e o cotidiano dos trabalhadores – como a criação de vilas operárias, desde o final do século XIX; a promulgação do Código Civil, em 1916; a criação do Departamento Nacional Trabalho, em 1917; o Código do Trabalho proposto por Maurício de Lacerda em 1917; a Lei de Acidentes de Trabalho, em 1919; a adesão do Brasil à Organização Internacional do Trabalho, em 1919, entre outros. Nesse sentido, a transmissão da cultura anarquista, das identidades, dos discursos, das idéias etc, através desses impressos, que travavam forte debate com a burguesia liberal e Estado liberal, que intervinha cada vez mais nas relações entre patrões e trabalhadores, quanto às

formulações e a conduta destes e as posições da sociedade mediante os conflitos de classe, além dos debates com os chamados socialistas amarelos - ligados aos governos -, no interior do movimento. Desses debates, foram fomentados processos de sufocamento e silenciamento da palavra operária, principalmente dos anarquistas e da própria autonomia do movimento.

2 - Produção anarquista

Durante o período da Primeira República, principalmente entre 1900 e 1920, foram lançados inúmeros títulos de impressos anarquistas, talvez, com a perspectiva de veicular discursos nos poucos instrumentos de comunicação de massa da época, que eram os jornais, revistas e livros. Entre jornais e revistas, selecionados no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, os títulos foram diversos e de associações distintas de trabalhadores - e, por outro lado, de curta duração na maioria dos casos. Podemos verificar os jornais e o período em que circularam através do quadro a seguir:

Quadro 1 – Jornais anarquistas do acervo do AMORJ e períodos de circulação

JORNAL	PERÍODO
<i>Amigo do Povo</i>	1902 - 1902
<i>Não Matarás</i>	1908
<i>A Sementeira</i>	1908 - 1913; 1916 - 1919
<i>A Luta</i>	1908 - 1918
<i>A Voz do Trabalhador</i>	1909
<i>La Barricata</i>	1909 - 1913
<i>Les Temps Nouveaux</i>	1909 - 1914
<i>A Vanguarda</i>	1911 - 1911
<i>A Guerra Social</i>	1911 - 1912
<i>Germinal</i>	1913
<i>A Voz do Trabalhador</i>	1913 - 1915
<i>A Aurora</i>	1913; 1915 - 1916
<i>A Rebelião</i>	1914 - 1914
<i>A Vida</i>	1914 - 1915
<i>O Despertar</i>	1914 - 1915
<i>A Lanterna</i>	1914 - 1915
<i>La Obra</i>	1915 - 1915
<i>Na Barricada</i>	1915 - 1916
<i>Accion</i>	1915 - 1916
<i>A luta</i>	1916 - 1916
<i>La Guerra Sociale</i>	1916 - 1917
<i>Tribuna do Povo</i>	1916 - 1917
<i>A Voz do Trabalhador</i>	1916 - 1917
<i>O Cosmopolita</i>	1916 - 1918
<i>Liberdade</i>	1917 - 1919
<i>A Plebe</i>	1917 - 1922
<i>Crônica Subversiva</i>	1918
<i>O Metalúrgico</i>	1918
<i>Primeiro de Maio</i>	1918

JORNAL	PERÍODO
<i>Jornal do Povo</i>	1918
<i>Boletim da Escola Moderna</i>	1918 - 1919
<i>Tribuna do Povo</i>	1918 - 1919
<i>A Aurora</i>	1919
<i>A Revolta</i>	1919
<i>A Razão</i>	1919
<i>A Vanguarda</i>	1919
<i>A Voz do Trabalhador</i>	1919
<i>O Jerminal</i>	1919 - 1919
<i>A Dor Humana</i>	1919 - 1919
<i>Alba Rossa</i>	1919 - 1920
<i>Spartacus</i>	1919 - 1920
<i>A Hora Social</i>	1919 - 1920
<i>O Grito Operário</i>	1919 - 1920
<i>O Extremo Norte</i>	1920
<i>Folha do Povo</i>	1920
<i>O Metalúrgico</i>	1920
<i>O Escravo</i>	1920
<i>1º de Maio</i>	1920
<i>A Vanguarda</i>	1920
<i>Luz ao Povo</i>	1920 - 1920
<i>Boletim da FORJ</i>	1921
<i>A Alvorada</i>	1921
<i>Revista Liberal</i>	1921 - 1922
<i>A Vanguarda</i>	1921 - 1922
<i>O Syndicalista</i>	1921 - 1926
<i>O Libertário</i>	1922
<i>Renovação</i>	1922
<i>A Voz da união</i>	1922 - 1923
<i>Ação Direta</i>	1946 - 1959

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa

Entre os impressos que selecionamos, constam 59 títulos de jornais e revistas – considerando-se que os jornais existentes no AMORJ foram os que puderam ser microfilmados, ao contrário de outros que não tiveram condições materiais para isso, que normalmente duravam pouco tempo, em média dois anos, segundo nossos cálculos - e 40 de livros e artigos.

Nas redações desses impressos, os seus responsáveis e os colaboradores desdobraram-se para viabilizar a produção e a circulação desses impressos, levando-se em conta as dificuldades econômicas e políticas que os momentos impunham. Entre esses redatores e os jornais nos quais trabalhavam, nos limites do nosso trabalho, podemos montar o seguinte quadro:

Quadro 2 - Redatores de jornais e revistas anarquistas do acervo do AMORJ

REDADORES	TÍTULOS	ANO
Neno Vasco	Amigo do Povo	1902
Hilário Marques	A Sementeira	1908
João Arzua	A Guerra Social	1911
Motta Assunção	A Vanguarda	1911
<u>Maciel Barbosa</u>	<u>A Aurora</u>	1913
Oreste Ristori e Rodolfo Felipe	La Barricata	1913
R. Felipe	Germinal	1913
Edgard Leuenroth	A Lanterna	1914
Orlando Corrêa Lopes	A Vida	1914
Orlando Corrêa Lopes	Na Barricata	1915
R. F. Gil	La Obra	1915
Antonio Canellas	Tribuna do Povo	1916
Edgard Leuenroth	A Plebe	1917
Pedro Matera	Liberdade	1917
Alberto Martins	Jornal do Povo	1918
Astrogildo Pereira	Crônica Subversiva	1918
João Penteado	Boletim da Escola Moderna	1918
Olintho Rabelo	O Metalúrgico	1918
Ângelo Bandoni	Alba Rossa	1919
Astrogildo Pereira	Spartacus	1919
Jacinto Alcides	A Voz do Trabalhador	1919
João Wailer	A Dor Humana	1919
Marques da Costa	A Revolta	1919
Santos Júnior	A Aurora	1919
A. Suarez	A Razão	1919
Syndolfo Correia	A Hora Social	1919
<u>Amadeu Neves</u>	<u>Luz ao Povo</u>	1920
M. de Gusmão	Folha do Povo	1920
N. Pimentel	O Extremo Norte	1920
Orlando Martins	O Sindicalista	1921
Foseo Pardini	A Voz do Trabalhador	1922
José Rodrigues	O Grito Operário	1922
José Oiticica	Ação Direta	1946

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

Cabe destacar que alguns desses jornais não fornecem informações sobre seus respectivos redatores e os que citamos também foram colaboradores em outros jornais e revistas que não foram, necessariamente, nos que trabalhavam.

Algumas autorias se referem às instituições e aos movimentos operários. Muitos desses autores, como podemos perceber e verificar no índice dos impressos anarquistas que construímos, em anexo, também colaboraram na imprensa anarquista.

Os redatores e títulos sublinhados referem-se aos editados no exterior, os restantes foram editados em várias cidades do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

De 1901 a 1908 houve greves, que refletiram insatisfações nos meios dos trabalhadores e desigualdades produzidas pelas relações de trabalho industriais no Brasil. Nesse sentido, os trabalhadores buscavam organizar movimentos, utilizando para isso os jornais ligados às categorias – em 1902 foi lançado o jornal *O Amigo do Povo*; ano, também, do II Congresso Socialista. Além disso, eles conseguiram também promover, em 1906, o I Congresso Operário Brasileiro - onde prevaleceram os ideais anarquistas, o sistema federativo de associações trabalhistas nos moldes da CGT francesa, a autonomia sindical etc, “*seriam momentos decisivos de organização política independente e própria dos trabalhadores*”⁴¹. Entre os veículos de divulgação desse congresso e, posteriormente de discussão e divulgação das suas resoluções, estiveram presentes, sem dúvida, as páginas dos jornais ligados a eles, que publicaram circulares das associações operárias convocando os trabalhadores para tal congresso, que teve, entre outros resultados, a indicação de criação da Confederação Operária Brasileira.

Em 1907, ocorreram várias greves operárias – “*enquanto instrumento básico de mobilização contra o patronato*”⁴² - pela regulamentação das jornadas de oito horas de trabalho. Em 1908 os anarquistas organizaram a Confederação Operária Brasileira, no Rio de Janeiro, e criaram o jornal *A Voz do Trabalhador*, como porta-voz dessa confederação. Além disso, intensificaram a campanha popular contra o serviço militar obrigatório, que para eles serviria para defender interesses burgueses. Neste ano foram lançados também os jornais *Não Matarás*, *A Luta*, e *A Sementeira*, que constam no nosso levantamento.

⁴¹ Francisco Foot Hardman. *Op. Cit.*, 337.

⁴² *Ibid.*

Em 1909 os anarquistas se manifestaram contra o fuzilamento do educador Francisco Ferrer, que propunha uma educação moderna, libertadora, na Espanha, foi lançado na França o jornal *Les Temps Nouveaux*. Em 1911 foram lançados os jornais *A Vanguarda* e *A Guerra Social*. De 1909 até 1912, aproximadamente, o movimento operário entrou em relativo refluxo, intensificando-se neste último ano através de várias greves operárias e do agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Ainda neste ano, ocorreu, com o aval do Estado, o IV Congresso Operário Brasileiro, promovido pelos “socialistas reformistas”, duramente criticado pelos anarquistas, que não consideravam um congresso operário patrocinado pelo Estado como legítimo fórum de debates e resoluções dos trabalhadores, e sim um oportunismo do Estado para penetrar nos movimentos e controlar os operários, sob o comando de lideranças socialistas ligados a este. Em 1913 os anarquistas promoveram o II Congresso Operário Brasileiro - realizado na sede da Confederação Operária Brasileira e da Federação Operária do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro e reativaram o jornal *A Voz do Trabalhador*, que fora órgão informativo da Confederação Operária Brasileira. Este congresso ocorreu após intensa campanha de agitação em todo país contra a lei Afonso Gordo – pela expulsão dos estrangeiros “indesejáveis”- e reafirmou teses anarco-sindicatas, como a organização sindical autônoma e federalista, a negação da necessidade de partidos políticos e ressaltou a organização rural etc. Neste II Congresso, destacou-se Astrogildo Pereira, que militava a pouco entre os anarquistas, interessando pelas leituras e pela produção jornalística anarquista. Foram lançados, neste ano, os jornais *A Voz do Trabalhador*, *La Barricata*, *Germinal* e *A Aurora*.

Em 1914 houve a fundação do Centro de Estudos Sociais no Rio de Janeiro, que parece ter sido um fórum de debates e estudos entre anarquistas e socialistas. Em São Paulo, o Centro Libertário de São Paulo convocava para uma conferência libertária - tinha o propósito de se fazer representar no Congresso Anarquista Internacional, que seria realizado em Londres. Com a adesão de anarquistas cariocas, principiou-se uma coleta de recursos entre os militantes de todo o país. A deflagração da guerra frustrou os planos para a realização do Congresso em Londres e levou os anarquistas brasileiros a lutarem pelo movimento contra a guerra e contra o militarismo. Neste ano foi lançada a revista *A Vida* e os jornais *A Lanterna* e *A Rebelião*.

Em 1915 houve a criação da Comissão Popular de Agitação Contra a Guerra, pela Federação Operária do Rio de Janeiro. Os anarquistas, para substituir o congresso

internacional que foi proibido na Inglaterra, realizaram o Congresso Internacional pela Paz, no Rio de Janeiro, reunindo também socialistas e outros sindicalistas. Neste ano, foi discutido um projeto de lei acidentes de trabalho, de autoria de Afonso Gordo, como, talvez, uma das formas de possibilitar a maior intervenção do Estado nas demandas, movimentações e reivindicações operárias, além de ir minando seu poder de mobilização, conferindo à produção capitalista burguesa maior otimização, regulamentando o valor dos corpos dos operários – a partir da lógica burguesa das companhias de seguros -, pendendo para as demandas dos patrões, e disciplinando as formas de negociação das insalubridades – não seria mais preciso que os trabalhadores lutassem e fizessem movimentos para tal reconhecimento, o Estado, através de lei específica faria isso. Também neste ano, foram lançados os jornais *Na Barricada*, *Accion Libertária* e *La Obra*. Em 1916, foram lançados os jornais *O Cosmopolita*, *La Guerra Sociale*, *A Luta* e *Tribuna do Povo*.

Em 1917, ocorreram greves gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro, com uma maior penetração dos anarquistas e organizações operárias, além da mobilização de milhares de trabalhadores. Neste ano foram muitos os trabalhos de agitação e propaganda anarquista através, principalmente, da imprensa operária, com um certo otimismo marcado pelo sucesso dos bolcheviques na Rússia. Foram lançados os jornais *Liberdade* e *A Plebe*.

Em 1918 ocorreu, no Rio de Janeiro uma Insurreição Anarquista, que foi duramente reprimida pelo Estado, além de greves que pediam, entre outras coisas, melhores condições de vida e trabalho, dado os baixos salários, a carestia dos gêneros de primeira necessidade e as faltas de condições físicas de trabalho, além da exploração da jornada de trabalho. A Comissão de Legislação Social foi criada na Câmara, neste mesmo ano, e a questão social, mesmo continuando a ser um “caso de polícia”, estava sendo discutida na Câmara, refletindo a ineficácia das práticas do Estado liberal - que as resolvia como distúrbios de ordem pública e utilizando os poderes policiais para dispersar os impasses -, mesmo que respondessem muito mais aos interesses de controle burgueses e estatais. Entretanto, a questão não seria somente social, na medida em que a Insurreição e as greves podem apontar para um momento em que a sociedade estaria em grandes conflitos de interesses os trabalhadores, digamos, poderiam estar se entendendo melhor, dentro do processo produtivo e social, como classe explorada e marginalizada. As leis, talvez, amenizassem as diferenças. Neste ano foram lançados os jornais *Crônica Subversiva*, *O Metalúrgico*, *Boletim da Escola Moderna*, *Primeiro de Maio*, *Jornal do Povo* e *Tribuna do Povo*.

Em 1919, foi promulgada a Lei de Acidentes de Trabalho, decreto 3724, projeto de Nicanor Nascimento, que colocaria aos “competentes” a tarefa de avaliar os acidentes e a classifica-los, que seriam as companhias seguradoras, como dissemos. Nesse sentido, os trabalhadores ficariam sob uma lei específica, podendo recorrer ao Estado caso a lei não fosse cumprida. Entretanto, esse tipo de iniciativa beneficiaria mais à intervenção do Estado e aos arranjos dos patrões do que propriamente aos operários, que se viam mais atrelados às estruturas estatais; perdiam seu poder de mobilização autônoma, conforme pregavam os anarquistas. Além disso, foi criada, pelo Tratado de Versalhes, a Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil se tornou membro, que visava difundir uma doutrina baseada nos direitos e justiça sociais, preconizadas em 1891 pela Encíclica *Rerum Novarum*- do Papa Leão XIII -, não acabando com a exploração capitalista e sim amenizando-a, por meio de leis que regulamentassem as desigualdades, que amenizassem as desigualdades econômicas através de igualdades jurídicas. Por um lado, esta encíclica condenava o liberalismo, o comunismo, o socialismo e o anarquismo, mas por outro achava pertinente a intervenção do Estado nas relações sociais. No Brasil, isso teria repercussões na presença maior do Estado na vida social e econômica. Foram lançados, neste momento, os jornais *A Aurora*, *O Jerminal*, *Spartacus*, *Alba Rossa*, *A Razão*, *O Metalúrgico*, *A Vanguarda*, *A Dor Humana*, *A Hora Social* e *A Revolta*.

Em 1920, foi realizado o III Congresso Operário Brasileiro, de orientação anarquista, no Rio de Janeiro. Este congresso apontava que as poucas conquistas trabalhistas não foram respeitadas. Nos debates, houve críticas quanto aos métodos dos bolcheviques na Rússia e isso levou a um afastamento entre lideranças que apoiavam sem restrições a Revolução Russa e os que criticavam seus métodos. Foram lançados, nesse momento, os jornais *Primeiro de Maio*, *A Voz da União*, *O Extremo Oriente*, *Folha do Povo*, *A Vanguarda* e *A Luz do Povo*.

Em 1921 foram lançados os jornais *Boletim da FORJ*, *A Alvorada*, *A Vanguarda*, *Revista Liberal*, *O Syndicalista*.

O ano de 1922 seria palco de diversos e relevantes acontecimentos, como crises políticas entre os grupos oligárquicos que dominavam o poder, por ocasião da sucessão do presidente da República Epitácio, e sociais. Diante de insatisfações, os militares, através do movimento tenentista do forte de Copacabana, levantariam as suas vozes, agravando a crise.

Em Niterói, a partir de uma dissidência do anarco-sindicalismo, entre outros, foi criado o Partido Comunista do Brasil (PCB), com proposta de implantação de um regime comunista no Brasil, a partir das orientações da Internacional Comunista, com sede em Moscou, e que visava, através da organização dos trabalhadores – por meio de uma centralização e burocratização dos movimentos - a união com a pequena burguesia e com os camponeses, para o sucesso de um a revolução socialista.

Em São Paulo estavam sendo criada, como uma primeira iniciativa, efetiva, de arbitragem judicial das relações de trabalho no Brasil, os Tribunais Rurais, pela lei estadual 1869. Os jornais *Renovação* e *A Voz do Trabalhador* foram criados nesse ano.

Poderíamos continuar mencionando muitos outros eventos e conjunturas⁴³, mas nos limitaremos a esses para entender o papel dos jornais nesses contextos⁴⁴.

Para facilitar uma visão mais geral dos lançamentos desses jornais, considerando-se os anos e as quantidades, a partir da do arquivo particular de Astrogildo Pereira, formulamos o seguinte quadro:

⁴³ Sobre a legislação trabalhista no Brasil podemos ver Evaristo de Moraes Filho. Introdução ao Direito do Trabalho. 7. ed. São Paulo; LTr, 1995; Kasumi Munakata. A Legislação Trabalhista no Brasil. *Op. Cit.* Sobre o movimento anarquista podemos ver Boris Fausto. Trabalho Urbano e Conflito Social. *Op. Cit.*; Francisco Foot Hardman. História da Indústria e do Trabalho do Brasil. *Op. Cit.*; Carlos Augusto Addor. A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro. *Op. Cit.*

⁴⁴ Todos os jornais que mencionamos fazem parte do arquivo de Astrogildo Pereira e, por isso, não dão conta de uma maior diversidade de jornais que comporam a imprensa anarquista na Primeira República.

Quadro 3 – Lançamentos de jornais anarquistas por ano e quantidade

TÍTULOS	ANO	QUANT.
O Amigo do Povo	1902	1
Não Matarás, A Luta, A Sementeira	1908	3
A Voz do Trabalhador, Les Temps Nouveaux	1909	2
A Vanguarda, A Guerra Social	1911	2
A Voz do Trabalhador, La Barricata, Germinal, A Aurora	1913	4
A Vida, A Lanterna, A Rebelião, O Despertar	1914	4
Na Barricada, Accion Libertária, La Obra	1915	3
O Cosmopolita, La Guerra Sociale, A Voz do Trabalhador, A Luta, Tribuna do Povo	1916	5
Liberdade, A Plebe.	1917	2
Crônica Subversiva, O Metalúrgico, Boletim da Escola Moderna, Primeiro de Maio, Jornal do Povo, Tribuna do Povo.	1918	6
A Aurora, O Jerminal, Spartacus, Alba Rossa, A Razão, O Metalúrgico, A Vanguarda, A Dor Humana, A Hora Social, A Revolta.	1919	10
Primeiro de Maio, A Voz da União, O Extremo Oriente, Folha do Povo, A Vanguarda, O Escravo, A Luz do Povo.	1920	7
Boletim da FORJ, A Alvorada, A Vanguarda, Revista Liberal, O Syndicalista.	1921	5
Renovação, A Voz do Trabalhador, O Grito Operário, O Libertário	1922	4
Ação Direta ⁴⁵	1946	1

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

Estes impressos, entre outros que não fizeram parte dessa coleção, foram instrumentos de comunicação fundamental para a organização dos trabalhadores frente a condições adversas de trabalho e de posicionamentos sociais, conforme já mencionamos. É importante perceber que esses acontecimentos foram comunicados, informados, discutidos e articulados através dos impressos anarquistas desse período que, obedecendo a essas funções específicas, possibilitaram que os movimentos operários se articulassem, e enfrentassem os interesses do Estado e da burguesia brasileira.

Nas redações - normalmente ligadas às associações de trabalhadores, além de outras associações civis, e quase sempre mantidas com os seus recursos - figuraram escritores de destaque no movimento operário brasileiro e na literatura dos trabalhadores, como Astrogildo Pereira, José Oiticica, Fábio Luz, entre outros, conforme mencionamos.

⁴⁵ Esse jornal está fora do período que delimitamos como uma primeira fase desses documentos, mas, por fazer parte da produção anarquista, mesmo, repito em um momento posterior, o incluímos no nosso trabalho.

No nosso levantamento, a partir dos subtítulos das publicações, verificamos que houve relação entre redações anarquistas e associações de trabalhadores, nos casos que podemos verificar no seguinte quadro:

Quadro 4 – Relações dos jornais com associações, locais de publicações e anos de lançamentos

TÍTULO	ASSOCIAÇÃO	LOCAL	ANO
<i>A Voz do Trabalhador</i>	Confederação Operária Brasileira	Rio de Janeiro	1913
<i>A Vida</i>	Centro dos Operários das Pedreiras	Rio de Janeiro	1914
<i>A Luta</i>	Grupo Iconoplasta	Pelotas, RS	1916
<i>O Cosmopolita</i>	Empregados em Hotéis, Restaurantes, Cafés, Bares e Classes Congêneres	Rio de Janeiro	1916
<i>Tribuna do Povo</i>	Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco	Recife	1916
<i>A Voz do Trabalhador</i>	Liga Operária Internacional	Poços de Caldas, MG	1916
<i>Boletim da Escola Moderna</i>	Escola Moderna	São Paulo	1918
<i>O Metalúrgico</i>	União Geral dos Metalúrgicos	Rio de Janeiro	1918
<i>Primeiro de Maio</i>	Centro Artístico Cearense	Fortaleza, CE	1918
<i>O Jerminal</i>	Grupo Operário de Semeadores	Rio de Janeiro	1919
<i>A Revolta</i>	Grupo Aurora Libertária	Pará	1919
<i>A Razão</i>	Empregados de Estradas de Ferro	Bauru, SP	1919
<i>A Hora Social</i>	Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco	Recife, PE	1919
<i>A Dor Humana</i>	União Geral dos Trabalhadores	Bagé, RS	1919
<i>O Metalúrgico</i>	União dos Operários Metalúrgicos	São Paulo	1919
<i>A Voz da União</i>	Empregados em Cafés, Bares e Anexos, editado pelo grupo “Jovens do Futuro”	São Paulo	1920
<i>O Escravo</i>	Federação Operária de Alagoas	Maceió, AL	1920
<i>Boletim da FORJ</i>	FORJ	Niterói, RJ	1921
<i>O Syncicalista</i>	Federação Operária do Rio Grande do Sul	Porto Alegre, RS	1921
<i>O Grito Operário</i>	Liga Operária da Construção Civil	São Paulo	1922
<i>O Libertário</i>	Aliança Anarquista	São Paulo	1922

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa

As condições de produção poderiam não ser ideais, porém - considerando-se o número de títulos dos impressos e as oportunidades de levar à circulação pública discussão e idéias que não eram veiculadas pela “grande imprensa”⁴⁶, e que eram discutidas em círculos mais fechados -, essas redações poderiam ser “*espaços de sociabilidade*

⁴⁶ Imprensa burguesa como era chamada pelos anarquistas e socialistas.

intelectual”⁴⁷ – no sentido de poderem ser fóruns de debates e exposições de alternativas ao movimento operário organizado – e de oportunidade de lançamentos de idéias, obras e carreiras de intelectuais que não encontravam alcance em outras. Nesse sentido, a comunicação jornalística desempenharia, além da formação de opinião e veiculação de idéias, a função de “projetar” intelectuais à margem da “grande imprensa” e do pensamento burguês e estatal e também do debate público de idéias, através de artigos impressos nas suas folhas.

Como nos mostra Angela de Castro Gomes, *"Os jornais representavam, assim, uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores"*⁴⁸

Essa relação dos intelectuais com os jornais, pode nos apontar que as editoras de livros deveriam ser um tanto restritas e que as folhas dos jornais possibilitavam a projeção e a inserção de novos profissionais no *métier* da intelectualidade burguesa. Entretanto, para os da imprensa operária anarquista, os jornais poderiam ser espaços de discussões e lançamento de idéias, além da preocupação de mobilização dos trabalhadores.

A comunicação das idéias que eles estampavam nos impressos, a partir das leituras de pensadores anarquistas europeus como: Mikail Bakunin, Pedro Kropotikne, Errico Malatesta, Eliseu Reclus, Jean Grave, Joseph Phroudon, entre muitos outros -, provavelmente encontrara possibilidades de desenvolvimento entre os trabalhadores – principalmente os urbanos.

Um caso que julgamos importante mencionar, é o da revista *A Vida*, publicada entre 1914 e 1915, produzida por intelectuais anarquistas, no Centro dos Operários das Pedreiras do Rio de Janeiro. Essa revista nos pareceu importante por estar integrando, num

⁴⁷ Expressão usada por Carla Guedes Martins no seu estudo sobre a Revista do Trabalho. Esta revista surgiu no contexto de criação do Ministério do Trabalho (1930) e da Justiça do Trabalho (1934) que exigiam especialização profissional, até então quase inexistente no Brasil. Os cursos de direito ainda não estavam preparados para essa nova demanda. A revista tornou-se, então, um lugar organizacional, um lugar de sociabilidade estratégico, um lugar de sociabilidade intelectual onde seriam discutidas as novas demandas do direito do trabalho no Brasil. Ver Carla Guedes Martins. *Introdução*. In: _____ . Revista do Trabalho. Uma contribuição para o direito do trabalho no Brasil. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História / Universidade Federal Fluminense / Dissertação de Mestrado, 2000, p. 9-13.

⁴⁸ Angela de Castro Gomes. *O “pequeno mundo” dos historiadores*. In: _____ . História e Historiadores. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.45.

mesmo “lugar”, teorias anarquistas e práticas libertárias entre atores de diferentes práticas profissionais: os operários das pedreiras e os intelectuais. Nesse sentido, o que nos pareceu curioso foi o espaço que esse centro de operários abriu para uma discussão teórica, a partir de um periódico vinculado a este, contribuindo, também, para a nossa curiosidade, o alto índice de analfabetismo entre os operários das duas primeiras décadas do século XX. Seriam posições, no mínimo, incompatíveis. Mas o fato é que essa revista foi produzida neste centro e contou com a colaboração de vários autores de artigos ligados ao anarquismo e a socialismo. Esses aspectos dessa revista nos levaram a perceber a preocupação de intelectuais e lideranças anarquistas com a informação e a proliferação de obras, com direção às teorias socialistas e anarquistas, através das suas páginas e, por outro lado, a adaptação dos discursos europeus às condições brasileiras.

Esses discursos e práticas, adaptando-se à realidade e às contradições do trabalho subordinado no Brasil, produziram uma equação que obteve resultados relativamente satisfatórios e importantes para os movimentos trabalhistas – na medida em que mostrou para a sociedade que havia possibilidade de mobilização de forma autônoma e que existiam propostas efetivas de mudanças sociais, visto que a idéia liberal que dominava a atuação do Estado e a burguesia, mostrava sinais de crise e declínio -, mas que não conseguiu se sustentar depois dos anos vinte.

Enfim, a liderança e as práticas anarquistas declinaram por um conjunto de fatores que levaram ao enfraquecimento da autonomia e, até, da mobilização do movimento dos trabalhadores, muito mais por fatores políticos, dentro e fora do movimento, do que econômicos.⁴⁹ Entretanto, ressaltamos que o pensamento e o discurso anarquista influenciou - de forma substancial - movimento operário brasileiro durante, pelo menos, os vinte primeiros anos do século XX, continuou a influenciar, mesmo em escala mais reduzida com a emergência dos comunistas, e que teve sempre presente de forma tática e estratégica a sua imprensa como um dos principais instrumentos de comunicação com os trabalhadores e com a sociedade.

⁴⁹ Sobre a ausência de legislação específica sobre o trabalho no Brasil e do declínio do movimento anarquista e da autonomia dos trabalhadores, assim como a ascensão dos comunistas no movimento operário, colocando sua estrutura centralizadora e burocratizadora, que acabou comprometendo a autonomia desses movimentos e preparando uma burocratização sustentada por aqueles que visavam um movimento liderado por um estado forte e, além disso, a forma com que o governo provisório de Getúlio Vargas conseguiu aproveitar esse movimento iniciado pelos comunistas, ver Kasumi Munakata. A Legislação do Trabalho no Brasil. *Op. Cit.*

Apesar dos discursos terem tom “ácido”, de transformações sócio-econômicas profundas, tendo como um dos métodos a “ação direta”, eles pressupunham forte organização e disciplina dos seus militantes. Esses deveriam ser educados e esclarecidos dentro da ótica libertária e emancipadora que levaria à igualdade social.

Na organização de um tipo de sociedade anarquista, não haveria espaços para vícios e dependências. O homem deveria libertar-se plenamente e o motor disso seria a conscientização e da doutrinação, por exemplo. Nesse sentido, pode estar a preocupação com a formação da opinião pública, entre os trabalhadores, e da mobilização em torno desse projeto e da formação de uma cultura anarquista, libertária, autônoma e com propostas e práticas que tinham resultados efetivos, com certa independência em relação aos interesses estatais e burgueses e possibilitando que os trabalhadores controlassem e demarcasse o seu próprio discurso.⁵⁰ A imprensa seria, como dissemos, um dos principais instrumentos de comunicação de massa, conscientização e de mobilização dos trabalhadores e controle desse tipo de discurso.⁵¹ Além disso, o papel dos intelectuais anarquistas – que em sua grande maioria não foram oriundos dos meios operários - pode ter sido, também, o de discutir e adaptar o anarquismo europeu, conforme dissemos, como alternativa real e possível, às perspectivas e aos projetos de mudanças nas relações de trabalho e de organização da classe trabalhadora no Brasil.

Nesse sentido, imprensa operária, principalmente a anarquista, poderia ser inconveniente, no mínimo, aos interesses da burguesia e o Estado, por exemplo. A contrapartida, foram empastelamentos de jornais, repressões, perseguições etc, em reação às idéias libertárias. Entretanto, o que acontecia aos militantes anarquistas poderia refletir-se nos seus pertences e documentos que conservavam e/ou colecionavam, através de diversas táticas. Provavelmente, pelo caráter “marginal” do movimento anarquista – na ótica do Estado e da burguesia, por exemplo, que variou no período -, esses impressos e outros documentos poderiam se concentrar mais nos militantes, pela maior facilidade de se

⁵⁰ Sobre a expressão “cultura anarquista” no Rio de Janeiro, ver Cláudia Soares de Azevedo Montalvão. *Op. Cit.*

⁵¹ Maria Nazareth Ferreira. *A Imprensa anarcossindicalista*. In: *Op. Cit.*, p. 12.

elaborar táticas - no sentido de Michel de Certeau - do que propriamente nas associações, que teriam maiores dificuldades de elaborar estratégias – também no sentido de Michel de Certeau - de se movimentar e se preservar diante das repressões -, mesmo se tratando de documentos institucionais. Muitos desses foram presos, seus pertences foram apreendidos, destruídos etc, em movimentos de marginalizações e tentativas de destruições, controle e silenciamentos das idéias, dos discursos e dos vestígios dos libertários.

Parece-nos que quando um militante era perseguido, preso, os documentos, os impressos que ele poderia portar, seriam também incluídos nessas ações policiais e terem o destino da apreensão ou da destruição. Nesse sentido, os militantes desenvolveriam táticas e rearranjos dentro dos próprios limites que a repressão impunha. Um exemplo disso pode estar nas ações policiais de empastelamentos de jornais que destruíam as redações, as suas tipografias, a fim de impossibilitar a produção de novos jornais e revistas que produziam discursos contrários ao Estado e à burguesia. Entretanto, essas ações atingiriam mais às esferas institucionais dos trabalhadores, como as associações, pois teriam localizações e instalações específicas, dificultando rápidos deslocamentos. Os militantes, como pessoas físicas, seriam mais ágeis nos seus deslocamentos e, dependendo do volume de documentos e outros materiais que portassem e guardassem, poderiam se movimentar com mais eficiência do que as instituições. Talvez isso possa explicar como Astrogildo conseguiu livrar os impressos que colecionava da sanha destruidora do Estado, dos processos de silenciamentos que tentavam implantar. É provável que existisse algum tipo de rede de proteção, de táticas, que fizessem deslocar os pertences e documentos de militantes presos, através de canais clandestinos e alternativos que fugiam da visão da polícia e do Estado. Essa hipótese pode se aplicar também aos demais períodos que delimitamos, como no Estado Novo e no pós-64.

No contexto de produção e circulação desses impressos, de consumo e apropriação desses, podemos inserir Astrogildo Pereira que, além de colaborar em jornais e revistas anarquistas, chegou a dirigir alguns desses, conforme mostramos anteriormente. Podemos considerar que ele teve uma relação bastante próxima com a imprensa, com os impressos e com os redatores, além de sua trajetória e trânsito entre a intelectualidade operária, que possibilitaria a sua motivação para guardar tais impressos. Teriam também utilidade em momentos posteriores aos das circulações, no sentido de servirem como materiais de

consulta para os seus artigos, considerando-se que estes impressos, até mesmo pelo fato de serem semanais, mensais e semestrais, em grande parte, veiculavam muitos artigos, que se sucediam em várias edições, até formar um texto completo, além de fornecer informações cotidianas.

Astrogildo Pereira, o colecionador anarquista, neste momento, nasceu em Rio Bonito, interior do estado do Rio de Janeiro, em 1890. Em 1905 chegou à cidade do Rio de Janeiro; foi linotipista, tipógrafo e jornalista. Em 1910 participou da campanha Civilista de Rui Barbosa, que fora derrotado por Hermes da Fonseca nas eleições e que depois reprimira a Revolta da Armada, levando Astrogildo a se decepcionar com o regime do Estado; atraiu-se pelo anarquismo. Em 1912 passou a freqüentar o Centro de Resistência Operária, em Niterói, consumindo bastante literatura libertária; colaborou em jornais anarquistas como *Guerra Social*; neste mesmo ano participou de congressos sindicais. Em 1913 participou do II Congresso Operário Brasileiro, realizado com a participação dos anarquistas. Participou da campanha antibélica após a eclosão da I Guerra Mundial, em 1914, escrevendo artigos nos jornais *Na Barricada*, *O Clarim*, *A Voz do Padeiro*, entre outros; dirigiu o jornal *O Debate*; assumiu o pseudônimo Alex Pavel e lançou *A Revolução e a Imprensa*, defendendo, em 1918, o bolchevismo que fora vitorioso na Revolução Russa de 1917. Em 1918 foi redator do jornal *Crônica Subversiva*. Afastou-se do anarquismo e aproximou-se do comunismo no final dos anos 10; passou a criticar a posição dos anarquistas nas greves ocorridas entre 1917 e 1920; debateu com os anarquistas no jornal *O Internacional*, dos empregados em hotéis. Em 1920 dirigiu o jornal *Voz do Povo* e participou da revista *Movimento Comunista*.⁵²

Astrogildo Pereira, neste nosso levantamento, apareceu, como redator nos jornais *Crônica Subversiva* e *Spartacus*, e como colaborador nos jornais *O Germinal*, *A Voz do Trabalhador*, *A Rebelião*, *A Vida*, *O Cosmopolita*, *A Plebe*, *Boletim da Escola Moderna*, *Tribuna do Povo*, *Spartacus*, *A Alvorada* e *A Vanguarda*. Ou seja, foi redator em dois e colaborou em doze periódicos, dos cinquenta e nove que colecionou e chegaram até os dias atuais.

⁵² Sobre a biografia de Astrogildo Pereira ver Alzira Alves de Abreu (coord.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas, 2001; Leandro Konder. Astrogildo Pereira: o homem, o militante, o crítico. *Memória e História*. São Paulo: ASMOB / Ciências Humanas, n. 1, 1981, p. 51-71.

A coleção de jornais que Astrogildo fez, desse período, passou por gerações e resistiu ao tempo e às ações destruidoras dos homens - segundo Marc Bloch, a destruição ou o confisco de arquivos e documentos pode ocorrer por ação deteriorante do tempo, porém ocorre mais, provavelmente, pela ação dos homens e dos seus interesses em certos momentos.⁵³ A iniciativa de preservá-los foi fundamental para o entendimento dos discursos anarquistas, discursos que foram registrados nas folhas de inúmeros impressos produzidos por eles, discursos independentes do discurso sobre eles - produzidos pela burguesia e pelo Estado -, discursos que podem ser recuperados a partir desses impressos e não somente através das fichas policiais e dos processos judiciais, que podem ajudar a dar suporte ao discurso "oficial".

Entretanto, não podemos perder de vista, a coleção pode ser uma certa forma de “enquadrar”, disciplinar, omitir, dominar etc, formas discursivas, no nosso caso os jornais que veiculavam os discursos anarquistas. Ou melhor, a coleção de jornais de Astrogildo Pereira também pode ser entendida como uma tática de dominação e apreensão, e até mesmo silenciamento, visto que, ele migrou para o comunismo, que disputou ferrenhamente o espaço de influência no movimento operário, ocasionando com isso acirrados debates, principalmente pela imprensa, pela condução do movimento. Com isso, dominando essa forma discursiva - os impressos -, poderia também manipular os discursos e responder, com conhecimento de causa, aos anarquistas usando suas próprias idéias, partindo do princípio que fora militante e que dominava a literatura e o pensamento dos seus agora rivais. Essa é uma das muitas possibilidades de coleção desses documentos.

Com isso, não seriam somente Estado e burguesia os interessados em dominar os discursos, as palavras e a autonomia dos movimentos operários. Os comunistas também estariam interessados em uma luta política e ideológica pela dominação do discurso dos trabalhadores, com a hegemonia, até então, dos anarquistas.

⁵³ Marc Bloch. *A observação Histórica*. In: *op. cit.*, p. 84.

Capítulo II - Astrogildo Pereira: coleção

1 – O contexto do colecionador comunista nos anos 20

Falar do contexto de Astrogildo nos anos vinte até os anos sessenta não parece tarefa fácil, mas vamos tentar algumas articulações entre as situações, as lutas políticas e as relações com os processos de disputas pelos discursos operários e trabalhistas que perpassam todo esse período. Começemos pelas situações.

Nos anos 10, Astrogildo Pereira escreveu na imprensa operária – atuou em diversos jornais, conforme dissemos anteriormente, ao lado de outros escritores e simpatizantes anarquistas.

Um dos elementos que marcam a preservação desses documentos é a clandestinidade. Ela se tornou necessária na medida em que a afronta ao Estado levava este a reprimi-los e a destruí-los, para manter a ordem capitalista. Nesse contexto, podemos relacionar a repressão ao Estado de sítio decretado por Artur Bernardes, que foi de 1922 a 1926, após a Revolta dos Tenentes e da Coluna Prestes, como um momento de debilidade institucional do Estado e aumento da repressão. Em 1927, com Washington Luiz, tínhamos a Lei Celerada que restringiria os movimentos oposicionistas, principalmente os anarquistas e comunistas.

Do mesmo modo que os militantes, foram, como supomos, desenvolvidos canais clandestinos que garantiram a sua sobrevivência. A própria posição de intelectual, jornalista e líder do PCB, pode ter contribuído para a formação desses canais, ou a continuação dos que já tinham sido desenvolvidos no momento em que era anarquista; essa militância pode ter desenvolvido tais práticas. Na medida em que ele tinha essas posições, tanto na política quanto na intelectualidade operária, é muito provável que os movimentos, e depois o partido, procurassem resguardá-lo e dar suporte às suas atividades, supostamente clandestinas, ou seja, dar suporte à própria clandestinidade do movimento operário.

Astrogildo Pereira foi preso em algumas ocasiões, mas, parece-nos, os seus pertences pessoais, incluindo a coleção particular, não tinham sofrido com estas ações do Estado. Somente após o golpe de 1964 ficariam seriamente comprometidos. Em 1918, foi preso após a greve da Companhia de Navegação Cantareira, em Niterói, pela primeira vez.

Depois, na tentativa de Insurreição Anarquista em novembro de 1918, no Rio de Janeiro, pela segunda vez. Nesse momento ele mostrava interesse e entusiasmo com o comunismo, principalmente após a Revolução Russa de 1917. Nesse sentido, até 1919, ele militava entre os anarquistas. A partir daí, muda a sua orientação doutrinária e ideológica, migrando para o comunismo. Ainda em 1919, lançou o jornal Spartacus, de tendência comunista, e também fundou o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, que articulado a outros grupos comunistas, no Brasil, deu origem ao PCB em 1922.

No ano de 1920 ocorreriam, também, invasões às associações de trabalhadores, prisões de militantes e lideranças, proibições diversos, atentados a bomba – muitos deles atribuídos aos anarquistas -, uma verdadeira guerra psicológica. A questão social e a influência anarquista eram tratado pelo Estado, governado pelo presidente Epitácio Pessoa, como ameaça à ordem pública, como crime, ocasionando propostas de expulsões, como a Lei Afonso Gordo nº 4247, de 6 de janeiro de 1921, aprovada depois das discussões de 1907 e 1913, quando foi proposta pelo mesmo deputado. Além disso, ocorria no pós-Primeira Guerra Mundial, o processo de movimentos nacionalistas que colocariam os problemas do Brasil sob a responsabilidade dos operários estrangeiros e dos anarquistas.

O ano de 1920 foi um momento de maior debate entre anarquistas e socialistas quanto à opção sindicalista e os problemas de organização dos trabalhadores no enfrentamento da repressão policial e do das mobilizações patronais. Nesse debate, seriam discutidas questões de organização sindical em torno de partidos e/ou da ação direta.

No ano de 1922, ocorreriam as revoltas no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, sendo um desdobramento da crise institucional e política pela qual passava o Estado Brasileiro, desde os anos dez. Em 25 de março, deste ano, foi fundado em Niterói, reunindo 9 delegados que estariam representado 73 comunistas de todo o Brasil, o Partido Comunista do Brasil (PCB). A fundação deste partido foi realizada no I Congresso Comunista, realizado para este fim, por iniciativa do Grupo Comunista de Porto Alegre, Em julho deste ano o partido foi fechado em virtude do estado se sítio implantado pelo governo Epitácio Pessoa.

A Internacional Comunista (IC) que dominava a legitimidade dos discursos e práticas comunistas, pelo menos se colocava como tal. Nesta perspectiva, esta proporia, inclusive, a legitimação do controle dos discursos, não somente dos comunistas, mas também de todos os discursos contrários às formas de organização e controle

desenvolvidos pelo capitalismo, como anarquismo, socialismo etc, em torno de si mesma, se colocando como instância reguladora e planejadora de estratégias e táticas de dominação do Estado, utilizando para isso a organização, a burocratização e a centralização dos trabalhadores e dos seus movimentos. Estas seriam, também, as perspectivas que orientariam os trabalhos dos comunistas brasileiros.

Em 1923 houve um afloramento do debate entre anarquistas, socialistas e comunistas sobre os métodos e doutrinas para a condução do movimento operário. Despontou nesse período o sindicalismo cooperativista, reunido na Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil (CSCB), que fora fundada em 1921 e era atrelada ao Estado – o seu programa defendia uma mudança social lenta e segura, tentando “*conseguir o monopólio da ‘palavra operária’, apresentando-se como um ponto de confluência entre diversas propostas.*”⁵⁴ Esta confederação teria um projeto nacionalista, de inspiração positivista, apartidário, afastando os trabalhadores da cena política e incorporando-o ao Estado⁵⁵ e mantendo teses de evolução e harmonia no mundo do trabalho, num trabalho de tentativa de anulação dos “sonhadores anarquistas”⁵⁶. Seria a entrada dos socialistas neste circuito de discussões e debates quanto à organização sindical e de um partido operário, que em 1924 chegou a criar um que incorporava suas reivindicações.

Estes posicionamentos atrairiam a atenção e a adesão dos comunistas, que tinham criado recentemente o PCB, aumentando os debates com os anarquistas, que se colocavam contra a unidade sindical e a ação parlamentar propostas por esses dois primeiros atores que mencionamos. Segundo Ângela de Castro Gomes, “*os bolchevistas ocultavam-se sob um discurso frentista, mas eram na realidade adeptos da reação e do divisionismo no movimento sindical. Este argumento, presente em praticamente todos os artigos de Marques da Costa, José Oiticica (na série ‘Resposta necessária’), Domingos Passos e Fábio Luz publicados na ‘Seção Operária’ de A Pátria, era atestado com exemplos da ação dos bolchevistas em alguns sindicatos cariocas.*”⁵⁷

⁵⁴ *Ibid*, p. 161.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 161.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 162.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 165.

A questão da organização sindical acirrava-se na medida em que os comunistas e os cooperativistas avançavam nas propostas de centralização, de frente única e de engajamento sindical às questões políticas e parlamentares. Seria um confronto entre as idéias federalistas, propostas pelos anarquistas, e das idéias centralistas, propostas por esses outros.

Neste ano, o governo de Arthur Bernardes promoveria grandes repressões, diante de um Estado de sítio implantado em 1922 e que durou até 1926, no início do governo de Washington Luís. Este estado de sítio prejudicaria o trabalho da imprensa, principalmente a anarquista, tornando-a insustentável, até as greves cessaram.

“Entre 1923 e 1924, sob pretexto de conexões com os militares revoltosos dos levantes tenentistas, são presos e deportados vários líderes operários, tendo sido fechados vários jornais da imprensa operária (p. ex., Movimento Operário, Voz Cosmopolita, o Alfaiate) e invadidas pela polícia algumas importantes sedes de associações sindicais, como a União dos Operários em Construção Civil e o Centro Cosmopolita (empregados em hotéis e restaurantes), no Rio de Janeiro.”⁵⁸

Em 1924, ocorreu a revolta paulista, na qual os “tenentes” ocuparam o poder em São Paulo. Os operários, liderados pelos anarquistas que escreveram a “Moção dos Operários ao Comitê das forças Revolucionárias” - sendo reprimidos duramente pelo governo Arthur Bernardes⁵⁹ - e foi promulgado um novo estado de sítio. Segundo Ângela de Castro Gomes, os sindicatos foram invadidos e fechados pela polícia, operários e lideranças foram presos e a imprensa foi colocada sob censura. Os anarquistas teriam sido os mais atingidos e foram “deportados em massa”.⁶⁰

Neste ano, o PCB foi admitido na IC, no seu IV Congresso realizado em Moscou entre junho e julho, e enfatizando a política de frente única e coalizão para agitação das massas. Com isso intensificou-se a propaganda do PCB, que teve um maior impulso neste período, publicando livros e folhetos e realizando palestras e conferências. Publicaram *O*

⁵⁸ Francisco Foot Hardman e Victor Leonard. *Op. Cit.*, p.355.

⁵⁹ Francisco Foot Hardman e Victor Leonard. *Op. Cit.*, p.357.

⁶⁰ Ângela de Castro Gomes. *Op. Cit.*, 1988, p. 168.

Manifesto Comunista, de Karl Marx e Frederich Engels no jornal *A Voz Cosmopolita*, posteriormente publicaram-no em livro.⁶¹

No ano de 1925, foi lançado o jornal *A Classe Operária*, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares. Além disso, foi lançada a tese, de Otávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, que apoiava-se na concepção de que a sociedade brasileira seria marcada por uma contradição fundamental entre um capitalismo agrário semi-feudal, apoiado pelos imperialistas ingleses, e outro capitalista industrial moderno, apoiado pelos imperialistas norte americanos. Além disso, teria sido, segundo Ítalo Tronca, um transplante mecânico da teoria de Lênin para o Brasil, que acabou orientando a linha política do PCB, que seria teoricamente mal fundamentada e inconsistente para as particularidades brasileiras⁶², defendida no II Congresso do PCB, onde foram discutidas, além dessa tese, a unidade do movimento sindical, a formação da juventude comunistas, entre outros.⁶³ Nesse período, então, o partido seria inconsistente e teoricamente fraco, fato que pode nos mostrar que os anarquistas, mesmo com a concorrência dos socialistas, continuavam influenciando com relativa força o movimento operário.

Neste contexto, Astrogildo Pereira escreveu *Cartas da Rússia* em *O País* e no *Solidário*. Destacou-se neste II Congresso do PCB. Foi um dos debatedores, com Otávio Brandão, de *A Classe Operária*, jornal oficial do partido.

Em 1926, o PCB lutaria para conquistar posições dentro do movimento operário carioca, marcado por uma forte tradição anarquistas - em alguns momentos os comunistas chegaram a usar métodos de propaganda anarquistas para organizar os trabalhadores, fato que nos mostra uma certa apropriação das práticas e dos discursos desses pelos comunistas -, infiltrando agentes do partido nos sindicatos e nas fábricas, organizando células, subordinada a um Comitê Central Executivo. Ou seja, essa forma de centralizar as ações dos militantes na estrutura delimitada pelo partido, que acabava acatando orientações vindas da Internacional em Moscou. Uma das propostas era “reorganizar” o movimento sindical. Entretanto, essa suposta desorganização parece, se dava por fatores externos ao movimento operário, até então dominado pelos anarquistas – repressão estatal, leis

⁶¹ Sobre a atuação do PCB nos anos vinte ver AMORJ. *Op. Cit.*, 1994.

⁶² Ítalo Tronca. *Op. Cit.*, 42.

⁶³ Sobre a atuação do PCB nos anos vinte ver AMORJ. *Op. Cit.*, 1994.

trabalhista, por exemplo – do que por fatores internos – o federalismo falava em descentralização, mas, em nenhum momento, em desordem de movimento. Os comunistas, dessa forma, distorciam os discursos anarquistas e os colocavam em um lugar de debilidade organizacional e de prejuízo para o movimento que deveria obedecer a uma burocracia, centralizada e “legítima representante” dos trabalhadores, nesse caso os próprios comunistas. Nessa construção discursiva, provavelmente, estes estariam em contato com a literatura anarquista, até mesmo para poderem criticar e propor outras possibilidades que se adequassem com os seus objetivos de dominação e controle dos trabalhadores, utilizando para isso os seus escritos guardados por ex-militantes anarquistas ou mesmo por Astrogildo Pereira.

Em 1927, o PCB voltou à legalidade, formou uma frente única eleitoral através do Bloco Operário (BO), e realizou, a partir da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro o Congresso Sindical Regional para unificar o movimento sindical – este congresso não contou com a participação dos anarquistas, FORJ e outros sindicatos, pois não aceitavam as propostas “ditatoriais”, centralistas e burocráticas dos comunistas, que na verdade vinham sendo implantadas entre os trabalhadores, propondo uma outra disciplina a estes. Conforme explica Ítalo Tronca, o momentos das decisões seriam transferidos aos dirigentes, que teriam uma suposta superioridade das vanguardas em relação às massas; teriam decisões mais técnicas, mais capacitadas. Além disso, ressalta este autor, “*Depois de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, o sindicalismo oficial, dispendo de muito mais recursos que o PCB, irá implantar muitas propostas do partido, exigindo atestado ideológico dos trabalhadores e impondo a regulamentação das profissões, por exemplo*”⁶⁴. Ainda, segundo ele, a classe trabalhadora estaria sendo manipulada pelos seus representantes, em nome da conquista do poder. O partido passou a ter uma certa hegemonia no movimento sindical a partir desse período e tentou se aproximar de Luís Carlos Prestes, exilado na Bolívia, para que aderisse às suas fileiras.

O jornal anarquista *A Plebe*, publicava artigos que se colocavam de forma contrária à formação de blocos operários, acrescentando que “*nesse período, os anarquistas brasileiros admitiram que os bolchevistas ‘que se chamam revolucionários’ vinham ganhando terreno dentro das organizações operárias. A Plebe entrevistou, na campanha de*

⁶⁴ Ítalo Tronca. *Op. Cit.*, 1982, p. 39.

descrédito contra os anarquistas e na obra de absorção dos sindicatos, em plano geral e vergonhoso concebido pela Internacional Sindical Vermelha.”⁶⁵

Neste ano, o Congresso Nacional aprovou a Lei Celerada, que veio reforçar a Lei Infame, de 1923, e reprimir os movimentos “subversivos”, colocando o PCB novamente na ilegalidade e o BO como seu articulador político.

A partir desse ano, houve uma retomada da atividade sindical e da imprensa operária, além de movimentos grevistas.

Em 1928, surgiram várias propostas revolucionárias. O Bloco Operário (BO) passou a se chamar Bloco Operário e Camponês (BOC), na perspectiva de integrar os trabalhadores urbanos e rurais e, além disso, formar quadros do partido nesse meio. A proposta de revolução do BOC previa uma aliança entre operários e camponeses e, neste ano, ela já estaria em curso, pois derivava de três momentos: a) em 1924 teria tido início com os movimento armados; b) os revolucionários de 24 lutaram contra o feudalismo a luta anti-oligárquica seria um esforço de criação da nação e esvaziamento do domínio imperialista.

Através do jornal *O combate*, na seção *Movimento Operário*, o BOC teve a oportunidade de minar outras posições políticas do movimento operário, atacando, principalmente os anarquistas, e colaborou para neutralizar as forças dentro do movimento operário, direcionando o embate para o campo delimitado pela burguesia.⁶⁶ Segundo Edgar de Decca, a Revolução de Trinta teria começado neste ano de 1928, no qual alguns setores da classe dominante seriam favoráveis à esta, porém, viam na classe operária, que não tinha como ser desprezada no movimento, um perigo para o governo e as classes dirigente. Esse fato levaria a uma disputa extra-classe pelo domínio do operariado, atraindo-o para o terreno das oposições burguesas, principalmente através de espaço aberto ao PCB nas páginas do jornal *O Combate*, da grande imprensa e porta-voz da proposta de revolução.

Ainda neste período, Astrogildo Pereira foi confirmado no cargo de secretário-geral e publicou *Sociologia ou Apologética*, um estudo sobre as populações meridionais do Brasil, em *A Classe Operária*.

⁶⁵ John W. F. Dulles *apud* Edgar de Decca. *Op. Cit.*, 95.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 72-76.

Em 1929, ocorreu o III Congresso do PCB. Este congresso foi um fórum de diferenças e divergências, onde foi indicado o afastamento do movimento dos *tenentes*, e a oposição à Aliança Liberal (AL). Neste ainda foram aprovadas as orientações “obreristas” - ou seja, as direções dos partidos comunistas deveriam ser exercidas por operários e não por intelectuais -, uma “proletarização” dos partidos, que foram decididas no IV Congresso da Internacional Comunista (IC). Neste sentido, houve a saída de vários intelectuais das linhas de frente, de lideranças, do PCB. Por outro lado, houve um rompimento com a política de frente única – que foi cara para o movimento sindical, na medida em que restringiu muito a sua autonomia, pois acabava fazendo-o gravitar em torno do PCB que o atrelava à política parlamentar, além da dissolução do Bloco Operário e Camponês (BOC). Continuando as atividades de centralização no movimento sindical, o PCB promoveu o Congresso Operário Nacional, no Rio de Janeiro, que fundou Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que fora invadida logo a seguir e teve sua sede destruída.

Nesse período ocorreu, em São Paulo, segundo Francisco Foot Hardman e Victor Leonard, a greve dos gráficos, que foi, mais uma vez, duramente reprimida, registrando prisões de operários, fechamento da sede, vasculhamento e confisco de bens, “*material de propaganda, livros, cofres, tudo foi parar na rua dos Gusmões, na então famosa delegacia policial.*”⁶⁷. Os operários sofreram também com a falta de abastecimento motivada pela imposição da polícia de proibir o fornecimento de gêneros de primeira necessidade aos grevistas, congelando também as contas bancárias da União dos Trabalhadores Gráficos.

Quanto a Astrogildo, em janeiro 1930, voltou de Moscou, depois de passar 11 meses por lá. Neste ano, com a Revolução, o PCB organizou comícios e criticou os novos governantes. Astrogildo foi preso, pela terceira vez, na participação de um comício do partido contra a execução de Sacco e Vanzetti, militantes do movimento operário nos Estados Unidos, sendo logo solto; fora também perseguido pelo governo Washington Luiz que promoveu cerco aos comunistas, mas conseguiu escapar. Ele foi afastado e responsabilizado pelas dificuldades que entravaram o partido, além de ser resistente à proletarização do partido, conforme orientara a IC no seu último congresso.

Em 1931 mudou-se para São Paulo para atuar no Comitê Regional; fora preso, pela quarta vez, com vários militantes comunistas desse Comitê, conduzidos ao Rio grande do

⁶⁷ Francisco Foot Hardman e Victor Leonard. *Op. Cit.*, p.358

Sul e logo libertados. Neste período, publicou os artigos *Rui Barbosa e a Escravidão* e *Manifesto da contra-revolução*; comunicou seu afastamento dos comunistas, mas manteve-se disposto a colaborar, regressando ao Rio.

Em resumo, esse período de 1920 até 1930, parece ter sido marcado por disputas pela palavra, discursos e práticas dos trabalhadores por pelo menos quatro atores sociais: os anarquistas, os comunistas, os socialistas e o Estado. É importante perceber que esses atores, de um modo geral, formulavam hipóteses sobre a questão social, a partir de pressupostos diversos, e propunham respostas mais diversas ainda. Nesse sentido, o que nos pareceu mais relevante foi a luta política pelo controle dos discursos dos operários e dos instrumentos que viabilizavam a sua escrita, neste caso os impressos, que desempenharam espaços de sociabilidade, como nos anos 10 e fóruns de discussões intra-classe e extra-classe, na medida em que os anarquistas e os comunistas, além dos socialistas, disputavam o poder de controlar os discursos no interior do movimento sindical. É provável, conforme demonstraram alguns autores como Kasumi Munakata, Ítalo Tronca e Edgar de Decca, que essa disputa tenha beneficiado ao Estado, a sua burocracia e seus tecnocratas, no sentido de aproveitar estruturas centralistas, tecnicistas e burocráticas que ganhavam espaço dentro do movimento sindical, a partir das vitórias dos comunistas na organização e condução do movimento operário. Porém, os anarquistas não ficaram de fora do debate e promoveram suas discordâncias através dos jornais, conforme podemos ver em alguns que circularam até pelo menos 1926, denunciando os perigos da perda de autonomia dos movimentos que iam sendo atrelados a um comando central em Moscou e ao Estado, num segundo momento, através das leis trabalhistas.

Nesse contexto, Astrogildo Pereira foi uma das principais lideranças do partido e com isso, parece ter dado valor à acumulação e colecionamento de impressos que participou, que debateu, entre outros, e que serviram também de bibliografia de apoio, ou de base, para suas formulações intelectuais e jornalísticas. Nesse caso, podemos inserir os impressos anarquistas colecionou.

2 - Preservação e lutas políticas, de 1930-1945

De 1931 até 1941, Astrogildo Pereira se dedicou a outras atividades, como o comércio de bananas e a crítica literária - esta última desenvolvida até 1964. Retornou ao

PCB em 1945, com a queda de Vargas e do Estado Novo, e continuou como importante intelectual do partido e colaborador da imprensa comunista e operária.

De 1930 a 1945, período do governo Vargas, Astrogildo esteve afastado da cena política e da militância comunista, por força da orientação “obrerista” da IC, a partir de 1929, e da derrota dos comunistas na insurreição de 1935. Além disso, os espaços para sua atuação continuaram restritos e a perseguição aos comunistas continuava intensa, principalmente a partir do golpe do Estado Novo, em 1937, e dos anúncios de guerra. Por outro lado, a Lei de Segurança Nacional, de 1935, considerava os comunistas como inimigos nacionais, dado o caráter internacionalista do seu discurso, e levava o Estado brasileiro a arbitrar diretamente na vida dos indivíduos, das instituições políticas e civis. Era um novo discurso, o discurso corporativo, que não admitia a luta de classes e que previa uma sociedade funcionando harmonicamente, pelas suas corporações, e com forte teor nacionalista. Com poderes concentrados, o governo Vargas promoveu ondas repressivas, prendendo importantes líderes do PCB e do movimento sindical que ainda resistia às novas demandas do Estado, além de outras expressões políticas e ideológicas de oposição.

Nesse contexto, Astrogildo, pelo afastamento da militância e da imprensa comunista e operária, dedicando-se às atividades comerciais e literárias, conseguira sair intacto desses episódios. Por isso, seus pertences e documentos, provavelmente, não sofreram com a campanha do Estado Novo contra os militantes e os documentos oposicionistas.

As situações políticas criadas nesse período foram diversas, marcadas, principalmente, por disputas pelo Estado, disputas essas que passavam claramente pelo domínio dos trabalhadores e do controle dos seus discursos e das suas práticas, movimentando-se de forma a extirpar destes o poder das discussões e decisões, tirando-lhes a autonomia e auto-delegando-se como seu porta-voz. Portanto, os maiores interessados seriam as burocracias desse Estado corporativo e do partido comunista, principalmente, entre outras forças que viam no domínio e controle dos trabalhadores, o controle social e político. Nesse sentido, como explicou Evaristo de Moraes Filho, e já foi reproduzido por diversos autores, os anos 30, principalmente até 1937, assistiram a um verdadeiro “porre ideológico”, no qual lutaram corporativistas, integralistas, comunistas, anarquistas, trotskistas, socialistas, católicos, entre outros.

Entre essas situações, podemos ver que no início de 1930, a Internacional Comunista (IC) fizera críticas ao III Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB), acusando-o de desenvolver posições menchevistas e anti-leninistas, “*pois negariam a hegemonia do proletariado na revolução democrático burguesa, como condição e garantia de sua preparação para a tomada do poder.*”⁶⁸ Em abril e maio deste ano, o Plenum do Secretariado Sul-Americano em Buenos Aires, renovaria sua crítica à esta posição do PCB. Pode-se considerar que havia uma cisão entre as orientações e as direções do partido, que o levaria a adotar os pressupostos da IC e expulsar da sua direção os intelectuais e implantar direções proletárias nos partidos comunistas de todo mundo – baseados no chamado “obrerismo” no centralismo democrático e no combate à intelectualidade pequeno-burguesa. Então, deste ano até aproximadamente 1933, a direção do partido passaria por essa orientação. Nesse contexto, Astrogildo Pereira, entre outros diretores, como Otávio Brandão, fora afastado do secretariado-geral e de qualquer cargo de direção do partido. Ele acabou desligando-se do partido, nas suas práticas diretas, e mudara-se para Rio Bonito, no estado do Rio de Janeiro.

A orientação “obrerista” causaria instabilidade política no interior do partido, refletindo-se nas práticas de organização sindical que combateria, pelo menos até 1935, as forças que disputavam e passavam a centralizar e burocratizar as organizações dos trabalhadores, a burocracia e a tecnocracia estatal, principalmente através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A destituição de Astrogildo Pereira, levaria a assumir o secretariado-geral do partido, o intelectual de origem proletária, Heitor Ferreira Lima, recém-chegado de Moscou, onde fizera cursos na Escola Leninista. Neste sentido, Astrogildo Pereira e outros pareciam estar fora desse discurso e dessas estratégias e táticas do partido, na medida em que seriam oriundos da pequena-burguesia. Ainda neste sentido, a entrada de Luís Carlos Prestes, oriundo das fileiras militares, no partido, coincidiria com mudanças de orientações do PCB, que vinham da IC, e que enfraqueciam o “obrerismo”.

Com a revolução promovida pela Aliança Liberal, em outubro de 1930, houve uma grande repressão ao movimento sindical. Entretanto, a posse de Vargas num governo provisório, alterou esse cenário e vários sindicatos que haviam sido fechados, foram reabertos. Ainda em novembro deste ano, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e

⁶⁸ AMORJ. Partido Comunista Brasileiro (1929-1935). Rio de Janeiro: AMORJ/UFRJ, 1995, p. 9.

Comércio, como um espécie de órgão que iria “*catalizar os conflitos que se estabeleciam entre diversos interesses políticos que realizaram a Revolução de 30*”⁶⁹. Além disso, como explicou Kasumi Munakata,

*“as principais agências que constituíram o Ministério do Trabalho permitem vislumbrar o seu significado político que subsiste por trás da sua racionalidade, eficiência e neutralidade: eliminar qualquer possibilidade de conflitos trabalhistas. Mas não eliminar cegamente: o impedimento da luta de classes se faz através da criação de canais competentes que absorvam os conflitos. Em outras palavras, procura-se exterminar a luta de classes retirando aos trabalhadores todas as possibilidades de controle e de decisão sobre seu próprio destino, confinando-o ao terreno da incompetência e da passividade.”*⁷⁰

Entre 1931 e 1934, ocorreram muitas prisões e espionagem estatal, que se infiltravam nos sindicatos independentes e nas fábricas .

Em 1931, seria promulgada a Lei de Sindicalização (decreto 19770), instituindo sindicatos oficiais, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, colocando o Estado como um concorrente dos sindicatos até então existentes. Nesta concepção estatal, os sindicatos seriam órgãos consultivos do Estado, ou de colaboração com o poder público, e único. Portanto, as atividades sindicais passariam a girar na órbita do Estado, pelo menos esse era o projeto desse Estado corporativo, implantado em 1930, por meio da chamada Revolução. Seria vedada aos sindicatos propaganda política, ideológica e religiosa. Os associados aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho gozariam de direitos e benefícios da legislação social que vinha sendo proposta. Neste sentido, um dos objetivos da lei de sindicalização e do próprio Ministério do Trabalho seria combater as organizações sindicais independentes, ou autônomas, e as suas lideranças comunistas, socialistas e anarquistas. Entretanto, esse projeto de sindicalização passou por reações por parte dos trabalhadores, dos patrões e da Igreja Católica, e, também, de alguns setores da elite governante quanto a possibilidade de poder excessivo do governo.

Quanto ao Partido Comunista do Brasil, em dezembro de 1931, o comitê central do PCB se transferiria para São Paulo, tentando fugir da repressão estatal que aumentava. Estes denunciariam que o Ministério do Trabalho procurava dividir a classe operária, ou

⁶⁹ Ângela de Castro Gomes. *Op. Cit.*, 1988, p. 176.

⁷⁰ Kasumi Munakata. *Op. Cit.*, p. 78.

melhor, a substituía por corporações de ramos e atividades econômicas. Nesta cidade, os movimentos anarquistas e trotskistas tinham relativa expressão, inclusive com a realização, pelos primeiros, da III Conferência Operária Estadual de São Paulo, que tentara reativar a Federação Operária de São Paulo.

A partir de 1932, com a instituição da carteira de trabalho, decreto 21175, o Estado passou a contar com um importante instrumento de convencimento e adesão dos trabalhadores aos sindicatos “oficiais”, na medida em que concederia benefícios das leis trabalhistas que estavam sendo propostas e o acesso aos órgãos de justiça mediante a apresentação desta. A carteira de trabalho passaria a delimitar quais eram os trabalhadores oficiais e quais não eram. Neste sentido, seria uma espécie de “chantagem”, na medida em que vinculava as propostas sociais do Estado à vinculação dos trabalhadores a este através dos sindicatos oficiais e da intermediação do Ministério do Trabalho. Neste ano, foram decretadas, também, as Juntas de Conciliação e Julgamento (decreto 21132) – com a função de dissolver dissídios individuais, uma instância única de julgamento -, as Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento (decreto 21396) – com a função de suprimir os choques e promover a conciliação -, a jornada de oito horas no comércio (decreto 21186), a jornada de oito horas na indústria (decreto 21364), a regulamentação do trabalho feminino (decreto 21471), o direito de convenções coletivas do trabalho (decreto 21761), a regulamentação do trabalho de menores na indústria (decreto 22042).⁷¹

Nas eleições constituintes de 1933, eleições representativas por corporações, só participariam os “sindicatos oficiais”, que representariam os trabalhadores. Ou seja, nos debates dessa constituinte, os anarquistas, comunistas, socialistas e trotskistas estariam de fora e, além disso, na conjuntura do próprio Ministério do Trabalho, deveriam ser eliminados das representatividades dos trabalhadores, dando lugar ao Estado na condução e na organização sindical, mediada por leis e arbitragem, através dos órgãos técnicos e “competentes” para tais tarefas.

Os anarquistas, se mantinham, pelo menos em São Paulo, em posição de resistência. Entretanto, os comunistas e os trotskistas, passaram a reavaliar suas propostas e estratégias, decidindo-se pela participação nos sindicatos oficiais. Podemos observar duas

⁷¹ Sobre as leis do trabalho propostas nos anos 30 ver Evaristo de Moraes Filho. Introdução ao Direito do Trabalho. *Op. Cit.*; Luis Werneck Viana. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; Kasumi Munakata. A Legislação do Trabalhista no Brasil. *Op. Cit.*

coisas: uma seria a resistência dos anarquistas às novas demandas sindicais, fortemente influenciadas por um movimento de oficialidade e “enquadramento” dos sindicatos pelo Estado. Estes continuariam defendendo a autonomia, que fazia parte das suas estratégias e táticas de lutas desde os anos 10. Esse fato mostraria um afastamento maior entre estes e os comunistas, além de um afastamento maior em relação ao Estado e às leis sociais que vinham sendo propostas. Por outro lado, a adesão dos comunistas e trotskistas, talvez, vislumbrasse a infiltração destes nestes sindicatos oficiais, conforme tinham feito nos sindicatos de influência anarquista nos anos 20.

O ano de 1933 teve, também, a ascensão de Adolf Hitler e do nazismo ao poder na Alemanha, de forma democrática, influenciando o PCB a desenvolver uma luta anti-fascista, principalmente porque fora criado, no Brasil, em 1932, a Ação Integralista Brasileira, de extrema-direita, com bases no nazi-fascismo.

Diante desse contexto, e do refluxo de sua influência no movimento sindical, os anarquistas de São Paulo criaram o Centro de Cultura Social Anarquista, na mesma sede da Federação Operária de São Paulo (FOSP), tendo como veículo de divulgação e mobilização o jornal *A Plebe*. A criação desse centro seria um momento de redimensionamento da luta anarquista mediante a conjuntura de adesão de boa parte do movimento sindical ao Estado, via Ministério do Trabalho, leis trabalhistas e previdência. Um dos objetivos deste centro seria a formação e preparação de indivíduos e militantes conscientes quanto aos problemas da classe trabalhadora, porém com um direcionamento que não prezava somente as massas operárias, mas o seu potencial de desenvolvimento cultural e intelectual.⁷²

Segundo Endrica Geraldo⁷³, que fez um estudo do anarquismo após o “afastamento do movimento operário”, com objetivo de identificar as práticas libertárias deste centro - o movimento anarquista nos anos pós-1930 - que teve três fases: de 1933-1937, de 1947-1969 e de 1985 até os dias atuais. Especificamente, nesta primeira fase, – que termina com o golpe do Estado Novo – uma das suas características seria o contato com os trabalhadores, através da FOSP e da luta anti-integralista, , anti-fascista, anti-nazista e anti-

⁷² Nildo Avelino. *O Centro de Cultura Social de São Paulo*. In: I Simpósio de História do Anarquismo no Brasil. *Op. Cit.*

⁷³ Endrica Geraldo. *Políticas libertárias e o Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-51)*. In: AEL. *Anarquismo e Anarquistas. Cadernos AEL*. Campinas: AEL / IFCH / UNICAMP, n° 8/9, 1998, p. 165-190.

comunista, além de objetivar a construção e a transmissão da memória anarquista. Quanto às suas práticas, as mais desenvolvidas foram palestras e conferências, além de festivais e leituras comentadas. Nestas atividades seriam defendidas a prática da ação direta, através de manifestações, assembléias sindicais e protestos contra os movimentos autoritários. Em princípio os discursos seriam voltados para os trabalhadores manuais, mas, paulatinamente, foi se direcionando, também, para os demais interessados. Neste sentido, a educação teria papel fundamental na preparação da militância e da sua organização de classe. Os estudiosos deveriam ter um tipo de relação com as categorias, complementando o trabalho de doutrinação feito dentro dos sindicatos. Portanto, a cultura e a educação seriam os meios de transformações sociais e os militantes do centro atuariam também na organização de escolas para trabalhadores. Essas práticas, entre outras desse centro, sempre contaram com o apoio e parceria, neste período, do jornal A Plebe e da FOSP, que procuravam manter a influência anarquista nos meios sindicais, se contrapondo aos centralismos e autoritarismos presentes no movimento sindical desde os anos finais da década de 20 e que engrossavam discursos nesses rumos, levando a iniciativas de repressão aos anarquistas, que vinham de, praticamente, todos os lados. Neste caso, a FOSP mudaria de endereço, assim como o centro, que posteriormente a interromperia suas atividades, diante da crescente censura e repressão do governo Vargas, agravada mais ainda com o Estado Novo.

Em 1934, foi promulgada a nova Constituição. Segundo Kasumi Munakata, a Constituição de 1934 teria um caráter corporativo, apesar de geralmente ser considerada liberal.

“Nela se prevê a regulamentação de todas as profissões, estabelecendo os requisitos e as condições para o exercício de cada atividade profissional; é criada a Justiça do Trabalho (a ser regulamentada), (...) o direito de greve não é reconhecido. No que se refere às leis trabalhistas, a Constituinte apenas ratifica os dispositivos legais já consumados pelo Ministério do Trabalho, sem alterar-lhe o espírito. Quanto à questão sindical, a Constituinte, sob a influência dos católicos (organizados na Liga Eleitoral Católica), consagra os princípios de pluralismo e autonomia. Mas, quatro dias antes da promulgação da Constituição, o Ministério do Trabalho, através do Decreto nº 24694, reafirma o princípio da tutela ministerial: mediante a uma capciosa interpretação da noção de ‘autonomia’, considera-se que esta não significa independência em relação à lei, e que, portanto, os sindicatos devem passar pelo crivo do reconhecimento ministerial. Além disso, o decreto, no seu artigo 2º, define o sindicato como ‘órgão de colaboração com o Estado, no estudo e solução que

direta ou indiretamente se relacionassem com os interesses da profissão'. A nova lei, portanto, reafirma o espírito corporativista, cedendo apenas na questão do pluralismo. Este porém sofre uma série de restrições que o torna praticamente inviável. De resto, as várias correntes do movimento operário, talvez com a exceção dos anarquistas, são totalmente adversas ao pluralismo."⁷⁴

Na perspectiva de centralização do movimento sindical, o PCB lança a proposta de Frente Única Sindical (FUS), congregando todos os sindicatos, de todas as correntes com uma mesma pauta de reivindicações, e é organizada em meio as greves de 1934.

Por outro lado, na I Conferência Nacional do partido, o PCB faria um diagnóstico que mostrava que o país viveria uma situação revolucionária e que o partido deveria ocupar uma posição de vanguarda entre os operários no movimento, liderando uma frente ampla e de luta armada. Além disso, desde 1933, faria uma campanha anti-fascista, principalmente contra os integralistas, e anti Vargas. Neste período, conseguiria penetrar mais nas atividades sindicais. Passara a construir táticas e estratégias que privilegiariam os campos sindicais e operários em detrimento do campo eleitoral. A estratégia de frente única abrangeria operários, camponeses, soldados, marinheiros, pequenos comerciantes, funcionários públicos, intelectuais, minorias oprimidas etc. No final deste ano o governo reprimiria os movimentos sindicais independentes e as manifestações por democracia, prendendo manifestantes, fechando jornais, destruindo documentos etc.

Em 1935, haveria uma radicalização dos movimentos. Haveria uma continuidade dos movimentos grevistas e dos avanços dos integralistas, além de um grande inconformismo com as eleições de 1934 e com a própria Constituição. Neste sentido, as forças oposicionistas de esquerda e democráticas se aglutinariam em um organismo, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – criada em 30 de março deste ano -, como um movimento popular amplo. *"A Aliança Nacional Libertadora surgiria como um lugar de confluência de todas as forças de caráter popular e democrático, antifascista e antiimperialista, que se opunham tanto ao nazi-fascismo, como ao governo Vargas, e viria a ser o mais impressionante movimento de massas jamais organizado no Brasil."*⁷⁵. Além do PCB, fizeram parte do movimento: amplos setores da oficialidade militar - que viam na insurreição o caminho para mudar o país -, trotskistas, socialistas, católicos e até

⁷⁴ Kasumi Munakata. *Op. Cit*, p. 96.

⁷⁵ AMORJ. *Op. Cit*, 1995, p. 26.

anarquistas. Portanto, a ANL abarcava diversos setores da sociedade descontentes com o governo Vargas. Por este período, o partido passaria a contar com a presença de Luís Carlos Prestes, que ingressou por deliberação da IC.

Não podemos esquecer que, anteriormente à criação da ANL, houve a promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN), a chamada “lei monstro” (de 4 de abril deste ano), que restringiria os direitos políticos e civis, enfatizando principalmente às questões referentes à segurança nacional, ou melhor, enquadravam os movimentos de caráter internacionalista, como comunismo, socialismo, anarquismo, entre outros, assim como os estrangeiros que fossem contrários aos interesses nacionais, principalmente de um regime corporativo, centralista, ditatorial e nacionalista. Essa lei de 1935 pode ser também entendida como uma mudança de concepção de segurança pública e de segurança social, ou melhor, as questões dos operários urbanos, dado ao seu poder de organização e autonomia, deixava de ser um “caso de polícia” e passava a ser um caso de segurança nacional. O estrangeiro e os movimentos contrários ao Estado - Estado esse que se mostrava como defensor dos interesses nacionais - passavam a ser os entraves ao desenvolvimento e ao crescimento da nação. Esses conceitos foram importantes para o desenvolvimento de idéias de inserção do Brasil no mundo “plenamente industrializado”. A ANL seria, então, ilegal.

Com a ANL - que teria entre um 1 milhão a 3 milhões de simpatizantes e de 70 mil a 100 mil militantes, tendo sido associada pelo governo ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Internacional Comunista (IC) -, o PCB avaliava que a revolução estaria em curso e que a luta armada estaria próxima, desdobrando-se no movimento da Insurreição Comunista de novembro de 1935 - deflagrados em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro -, que fora derrotado e tivera repressão generalizada, prendendo, inclusive, 4 professores comunistas da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, além de várias lideranças e militantes do partido.

A preparação da revolta armada no Brasil se intensificou com o fechamento da ANL, em julho de 1935, pelo governo federal, baseado na Lei de Segurança Nacional. A repressão aos envolvidos na revolta atingiu aos comunistas, socialistas, trotskistas, anarquistas e a todos os opositores do governo Vargas, servindo de justificativa para o

fortalecimento do governo central. Foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional para julgar os implicados nessa revolta.⁷⁶

Após a insurreição de novembro de 1935, o PCB mudaria o secretariado-geral para o nordeste e sofreria mais uma crise, onde passaria a ter, entre outras, duas correntes visivelmente diferentes, lideradas pelo secretariado-geral e pelo Comitê Regional de São Paulo. O secretariado-geral seria acusado pelo Comitê Regional de São Paulo (CRSP) de ter abandonado o radicalismo de 1935, tendo uma ambigüidade: trabalhava com a idéia de derrubada de Vargas, mas num segundo momento com a idéia de aliança com o seu governo para enfrentar o integralismo e o fascismo, fazendo o partido aproximar-se deste.⁷⁷

Em 1936, seguindo-se à Insurreição Comunista de 1935, o governo instauraria o estado de sítio. Neste ano foi elaborada a Comissão de Estudos de Segurança Nacional. As prisões se sucederam, os sindicatos foram caçados e tiveram intervenções de diretorias ligadas ao governo e a Ministério do Trabalho, além de verem seus documentos apreendidos e, muitas vezes, destruídos, fato que não ocorreu com Astrogildo Pereira.

Em 1937, o governo Vargas promoveu um golpe de Estado, instituindo uma nova Constituição, que para alguns autores teria inspiração na fascista Carta del Lavoro de Mussolini. Entretanto, pelo menos no campo do Trabalho, ela não teria esse perfil, pois, ao contrário de Francisco Campos, que tratou mais da parte política da Constituição de 1937, a parte trabalhista ficara a cargo de Oliveira Viana, sociólogo que desde os anos 20 fazia estudos sobre a organização do trabalho em moldes corporativos tendo no Estado forte, centralizador e interventor seu ponto básico. Então, nesse sentido, na área do trabalho, como dissemos, as leis de 1937 teriam inspiração nas leis propostas pelo Gabinete de Lindolfo Collor e de seus componentes como os socialistas Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, Agripino Nazareth e outros, em 1930. Assim personagens nitidamente corporativistas, positivistas e socialistas não produziram leis de cunho fascistas.

Em 1939, com a assinatura do pacto germânico-soviético, o PCB abandonaria o antinazismo, a partir de orientações da IC, mantendo a tática de “União Nacional”, agora contra a II Guerra Mundial, mostrando uma ambigüidade vivida pelo partido neste

⁷⁶ Alzira Alves de Abreu (org.). *Op. Cit.*, p. 4266.

⁷⁷ Ver Anita Leocádia Prestes. Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945). A virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

momento, momento este no qual assistiu às suas principais lideranças serem presas pelo Estado.

Neste ano, o decreto 1402 atualizaria a Lei Sindical de 1934, ratificando a situação existente e ampliando o controle do Ministério do Trabalho. Neste sentido, as filiações sindicais sofreriam abalos. No intuito de formar uma forte base sindical, em todo território nacional, o governo Vargas, baseado no controle do Ministério do Trabalho, instituiu o Imposto Sindical (decreto 2377 de 1940) para enfrentar o fraco desempenho dos sindicatos e possibilitar que sobrevivessem mesmo sem um grande número de filiados, ou até mesmo nenhum. Seria um paradoxo, na medida em que os sindicatos, mesmo sem trabalhadores, continuariam a representá-los, mesmo dentro do controle do Ministério do Trabalho. Paradoxo maior era os sindicatos, além de não atenderem aos trabalhadores, também sobreviverem a partir dos esforços deles, mediante a um “imposto” (no sentido de impor) pago por todos eles, para manter uma estrutura sindical corporativa, controlada e fictícia. Neste sentido, os sindicatos, em última análise, resolveriam os problemas de interesses do Estado e não da classe trabalhadora. Além da questão sindical, o governo Vargas instituiria a Justiça do Trabalho, criada em 1934 e mantida na Constituição de 1937, como o órgão “competente”⁷⁸ na arbitragem e conciliação de conflitos trabalhistas, compondo-se das Juntas de Conciliação e Julgamento, das Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento e do Conselho Nacional do Trabalho, além dos Conselhos Regionais.

Foram promulgadas as leis do Imposto Sindical, conforme dissemos, a Lei do Salário Mínimo (decreto 2162). Segundo Kasumi Munakata, a questão do salário mínimo deixava de ser objeto de luta dos trabalhadores para pertencer ao saber científico e ao discurso competente, na medida em que o estado formulava as tabelas mediante ao que julgava pertinente às necessidades e ao valor da mão-de-obra dos trabalhadores.

Em 1943 foi promulgada a Consolidação das leis do Trabalho (decreto 5452), que, segundo Kasumi Munakata, consolidaria a derrota dos trabalhadores: *“a legislação trabalhista, no seu espírito e no processo de seu implemento, carrega as marcas das lutas operárias, mas também as de sua derrota.”*⁷⁹

⁷⁸ “Competente” no sentido da autoridade discursiva, do controle e da “*ordem dos discursos*” e das práticas, o lugar onde tudo se resolveria com a maior harmonia e equidade. Esse aspecto de controle dos discursos dos trabalhadores, se aplica, também, ao tipo de sindicalismo que os comunistas propuseram desde os anos 20.

⁷⁹ Kasumi Munakata. *Op. Cit.*, p. 105.

Quanto ao Partido Comunista do Brasil, realizara a I Conferência da Mantiqueira, que orientara a “União Nacional” em torno do governo e de apoio à sua política de guerra. Seria uma política de “reboquismo” do partido em relação às políticas do governo. Esse tipo de política continuava no cerne das discussões que separavam grupos no interior do partido. A “União Nacional” em defesa da pátria, teria instituições compondo seus quadros como: Sociedade dos Amigos da América, Liga de Defesa Nacional, Legião Brasileira de Assistência, União Nacional dos Estudantes, Movimento Unitário Democrático, Movimento Unificador dos Trabalhadores, diferentes sindicatos, Conselho Anti-Eixista do Banco do Brasil etc.⁸⁰

Quanto à atuação de Astrogildo Pereira nos movimentos políticos e sociais nesse período, além da vinculação dos impressos que colecionava, tudo nos indica que ele foi colecionador de jornais, dos mais amplos espectros, praticamente, durante boa parte da sua vida, podendo ser, além de instrumentos de consulta particular, um hábito, uma prática. Além disso, a sua integridade física e dos seus objetos e pertences, ficaram resguardados por conta do seu afastamento do cenário político - que como vimos foi bastante conturbado e motivador de muitas lutas, entre diversos grupos, conceitos e doutrinas diferentes e opostas, pelo controle do Estado, controle este, que prescindia o controle dos trabalhadores - e de táticas de controle desses impressos colecionados. Nesse sentido, o afastamento de Astrogildo foi fundamental para a conservação dessa coleção que estudamos e da sua própria vida política, intelectual e particular.

Não podemos perder de vista que esse tipo de controle e colecionamento praticado por Astrogildo, tem, também, a implicância de controle e enquadramento de discursos, na medida em que eram instrumentos de comunicação social de circulação pública e que passaram a ter o significado de literatura, de coleção pessoal, e acesso a pesquisa por parte de uma pessoa física, e assim, de circulação restrita, para não dizer a um particular. Além disso, esse silêncio pode significar controle e construção de um outro discurso. O ressignificado pode estar aí: de literatura pública, passaram a literatura privada, mostrando uma mudança radical de sentido, inclusive, porque, anos após a produção, mesmo se estivessem organicamente com os anarquistas, já não significariam as mesmas coisas do momento em que foram produzidos e utilizados.

⁸⁰ Anita Leocádia Prestes. *Op. Cit.*, p. 85-86.

Em geral, em 1932, Astrogildo Pereira, casou-se com Inês Dias, filha de Everardo Dias, militante anarquista. Ocupou-se do comércio de bananas por atacado, negócio herdado do pai, atividade exercida até 1941. Em 1933 e 1934 escreveu o artigo *Campo de batalha*, analisando a situação política do Brasil, incluído na obra *Rússia, Itália e Brasil* (1935); manteve-se, completamente desligado da trajetória do PCB, da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Insurreição Comunista, ocorrida em 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro, duramente reprimida pelo Estado. Em 1940 escreveu críticas literárias para o *Diário de Notícias*. Em 1945 foi delegado, pelo Rio de Janeiro, do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo. Neste mesmo ano, ano do fim do Estado Novo, solicitou o reingresso ao PCB.

Os anos trinta foram delineados por um repertório amplo de lutas e debates políticos das mais diversas expressões e ideologias e Astrogildo não sofrera conseqüências nesse processo até o fim do Estado Novo em 1945 - não fora preso por políticas de segurança do Estado e sim por ocasiões isoladas, como foram os casos específicos da Revolução, conforme já dissemos. Nesses anos, ocorreram no país políticas de intervenção do Estado na vida social e nas relações de trabalho, guerra constitucionalista como a de São Paulo, a emergência de idéias de extrema direita como o integralismo, insurreições de extrema esquerda como a dos comunistas, golpe de Estado, como o Estado Novo, início da guerra mundial e aumento das arbitrariedades do Estado, mudanças das teorias e concepções de Estado como do liberal para o corporativo, emergência de leis e direitos sociais, que enquadravam os trabalhadores - como as leis sindicais e a Justiça do Trabalho -, endurecimentos na segurança pública como a Lei de Segurança Nacional, entre outros eventos. Astrogildo passou imune por eles, assim como a sua coleção de impressos.

Em 1931, quando foi afastado do PCB, Astrogildo já teria, pelo menos, vinte anos de militância nos movimentos políticos e sociais, com os anarquistas primeiro e com os comunistas depois. Talvez, o seu afastamento da secretaria-geral do partido tenha lhe causado um certo mal-estar, uma certa desilusão com os rumos que este tomava e tenha resolvido sair da cena política, dedicando-se a vida pessoal - que deveria ter ficado em segundo plano com tantos anos de militância e dedicação ao trabalho -, casando-se em 1932 a assumindo negócios herdados do pai. Intelectualmente continuou trabalhando com crítica literária e produzindo artigos políticos - talvez com pseudônimos, entre os quais Alex Pavel, Tristão, Aspter, Basílio Torresão, Aurelínio Corvo, Júlio Bartaline, Sá Pedreira

etc. Supomos que esse afastamento político tenha possibilitado a sua isenção, principalmente na segunda metade dos anos trinta - nos processos repressivos e de controle da palavra e da memória operária -, e a preservação da sua coleção de documentos impressos que guardava.

3 – Volta ao PCB – os anos democráticos, de 1945 a 1964

A partir de 1945, quando o PCB voltou a legalidade - perdendo-a em 1947 -, com o fim da II Guerra Mundial e do Estado Novo, Astrogildo voltou à cena política no partido, retornando às atividades na imprensa comunista e continuando suas críticas literárias. Foi diretor da revista *Literatura*, em 1946, onde colaboravam Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e outros. Em 1946 Astrogildo foi eleito suplente do Comitê Nacional do PCB; intensificou suas atividades nos meios jornalísticos: dirigiu a revista *Literatura*; colaborou nos jornais do partido, como o *Imprensa Popular* (de 1948 a 1958); fundou e dirigiu a revista *Novos Rumos*, vinculada ao PCB, de 1958 a 1964; foi diretor e redator-chefe da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*. Em 1959 publicou Machado de Assis; ensaios e apontamentos avulsos. Em 1963 publicou *Formação do PCB*; notas e documentos e *Crítica impura*; autores e problemas.

Este período parece ter experimentado um certo refluxo nos processos de repressões, mesmo assim continuariam ocorrendo arbitrariedades por parte do Estado, mas o Partido Comunista do Brasil (PCB) e os movimentos sindicais tiveram maior possibilidade de se expressar. No caso do PCB, suas expressões seriam mais ligadas aos atos ilegais, clandestinos, visto que era mantido sem registro eleitoral e tivera suas atividades legais proibidas. Entretanto, na prática, o partido continuava suas atividades tanto no campo político, quanto no sindical, produzindo, como dissemos, um tipo de imprensa que serviria para fazer a sua comunicação política e social. Nesse contexto, destacou-se Astrogildo Pereira e sua prática de colecionar impressos e outros documentos, como pode ser visto na sua vasta coleção que tem uma parte significativa no acervo do AMORJ e um acervo mais completo e original no CEDEM.

Podemos perceber a relação que este colecionador teria com os impressos de esquerda a partir da sua relação tanto com o PCB quanto com a imprensa operária e, além disso, com uma intelectualidade dirigente do partido. Isso pode nos mostrar uma certa

prática de controle dos discursos dos trabalhadores por uma determinada elite dirigente do partido e de sua imprensa, da qual Astrogildo faria parte. Além disso, a imprensa e a intelectualidade, ligada a Internacional Comunista (IC), seriam os lugares legitimadores dos discursos comunistas e controladores dos discursos dos trabalhadores, pelo menos essa seria a perspectiva do partido.

Em relação ao PCB, assim como o movimento sindical, parece ter havido, nos anos do Estado Novo, um refluxo nas suas atuações, considerando-se ainda que outros grupos, como os anarquistas e os trotskistas, por exemplo, tiveram suas atuações mais limitadas, fato que já vinha ocorrendo desde os anos 30, com a maior inserção dos comunistas e do Ministério do Trabalho nos movimentos sindicais e sociais. No Estado Novo, os sindicatos passariam a seguir uma lógica demandada pelo governo Vargas, que baseava-se no corporativismo, pensado, principalmente, por Oliveira Viana, que tinha no Ministério do Trabalho sua base de sustentação e controle dos trabalhadores.

O PCB teria, a partir do término da II Guerra um novo momento político e sindical, montando estratégias e táticas que impulsionaram suas atividades nesses meios e possibilitaram que sua presença redimensionasse a própria atuação dos trabalhadores nos movimentos e nas reivindicações, mesmo que utilizando os canais legais, as instituições estatais e às dinâmicas nas relações de trabalho e de produção indicadas pelo Ministério do Trabalho, pela Consolidação das Leis do Trabalho e pela Justiça do Trabalho.

É a partir da conjuntura do após Segunda Guerra que o partido dará um salto importante, tanto em termos de inserção no sistema político, aumento de sua expansão no movimento sindical. Este salto se desenvolverá ao longo da década de 50, chegando mesmo a seu ápice no início dos anos sessenta, quando o trabalho anterior ruiu ante o golpe de 1964. Em nenhuma conjuntura posterior a este evento, o partido alcançará a importância que obtivera antes do golpe.⁸¹

Não resistindo às pressões políticas e aos desgastes da ditadura do Estado Novo, o governo Vargas foi deposto em 1945, encerrando o que podemos chamar de primeira fase de Getúlio Vargas a frente de um governo. Nesse sentido, com novos ares políticos e a volta da democracia, o PCB entraria na legalidade, passaria a ter registro eleitoral e se

⁸¹ Marco Aurélio Santana. *Introdução*. In: _____ . Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 26.

tornar legal nas disputas eleitorais, pelo menos até 1947, quando foi novamente colocado na ilegalidade.

Durante o período de legalidade o partido teve à disposição órgãos de divulgação como jornais, revistas, editoras e entidades culturais. Em contraposição à organização sindical corporativa, o PCB criou o Movimento Unificador Único (MUT), de âmbito nacional, sob a liderança de João Amazonas, contando com 300 dirigentes sindicais de 13 estados, tendo em vista o fortalecimento da unidade sindical.⁸²

Em 1946, seria realizado o Congresso Sindical dos Trabalhadores, onde os comunistas substituíram o MUT pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, na perspectiva de enfrentar a política sindical do Ministério do Trabalho. Foi realizado, também, o III Conferência Nacional do PCB, que defendeu as conquistas democráticas de 1945, as lutas anti-fascistas ainda existentes no governo, aumento de salários etc, lutando pela união nacional, pela paz, por uma atitude democrática do Brasil na ONU. Entretanto, o PCB mostraria-se contrário às greves, que, segundo o partido, prejudicaria a política de união nacional; poderia ocorrer somente quando todas as medidas pacíficas possíveis fossem tomadas. Nestes anos, aproveitando-se de uma declaração de Luís Carlos Prestes - sobre o internacionalismo e a centralização das orientações do PCB na IC, e um provável apoio à URSS em um hipotético confronto com o Brasil -, foi pedido ao TST o cancelamento do seu registro dado o conteúdo e a “gravidade” das declarações de Prestes para a democracia e o regime político “democrático” brasileiro.

Na perspectiva de um governo de “redemocratização”, em 1946, o governo de Dutra promulgaria a lei anti-greve, nº 9070, mostrando um certo autoritarismo nas propostas deste governo para os problemas das relações de trabalho. As tensões políticas se acirriariam com a intensificação da guerra fria, a repressão ao movimento operário, o fechamento do MUT, da Confederação Brasileira dos Trabalhadores (CBT) e da intervenção em muitos sindicatos. A militância comunista passou, então, a atuar mais no interior das fábricas, já que o partido se encontravam na ilegalidade. Durante esse ano, ocorreriam dois episódios importantes: a promulgação da Constituição Federal do Brasil e a mudança, prevista nessa Constituição, da Justiça do Trabalho. Esta sairia da instância do ministério do Trabalho, ou seja, do Poder Executivo, e passaria para o Poder Judiciário,

⁸² *Ibid.*

tendo autonomia total e ficando organizada em Tribunal Superior do Trabalho (TST). Portanto, os trabalhadores e os seus movimentos teriam órgãos e dispositivos “legitimamente competentes” sustentados na carta Constitucional, pela CLT de um lado e de outro pela Justiça do Trabalho, fazendo com que as práticas dos trabalhadores e os problemas e conflitos relacionados ao trabalho fossem resolvidos por uma legislação e uma burocracia competente o suficiente para tal exercício, formando um lugar onde essas questões de âmbito privado seriam resolvidas publicamente, reforçando a interferência do Estado na vida social e enquadrando as relações de trabalho em um discurso que resolveria e monopolizaria os impasses.

Vale lembrar que o Estado neste momento ainda estava ligado às demandas do Estado Novo, inclusive por vermos em Dutra o candidato de Vargas nas eleições anteriores e a manutenção e até mesmo o aprimoramento de algumas estruturas herdadas, principalmente no Ministério do Trabalho. Cabe destacar que o Serviço de Recreação Operária, criado na primeira metade dos anos 40, pelo ministério do Trabalho, visava, segundo o jurista Arnaldo Süssekind⁸³, afastar das cabeças dos trabalhadores os perigos das idéias comunistas e das suas seduções.

Em 1947, o Centro de Cultura Anarquista de São Paulo, criado em 1933, na sede da FOESP e em conjunto com o jornal anarquista A Plebe, conforme dissemos anteriormente, foi reaberto em 1945 - sendo que os registros que foram estudados dizem respeito ao ano de 1947, que foi o ano de relançamento do jornal A Plebe, que era uma espécie de portavoz – e funcionou até 1969, sendo fechado por conta da promulgação do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, e reabrindo em 1985. Este centro, segundo Endrica Geraldo, que o estudou até 1951, teve atuação entre os trabalhadores de 1933 a 1935, mas nessa nova fase, se dedicaria às atividades educacionais e culturais do que das anarco-sindicalistas. Neste foram promovidos, nesta fase, cursos de esperanto, de higiene mental e de português, por exemplo. O público alvo seria, além de trabalhadores, demais setores da sociedade, principalmente intelectuais e classe média, na perspectiva de divulgar o anarquismo, muito mais do que doutrinar, conforme fizera na fase anterior.⁸⁴

⁸³ Depoimento concedido à professora Elina Pessanha, do Departamento e da Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRJ e coordenadora do AMORJ, e à professora Ângela de Castro Gomes, do CPDOC/FGV e da UFF, entre maio e julho de 2001.

⁸⁴ *Ibid.*

Neste ano, o PCB seria declarado ilegal e acusado de ser um partido estrangeiro e sofreu com a repressão que se seguiu aos seus núcleos, tendo células fechadas pela polícia em todo o Brasil. Mesmo nesse novo cenário político, enfrentando novamente uma realidade clandestina e ilegal, o partido conseguiu manter órgãos de divulgações, sendo que não apareciam como oficiais do partido. O jornal Tribuna Popular teve o nome mudado para Imprensa Popular, o diário Hoje para Notícias de hoje, por exemplo.⁸⁵

Nos anos 50, o PCB passaria a atuar mais no espaço fabril, no local das atividades produtivas, na perspectiva de que havia uma revolução em andamento, devendo promover um esvaziamento dos sindicatos pelegos, porém, sem alianças com os “partidos burgueses”, e enfraquecer a figura do interventor do Ministério do Trabalho. Entretanto, como aponta Marcos Aurélio Santana, havia um certo descompasso entre a posição da militância comunista sindical e algumas orientações vindas do PCB, principalmente nas alianças desses sindicatos com os trabalhistas e com as promoções de greves etc.⁸⁶

Nesse período o PCB procuraria penetrar mais nos sindicatos, pois estava isolado nesse campo. *“Só a partir de 1952 é que o partido se propõe, como linha sindical, a volta ostensiva aos sindicatos oficiais e reconhecem as alianças então já efetuadas na prática em alguns sindicatos.”*⁸⁷

O fim da intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos foi, efetivamente, em 1953, com a promoção de eleições para novas diretorias sindicais. Nesse caso, os comunistas começariam a voltar aos sindicatos, fazendo composições para dirigirem o movimento dos trabalhadores.

Por ocasião do suicídio do presidente da República, Getúlio Vargas, os comunistas sofreriam com as manifestações populares contra eles, pois teriam participado, junto com outros grupos, das oposições a Vargas, grupos estes que teriam gerado uma tensão política e pessoal de tal magnitude que levava este presidente a cometer o suicídio. Nestes episódios ocorreriam também destruições de sedes de publicações comunistas, por parte dos populares.

⁸⁵ Alzira Alves de Abreu. *Op. Cit.*, p. 2500.

⁸⁶ Marcos Aurélio Santana. *Trabalhadores e militância sindical. A relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)*. In: Ramalho, José Ricardo; Santana, Marcos Aurélio. *Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 167-211.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 177.

Entre 1954 e 1955, a partir da experiência dos metalúrgicos no Rio de Janeiro, segundo Marco Aurélio Santana, a militância comunista passaria a apoiar os trabalhistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) , na diretoria e nas comissões de fábrica, fazendo aumentar a sua influência nesse meio, atendendo mais aos interesses da categoria do que do partido, que ele chama de “alteração prática da intervenção dos comunistas”.⁸⁸ Essa política de aliança com os trabalhistas iria até 1964. Neste período, principalmente a partir de 1958, a escalada comunista avançava e estes conquistavam importantes espaços nas diretorias de alguns sindicatos, processo este interrompido pelo golpe de Estado promovido pelos militares em março de 1964.

É importante destacar que uma das orientações do partido era o não enfrentamento através de greves e outros dispositivos de combate dos trabalhadores. Este não enfrentamento, talvez, tenha contribuído para a desmobilização dos trabalhadores em relação ao golpe de Estado de 1964.

Após uma crise interna, entre 1957 e 1958, o partido fechou certos órgãos de imprensa, como a Imprensa Popular e A Voz do Operária, além de Notícias Hoje e Problemas, criando duas novas revistas: no Rio de Janeiro a Novos Rumos e em São Paulo a Estudos Sociais.

Em 1961, para tentar assegurar o direito a ter registro eleitoral no TST, o Partido Comunista do Brasil, passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, numa tentativa de tentar afastar o internacionalismo de que era acusado - pois responderia, em último, caso as orientações da IC e com esta teria compromissos -, fato que valeu a sua cassação em 1947, conforme já dissemos.

Em 1962, houve um novo racha do PCB, que acabou originando o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Este novo partido se contrapunha ao que chamavam “partido Prestista”, o PCB, que via nas instituições, burguesas e estatais, e na pacificidade, os caminhos para a revolução social. O PC do B, aderiria a uma linha comunista a partir da China, e não mais da URSS.

⁸⁸ *Ibid*, p. 182.

Neste ano ocorreria eleições para a Câmara Federal e Assembléias estaduais. O partido apresentou candidatos na mesma prática das eleições anteriores: colocar seus militantes em outras legendas legais.

Em 1964, dias antes do golpe militar, a revista *Novos Rumos* divulgava teses do PCB para o VI Congresso que seria realizado no final deste ano, que pode ter influenciado os militares a deflagarem o golpe e imporem o seu gabinete em abril deste ano. As teses reafirmavam as do V Congresso e centralizava a luta nacional no combate ao imperialismo, enfocando, também, a luta anti-feudal, além de uma revolução brasileira pacífica, em bases institucionais. Com o golpe militar, os sindicatos foram fechados, sindicalistas, políticos e militantes de esquerda foram presos e tiveram direitos cassados.⁸⁹

Em relação ao PCB e sua atuação nos sindicatos e entre os trabalhadores, Marco Aurélio Santana⁹⁰ aponta duas questões que nos chamaram a atenção: uma seria a autonomia que existiria entre os trabalhadores nos interiores das fábricas, em relação às orientações do partido, às diretorias dos sindicatos e às próprias comissões das fábricas. Esse aspecto nos leva a entender que as práticas discursivas dos comunistas no interior do movimento operário, por mais hegemônicas que possam parecer, acabavam se adaptando em muitos momentos aos discursos e às práticas dos trabalhadores enquanto atores que estavam inseridos e envolvidos nos processos de lutas sindicais e políticas, e estavam interagindo com as propostas que seriam feitas, acatando e acomodando umas, repulstando e negando outras. Outro ponto interessante seria o de controle das bases sindicais. Este ponto está relacionado com o anterior, mas, o que destacamos é que o PCB encontrou nas bases do movimento sindical seu ponto de contato com o movimento político, que, conforme outras forças, como o Estado, os sindicalista, os comunistas e outros, lutavam para dominar e controlar os discursos e às práticas dos trabalhadores, num movimento de legitimarem-se como “únicas” e “competentes” lideranças organizadoras das relações de trabalho e das reivindicações dos trabalhadores.

Em resumo, de 1945 até o golpe militar de 1964, o movimento de repressão aos comunistas e aos movimentos sociais experimentou um certo refluxo, principalmente por conta de governos chamados “populistas” e que se aproximavam dos trabalhadores, muitos

⁸⁹ *Ibid.*, p. 2502-2503.

⁹⁰ Marco Aurélio Santana. *Trabalhadores e militância sindical. A relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)*. In: *Op. Cit.*, 2001.

desses ligados, através da estrutura sindical, aos comunistas. Nesse contexto, os militantes e os documentos ficaram menos expostos às perseguições e destruições, uma vez que o Estado usava as estruturas do Ministério do e da Justiça do Trabalho, por exemplo, para “enquadrar” os trabalhadores.

As incertezas e tensões políticas e econômicas, os debates nacionalistas, assim como as pressões internacionais quanto aos rumos do país, inseridos nas discussões em torno da guerra fria, possibilitava à militância comunista e sindical, além de outras expressões políticas e sociais, um certo espaço de manifestações e de atuações no campo político e social. Esse período democrático possibilitou, entre outros, o desenvolvimento e a consolidação do discurso comunista, principalmente no interior dos sindicatos, mesmo na ilegalidade, e levou a um maior endurecimento do discurso da burguesia quanto ao perigo que ele representava, na medida em os comunistas discursavam contra o latifúndio e o imperialismo, desde o início dos anos 20, abandonando as políticas de união nacional com outros setores políticos, defendidas desde os anos 40.

Com o endurecimento crescente do discurso anticomunista por setores influentes da sociedade, acompanhada do golpe militar de 1964, houve um processo de repressão intenso, no qual os militantes oposicionistas, principalmente os comunistas, sofreram duras investidas do Estado, dominado pelos militares, sendo presos, tendo seus direitos civis e políticos cassados, além de uma série de medidas características dos aparelhos repressores.

Astrogildo foi um desses militantes que foram perseguidos e presos. Fora enquadrado como comunista, líder e criador do PCB. Quanto ao discurso dos militares que derrubaram o presidente João Goulart e assumiram o poder do Estado, ele e outros militantes seriam nocivos aos interesses nacionais e burgueses. Isso justificaria as prisões e as expulsões do país. Com as perseguições e repressões, os militantes e os seus pertences, principalmente seus arquivos particulares, sofreram com o perigo de terem suas integridades físicas comprometidas. Se militantes comunistas, sindicalistas, intelectuais etc, eram presos, seus documentos, os registros das suas atividades pessoais e institucionais, ficavam expostos às ações repressivas do Estado e a possível destruição e silenciamento.

Preso em 1964, Astrogildo foi solto em 1965, já com a saúde seriamente abalada, decorrente de problemas anteriores - inclusive teve tratamento médico em Moscou - e agravada pela passagem na prisão. Em 20 de novembro de 1965 faleceu no Rio de Janeiro.

"Astrogildo foi uma das vítimas do arbítrio desencadeado na época. Figurinha sinistra que se dizia militar, invadiu-lhe a casa, depredando-a e carregando boa parte do seu precioso arquivo, destruiu outra parte deixando a ameaça de que voltaria pior se ele não se apresentasse. Inês Dias, filha de Everardo Dias, apelou apara os amigos. Um deles, entendeu-se bem com o beliguim e ouviu dele a afirmação de que Astrogildo podia apresentar-se que não seria preso mas apenas ouvido num IPM que se propunha a pesquisar as responsabilidades da imprensa comunista. Acreditando nessa palavra falsa, Astrogildo Pereira apresentou-se sendo de imediato recolhido a uma cela do quartel da polícia do Méyer, onde passou por sucessivas inquirições, quando tomava conhecimento das violências exercidas pelo encarregado do citado IPM, contra intelectuais (...)"⁹¹

Após seu falecimento, Inês Dias, sua esposa, também adoeceu e logo depois faleceu. Contudo, diante dessa situação, os documentos guardados por Astrogildo ficaram comprometidos a serem esquecidos ou destruídos pelo tempo e pelos homens. Contando com a colaboração de militantes, eles puderam novamente ser resguardados e levados para locais mais seguros. Pouco antes da morte de Inês Dias as atenções para esses documentos tinham sido despertadas.

Nas palavras de Nelson Werneck Sodré:

"Para nós tratava-se de salvar o arquivo de Astrogildo Pereira, a maior fonte provavelmente para a história do PCB, de que fora fundador e secretário-geral. Já eram muito difíceis as condições para isso. Agravando-se o estado de saúde de Inês e tendo ela de ser levada para São Paulo, tais condições se tornaram mais difíceis. O beleguim depredara boa parte do material, recolhido a grandes caixas de papelão e constituído em grande parte de recortes de jornais e de documentos do partido. Até alguns companheiros conseguiram retirar da casa a parte do arquivo que as irmãs de Inês Dias haviam deixado, depois de terem vendido a biblioteca. Astrogildo Pereira escolheu para seus testamenteiros a Carlos Ribeiro e a Valério Konder. Eles não tiveram condições para desempenhar a tarefa. O arquivo foi, depois, em parte vítima de novo ataque policial, em outro local. Apesar de tudo, dele se salvaram peças importantes hoje recolhidas ao Arquivo de Milão, onde estão as fontes fundamentais para a história do movimento operário brasileiro e do PCB."⁹²

⁹¹ Nelson Werneck Sodré. Astrogildo Pereira. *História e Memória*, nº 1, 1981, p.82.

⁹² *Ibid.*, p. 83.

Capítulo III – Pesquisadores: organização e disponibilização

1 – Transferência para Europa, política e intelectualidade

Contando com a iniciativa de alguns militantes, esses documentos foram retirados do país e enviados à Europa, como forma de garantir a sua preservação, no final dos anos 60. Durante alguns anos, na década de 70, eles permaneceram guardados, depois foram organizados e deram origem ao Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro - ASMOB. A fundação desse arquivo foi em 1977, em Milão, na Itália, utilizando instalações cedidas pela Fundação Giamgiacomo Feltrinelli.

Não sabemos exatamente a data em que os documentos da coleção de Astrogildo Pereira foram enviados à Europa, mas, segundo alguns indícios presentes na bibliografia, podemos crer que foi no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, dada a forte campanha repressora promovida pela ditadura militar, que radicalizou-se mais ainda em dezembro de 1968 com o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Os militantes sindicais e comunistas e de pesquisadores brasileiros que poderiam conhecer de tal coleção e perceberem que poderiam ser importantes para a própria história dos trabalhadores e dos comunistas no Brasil. Poderia ser a possibilidade de garantir a sobrevivência de documentos que teriam, naquele momento, cerca de 60 anos de existência e que acompanharam, praticamente, toda a vida de Astrogildo, onde suas vidas se entrecruzariam e suas histórias se confundiriam.

Seria um momento em que a preservação desses garantiria a possibilidade de se fazer a história do PCB e das esquerdas no Brasil. Esse momento, em que a repressão aumentava a sua intensidade, através das edições dos Atos Institucionais do Estado e das práticas autoritárias e antidemocráticas, pode ter desenvolvido, mais ou menos como nos anos 10, 20 e 30, uma cultura de salvamento emergencial dos documentos e práticas canalização clandestina de preservação destes, que eram cassados pelo Estado, que prendia e exilava militantes, suspendendo seus direitos políticos e civis, impossibilitando que fosse garantidos seus direitos a propriedade e a própria integridade física, direitos confeccionado e exigidos pela própria burguesia, que agora atentava contra eles no apoio aos militares, além dos cinco Atos Institucionais que respaldava tais ações.

Segundo Elina Pessanha⁹³, o arquivo de Astrogildo Pereira foi retirado do Brasil pelo professor José Luiz del Roio, que participaria posteriormente da fundação e da direção do ASMOB. Não temos informações dos meios que ele utilizou para driblar a ditadura e enviar o arquivo à Europa.⁹⁴ O mais importante para o nosso estudo é que ele, provavelmente com a colaboração de outros, conseguiu retirá-los do Brasil, transferi-los e contribuir para preservação de parte dos documentos produzidos pelos trabalhadores brasileiros, e principalmente dos anarquistas dos vinte primeiros anos do século XX, que parecem ser raros, depois disponibilizados na Europa, partir da criação do ASMOB.

No período compreendido entre 1964 e 1977, quando o arquivo de privado de Astrogildo Pereira foi retirado do Brasil e depois passou a integrar o acervo do ASMOB, os comunistas passariam por contextos de amplas repressões e profundas crises internas. Além disso, o movimento sindical se depararia com uma conjuntura adversa às necessidades dos trabalhadores. Nesse momento, através de discussões que eram feitas no âmbito acadêmico e intelectual, desenvolviam-se projetos quanto preservação documental à sistematização dos materiais que pudessem contribuir para novos conhecimentos sobre a sociedade brasileira, através dos arquivos públicos e privados. Além disso, discutia-se adequação da historiografia às conjunturas sociais e a novas metodologias de trabalho e novas concepções sobre a materialidade e a utilização dos documentos, principalmente nas obras de Michel Foucault e, no caso brasileiro, de José Honório Rodrigues.

Esse período marca, para nós uma nova ressignificação dos impressos colecionados por Astrogildo Pereira, na medida em que estes já não seriam mais instrumentos de comunicação social e nem materiais de consulta privada – como nos casos dos que os produziram, entre eles anarquistas, socialistas e comunistas, e do próprio Astrogildo, respectivamente. Assim, passaram a ser vistos como documentos históricos, que deveriam ser alocados em locais específicos e acompanhar as deliberações que estavam sendo propostas para uma política de preservação e gestão documental, a partir de um sistema e de uma legislação específica para o seu tratamento. Este período parece marcar mudanças

⁹³ Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - AMORJ -, em depoimento sobre o Archívio Storico del Movimento Operaio Brasiliano – ASMOB -, em janeiro de 2001.

⁹⁴ Pode ser possível verificar melhor esse período através da “Coleção Exílio”, do próprio ASMOB, que cobre os anos de 1964 a 1979.

tanto de sentido, quanto de utilidade destes: passavam ser geridos por agentes e instituições competentes, que desenvolviam discussões e propostas adequadas para sua gestão, além de profissionais que investigariam e os utilizariam para produzirem seus discursos e conhecimentos sobre a classe trabalhadora e o seu passado. Essa possibilidade estava sendo dirigida aos arquivos e documentos públicos, principalmente os de Estado, porém, podemos ver que se aplicam também aos arquivos e documentos dos movimentos sindicais e sociais, conforme podemos verificar no caso da criação do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Unicamp, no ano de 1974.

No caso dos comunistas, no contexto pós-golpe militar de março de 1964, estes seriam alvo de grande repressão por parte do Estado, entre outros atores sociais que se opuseram ao novo regime ditatorial. Nesse contexto, o PCB, internamente, passaria por um processo de crise institucional e política, agravada com a prisão e a deportação de importantes lideranças políticas e sindicais.

Segundo Marco Aurélio Santana, os sindicatos desempenhariam papel central entre o PCB e a vida política do país. Seria através destes que o partido se articulava politicamente, tornando atividades ilegais em legais através desses organismos reconhecidos pelo Estado. O partido, assim procurava atuar de forma mais enfática nesses espaços e essa atuação possibilitaria a mobilização dos movimentos dos trabalhadores para um provável movimento revolucionário.⁹⁵ O problema é que nem sempre as vontades e os projetos dos comunistas, principalmente das suas direções, coincidiam com os dos trabalhadores e dos seus movimentos. Entretanto, o regime militar atingiria os movimentos de esquerda e os movimentos sindicais, atingido, assim, um das articulações do PCB com a política.

“Se no meio político, a mão de ferro que se abateu não só sobre os militantes do PCB, mas das esquerdas em geral, restringiu as possibilidades destes para o trânsito, formal ou informal da ação político-partidária. No meio sindical, se a persistência do partido como referencial à esquerda naquele movimento conseguiu sobreviver através de um trabalho de resistência dentro das fábricas e contínua atuação no interior da estrutura sindical nos anos sessenta-setenta, ele não conseguiu

⁹⁵ Marcos Aurélio Santana. *Introdução*. In: _____ . Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 21.

fazer frente à nova realidade, em termos políticos-sociais, que despontará nos fins dos anos setenta trazendo 'novos' atores à cena."⁹⁶

Na tentativa de reorganizar o movimento sindical e reocupá-lo, os comunistas fariam alianças amplas, para fazer com que os sindicatos voltassem a ocupar o lugar de lutas dos trabalhadores, encontrando dificuldades para isso, lançando-se para uma posição política mais de centro, entre os pelegos e os que consideravam esquerdistas, migrando para uma aproximação com setores conservadores no sindicalismo, até o aparecimento do “novo sindicalismo”, quando o partido teria ainda relevância neste meio.⁹⁷

Marco Aurélio Santana lembra que

*“duramente cassados, presos ou exilados, os importantes quadros comunistas se afastaram do contato direto com o movimento. Ao longo do processo, a classe trabalhadora também transformou-se, colocando novos temas e perspectivas ao partido que mesmo as identificando em seu nascedouro, caminhou na direção contrária às que se colocavam nos marcos de ação de seu setor mais atuante. (...) O PCB que em diversos momentos fora identificado pela classe, ou pelo menos por seu setor dinâmico como um vocalizador de suas demandas, será suplantado nesse papel com o surgimento de novos movimentos em fins dos anos setenta..”*⁹⁸

Em 1967, foi realizado o VI Congresso do partido, marcando e aprofundando o processo de ruptura política e organizacional, no seu interior, que ocorria desde 1964, revivendo temas de momentos anteriores e, taticamente, sem novas propostas. Este congresso aprovou:

- a) a abolição das leis de exceção implantadas pelo regime militar;
- b) defesa das riquezas naturais do país e autonomia na política econômica;
- c) elevação no padrão de vida dos trabalhadores e reforma agrária;
- d) política externa soberania nacional e autodeterminação.⁹⁹

⁹⁶ *Ibid.*, p. 27.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 32; 34-35.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 297.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 2502-2506.

O regime militar aumentaria seu processo repressivo em 1971, prendendo muitos militantes de esquerda e intensificando o processo repressivo. Neste contexto, cerca de dez integrantes do PCB saíram do país, como medida preventiva. Esses seriam: Luís Carlos Prestes, Davi Capistrano, Armênio Guedes, Roberto Morena, Agliberto Vieira de Azevedo, João Massena, Zuleica Alambert, Luís Tenório Lima, Armando Ziller e Lindolfo Silva. Ficando no Brasil, Giocondo Dias assumiria, interinamente, o secretariado-geral, visto que Luís Carlos Prestes continuava no cargo, mesmo no exterior.¹⁰⁰

Em 1973, o Comitê Central do partido formularia um documento que enfatizaria a luta anti-fascista e anti-ditadura militar, reunindo uma frente ampla, incluindo os operários, o campesinato, a pequena burguesia urbana, setores da burguesia contrários ao regime, forças políticas de oposição, incluindo os insatisfeitos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Um outro documento foi formulado neste ano, fazendo um balanço dos erros cometidos pelo partido, enfocando problemas na aplicação da idéia de centralismo democrático pela direção do partido, além de concepções errôneas sobre o processo revolucionário.¹⁰¹

Entre 1974 e 1975, dez, dos vinte integrantes do Comitê Central do partido, foram presos e mortos pelo regime, além de outros diretores estaduais que foram presos, chegando a marca, aproximada, de 600 a 1.000, levando o partido a uma grande desestruturação e desorganização. Muitos dos que resistiram a esse processo foram para o exterior – talvez nesse período os documentos do arquivo de Astrogildo Pereira tenha sido retirados do Brasil. Além disso, o próprio Comitê Central iria se deslocar para fora do Brasil.¹⁰² Esse parece ter sido um dos momentos de maior repressão do regime militar culminando com a supressão dos movimentos de luta armada contra os militares. Cabe destacar que neste ano foi fechado o jornal *Voz Operária*, do PCB, que retornaria em 1976.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 2504.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 2505.

¹⁰² *Ibid.*, p. 2505-2506.

Em 1977, o debate e a divergência de idéias aprofundavam-se no interior do partido, dividindo suas áreas de influência entre os comunistas europeus e os da União Soviética.¹⁰³

Por outro lado, nos anos 70, com o exílio de muitos militantes que se opuseram à ditadura militar, documentos e arquivos particulares foram enviados à Europa, conforme já dissemos. Dentre os opositores, podemos verificar artistas, sindicalistas, intelectuais, políticos etc. Nesse sentido, os debates e o discurso pelo fim da ditadura se consolidavam. Assim, houve a possibilidade de pesquisadores brasileiros e estrangeiros mobilizarem-se para organizar e disponibilizar os documentos sobre o movimento operário brasileiro, na iniciativa de sua preservação.

Outra possibilidade pode ser a das mudanças que vinham sendo propostas no campo da história, principalmente por Michel Foucault, desde meados dos anos 60. Estas mudanças, que poderiam estar sendo refletidas nos anos 70, relacionavam-se as de uma mudança na história tradicional, que totalizava, contínua, para uma historia nova e descontínua, que trabalhasse as diferenças e as rupturas, criticando e mudando o olhar acerca dos documentos e na possibilidade se fazer história a partir de documentos produzidos pela própria sociedade que fosse estudada, ampliando a quantidade e a qualidade dos documentos, na medida em que poderiam ser analisados por dentro (pelas estruturas).

Paralelamente ao processo de tensão política e social pós-64, no Brasil, de dura repressão e de crises no interior do movimento sindical, do PCB e na própria cúpula do governo, desenvolvia-se tanto uma crítica ligada a preocupação com a preservação de documentos e patrimônios históricos, assim com uma crítica à própria historiografia. Um dos críticos foi José Honório Rodrigues que, por volta dos anos 60, lançava uma edição de *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*,¹⁰⁴ que foi editada pela primeira vez em 1949. Nesta obra, ele levanta questões quanto os problemas da historiografia brasileira e as tarefas do historiador, onde a primeira seria um “*espelho onde ser refletem os problemas da própria nação e da humanidade e que toda época exige sua própria visão*”

¹⁰³ *Ibid.*, p. 2506.

¹⁰⁴ José Honório Rodrigues. *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*. São Paulo: Cia Editora Nacional, s/d.

da história”¹⁰⁵. Segundo ele, a historiografia apresentaria a sociedade brasileira de forma velha e arcaica, rural e que, a partir dos anos vinte, se aproximaria mais do presente. Entretanto, a historiografia continuava muito narrativa, cronológica e biográfica; não seria, até aquele momento, utilizadas fontes literárias. Nesta obra ele diz: “*O objeto da História não é só a caça e a descoberta do documento, mas a reconstituição histórica baseada em documentos autênticos e fidedignos. (...) Toda pesquisa histórica implica o realce de alguns documentos e o silêncio de outros.*” Além disso ele diz: “*a prova histórica não é a soma aritmética das fontes.*”¹⁰⁶

Em uma outra obra de 1965, *História e Historiadores do Brasil*¹⁰⁷, José Honório Rodrigues se aplicou a analisar a historiografia brasileira e o atual processo histórico, mostrando que existiria uma crise na historiografia deste momento, que se originara da “*excessiva especialização nos aspectos particulares e singulares (...) Ela não conseguiu ainda adaptar-se às exigências surgidas em face de uma situação mundial modificada*”¹⁰⁸, que, segundo ele modificara-se, principalmente, a partir de 1945. Existiria, então, uma crise da ciência histórica contemporânea, “*uma crise de desenvolvimento*”¹⁰⁹. O principal ponto seria a falta de entrosamento entre o processo histórico e o processo historiográfico.

Neste momento, a figura de José Honório Rodrigues nos parece importante pois, além de estar fazendo um certo balanço e crítica historiográfica, acrescidas de propostas, ele teria sido diretor do Arquivo Nacional, lutando tanto por uma sistematização dos arquivos brasileiros - conforme pode ser visto no anteprojeto que elaborou em 1961 para a criação do Sistema Nacional de Arquivos, que previa a criação de um Conselho Nacional de Arquivos, não sendo consolidado -, quanto pela preservação da massa documental da sociedade Brasileira.

Além das críticas e problemas apontados por José Honório Rodrigues, no que compreende o processo de produção historiográfica e os seus materiais de trabalho, os documentos, José Pedro Esposel também faria suas observações, quanto à questão do

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 28.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 234; 235.

¹⁰⁷ José Honório Rodrigues. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 13.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 15.

desenvolvimento dos arquivos e a preservação documental, além da política brasileira para esse assunto, através de um artigo publicado em 1968, reunido a outros que ele produziu em 1994, chamado *Arquivologia e Desenvolvimento*¹¹⁰. Vale destacar que, como lembra José Pedro Esposel, desde 1961, a Associação Nacional dos Profissionais Universitários em História (ANPUH), no I Simpósio de Marília, chamava a atenção dos historiadores nacionais para a necessidade de levantamentos das fontes históricas existentes no Brasil, despertando a atenção e a simpatia dos arquivos.¹¹¹

A partir dos anos 70 foram tomadas iniciativas de criação de arquivos privados no Brasil, como o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e o Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, em Campinas. Em 1971 seria criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Essas discussões sobre arquivos e documentação, além da historiografia, estava se desenvolvendo no âmbito acadêmico, como podemos perceber nos casos de sistematização de arquivos e novas propostas metodológicas para a historiografia brasileira.

No campo acadêmico e intelectual, ainda em 1976, José Honório Rodrigues concederia uma entrevista à revista *Veja* dizendo:

*“O grande problema dos que defendem o acervo documental brasileiro é a dificuldade em sensibilizar as autoridades quanto à importância desta tarefa. Arquivos e museus são destituídos de autoridade, não podendo nem exigir documentação às repartições públicas. Ministros levam para casa papéis da maior importância, queimam-se arquivos, etc... Na verdade o Brasil tem problemas mais urgentes, que deslocam nossa historiografia para um plano mais secundário. Além disso, consumimos ainda, e é só, nossa própria história.”*¹¹²

Em suma, essa nova conjuntura do pensamento histórico pode ter levado a possibilidade de se fazer as histórias do PCB - organizando os documentos a partir de várias perspectivas analíticas que despontavam a partir desse olhar -, dos movimentos operários e das esquerdas brasileiras com os documentos que estes próprios movimentos produziram, lançando luz em ângulos obscurecidos pelas concepções históricas

¹¹⁰ José Pedro Esposel. *Arquivos: uma questão de ordem*. Niterói, Muiraquitã, 1994.

¹¹¹ José Pedro Esposel. *Os arquivos no Brasil: atualidades e perspectivas*. In: _____. *Ibid.*, p. 37.

¹¹² *Veja*. Onde Está o Passado?. *Veja*: São Paulo 4 de agosto de 1976, p. 91.

tradicionais. A preservação dos documentos das esquerdas possibilitariam outras perspectivas para a construção de novos enunciados históricos sobre o movimento operário e políticos no país. Saíamos de uma singularidade documental para pluralidades, multiplicidades de documentos e histórias, de uma história, uma nova perspectiva documental.

2 – Fundação do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB) e o contexto político italiano

Como resultado desses esforços e dessas perspectivas, supomos, organizou-se, ou reorganizou-se, o arquivo de Astrogildo Pereira, por brasileiros e italianos, dando origem ao Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), em Milão, Itália, que mais tarde incorporou ao acervo arquivos importantes, como o de Roberto Morena¹¹³, outro importante líder sindical e comunista. Além disso, recebeu doações da família Niemeyer, da família Sacchetta, de Luiz Carlos Prestes, de Heitor Ferreira Lima, de Edgar Carone, de Muniz Bandeira etc.

"O ASMOB nasceu da preocupação de alguns brasileiros exilados na Itália, na década de 70, em preservar a memória dos movimentos sociais, considerados naquele momento como subvertedores da ordem e da segurança nacional brasileira. (...) O espaço físico necessário para dar início a esse projeto foi cedido pela Fondazione Giamgiacomo Feltrinelli com sede em Milão."¹¹⁴

Segundo Maurício Martins de Mello¹¹⁵,

¹¹³ Existem contradições nas informações sobre qual teria sido o primeiro arquivo privado a ter chegado ao ASMOB. O Guia do CEDEM, formulado em 1996, diz que o primeiro foi o de Roberto Morena, assim como a revista Memória e História, de 1983 – editada pelo ASMOB, em São Paulo -, dedicada a Roberto Morena. Entretanto, a mesma revista, na edição número 1, de 1981, informa que o primeiro arquivo a ter chegado no ASMOB foi o de Astrogildo Pereira. Diante dessas duas informações, contidas na mesma revista, supomos que o primeiro arquivo a ter sido o de Astrogildo Pereira, baseados no fato do primeiro número ter sido dedicado Astrogildo, visto que teria sido o primeiro arquivo do ASMOB e por isso este número seria dedicado a ele.

¹¹⁴ CEDEM, Guia. 1996, p. 31.

¹¹⁵ Maurício Martins de Mello foi diretor da revista História e Memória, do ASMOB, editada em São Paulo.

"O arquivo nasceu, em 1977, por iniciativa de estudiosos brasileiros e italianos, preocupados com a preservação da memória histórica do movimento operário brasileiro, que corria o risco de ser destruída pela repressão policial, ou ser alienada a outros países. O Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, foi criado então com o objetivo de recolher a documentação (livros, revistas, jornais, testemunhos orais e iconográficos) sobre a história do movimento operário brasileiro (partidos políticos, organizações de massas e sindicatos), assim como fontes documentárias latino-americanas e européias, que direta ou indiretamente contribuíram para seu desenvolvimento."¹¹⁶

Desse modo, o ASMOB passou a contar com:¹¹⁷

- *Fundo Astrogildo Pereira* – datas-limite de 1890-1965; composto de documentação textual, periódicos e fotografias; a pesquisa seria feita através de fichário temático, catálogo *on line* para periódicos e catálogo para microfilmes.
- *Fundo Roberto Morena* - datas-limite de 1945-1970; composto de documentação textual, recortes de jornais, fotos, periódicos e livros; a pesquisa seria feita através de fichário temático, catálogo *on line* para periódicos.
- *Coleção Exílio Brasileiro* - datas-limite de 1964-1979; composto de documentação textual,, iconográfica, sonora, áudio-visual e periódicos; a pesquisa seria feita através de relação de grupos e séries.
- *Coleção PCB no Exílio* - datas-limite de 1970-1980; documentação textual; a pesquisa seria feita através de grupos e séries da documentação textual.
- *Arquivo Luta Armada no Brasil* – datas limite de 1968-1972.
- *Arquivo José Medina Filho* – sem informações¹¹⁸

"Do acervo do ASMOB fazem parte ainda uma biblioteca de mais de 3 mil volumes, uma hemeroteca que conta com cerca de 2 mil títulos de jornais e revistas de diversos países, além de um setor de audiovisual."¹¹⁹.

¹¹⁶ Maurício Martins de Mello. Apresentação. *História e Memória*, nº 1, 1981, p. 9.

¹¹⁷ CEDEM. *Fundos e coleções do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano*. Op. Cit.; AMORJ. *Coleção ASMOB*. Op. Cit.

¹¹⁸ Esses dois últimos fundos constam no Guia do AMORJ como integrantes da *Coleção ASMOB*. No CEDEM, o seu Guia não os menciona.

Analisando um folder do ASMOB, publicado, provavelmente, em 1977 ou 1978, estão descritos:

- os objetivos - confirmando que o arquivo nasceu da preocupação de brasileiros e italianos com a pesquisa da documentação e da história do movimento operário brasileiro;
- a documentação – arquivo de Astrogildo Pereira, arquivo de Roberto Morena, Movimento Guerrilheiro, Biblioteca, homeroteca e setor áudio visual;
- a abertura da instituição à pesquisa – *“opera di recupero e organizzazione delle fonti sulla storia sociale brasiliana è uno dei problemi più gravi che gli storici, i politici e gli studiosi stanno affrontando per salvare uno degli aspetti più importanti della memória sociale del paese, colpito a lungo dalla repressione. L’Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano vuole dare un contributo a questo sforzo, lavorando in armonia con tutte le istituzioni e i privati brasiliani e non, impegnati nella soluzione di questo problema”*;
- a previsão de transferência do arquivo para o Brasil – *“Il patrimonio dell’Arquivo sarà trasferido interamente in Brasile quando ci saranno le garanzie istituzionali per il libero svolgimento delle sue attività scientifiche”*;
- a pesquisa – *“In questa fase i lavori di ricerca dell’ASMOB sono concentrati prioritariamente nel ripertimento delle fonti archivistiche esistenti in Brasile e all’estero”*;
- as publicações – *“Il settore delle pubblicazioni dell’Archivio ha come strumento permanente di comunicazione la rivista Memória e História, il cui primo numero uscirà per i tipi dell’editrici Ciências Sociais di São Paulo nel secondo semestre del 1980 (...) È prevista per il 1980 la pubblicazione di um volume di fotografie sulla mostra “Italiani in Brasile”, promessa del’Arqchivio a Milano, e degli Atti del Covegno Che il’a accompagnata. REPRINT ASMOB. L’Archivio sta organizzando*

¹¹⁹ Novos Rumos. Documentos que retornam do exílio. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro: Instituto Astrogildo Pereira, nº 23 ano 9, 1994, p. 50.

um piano di edizione di materiale raro o di difficile reperimento, pubblicato in Brasile e all'estero dalle organizzazioni politiche e sindacali”;

- as atividades públicas – *“L’Archivio organizza seminari e convegni autonomamente o in collaborazione com istituzioni culturali afini, su argomenti riguardanti le sue aree di interesse scientifico. (...) INTERCAMBIO CULTURALE. Sono previste per il 1980 visite di studiosi italiani in Brasile, attraverso accordi di collaborazione dell’ASMOB con istituzioni sindacali, universitarie e organismi privati, al fine di sviluppare progetti in comune e di approfondire le mutue conoscenze”.*

Este folder pode nos indicar que o arquivo teria ligações estreitas com pesquisadores brasileiros e se propunha transferir esses documentos ao Brasil, desde a sua fundação, quando a situação democrática e institucional do país fossem adequadas.

Em 1981, através da editora Ciências Humanas, em São Paulo, o ASMOB lançou a revista *Memória e História*, que teve o primeiro número dedicado a Astrogildo Pereira, considerando-se que por ter sido o primeiro arquivo a ser organizado pelo ASMOB, seria coerente dedicar esse número a ele.

“A escolha do assunto deste número se deve a duas razões: uma de ordem técnica, pois o arquivo de Astrogildo Pereira foi o primeiro a ser doado e conseqüentemente organizado (grifos nossos); a outra pela sua importância intrínseca, dado o importante papel que o seu criador desempenhou na organização do movimento operário brasileiro. Der fato a sua coleção é uma das mais importantes da coleção sobre as primeiras organizações proletárias, do movimento anarquista à fundação do Partido Comunista Brasileiro do qual ele foi um dos fundadores e secretário geral por vários anos. Deste patrimônio fazem parte uma hemeroteca, descrita quase integralmente nesse número.”¹²⁰

Nesse número vários autores analisam a vida e a obra de Astrogildo, além de documentos relacionados a ele, inclusive com uma listagem dos jornais e revistas do seu arquivo, da qual enfatizamos as produções anarquistas. Essa iniciativa é importante porque podemos enfatizar mais a ligação deste arquivo com a pesquisa no Brasil – inclusive o folder também faz referência ao fato. As preocupações básicas seriam: preservar,

¹²⁰ Maurício Martins de Mello. Apresentação. *História e Memória*, nº 1, 1981, p. 10.

organizar, disponibilizar e discutir sobre essa documentação. Quanto à revista, parece ter sido publicada até o número 3. Na apresentação, do número 1, está escrito que “*Memória e História é um dos canais de que o Arquivo se serve para comunicar-se com a sociedade brasileira e dela receber todo os estímulos e para promover, com plena autonomia, a pesquisa e o debate sobre a história social do Brasil.*”¹²¹

Na Itália, no contexto da criação do ASMOB, podemos verificar que o momento político para as esquerdas, principalmente para os comunistas, era bem mais favorável, vindo de processos de ascensão, ou pelo menos diálogo mais amplo com o poder. A partir das eleições de 1975, o Partido Comunista da Itália ficara mais forte.¹²² Como disseram João Alves de Lima e Nilde Balcão, no artigo *Italianos e Movimento Operário*,

“*a relação Brasil e Itália no mundo do trabalho tem uma longa história, onde a presença e a herança desta para a classe trabalhadora foi fundamentalmente contraditória. (...) Uma história marcada, de um lado pelos militantes anarco-sindicalistas e socialista, das duas primeiras décadas do século, que nos legaram esse passado de combatividade, autonomia e solidariedade das primeiras organizações operárias.*”¹²³

Parece-nos que esse cenário político e sindical da Itália, que contrastava do cenário do Brasil, pode ter aproximado os pesquisadores desses países, levando a esforçarem-se em um empreendimento de preservação dos documentos que possibilitassem a construção das histórias da classe trabalhadora e dos seus movimentos, a partir da tradição e da presença de trabalhadores italianos e brasileiros na construção desses processos.

A partir de 1969, o movimento sindical italiano experimentaria vitórias e garantiria certos direitos trabalhistas, que o fortaleceu e deixou-o mais confiante, fazendo-o avançar mesmo diante de uma crise econômica no país e no mundo. Os trabalhadores buscariam a qualificação e atualização profissional e o emprego de políticas de educação continuada e

¹²¹ *Ibid.*, p. 9.

¹²² Sobre a conjuntura política e social da Itália ver Maria Lúcia Maciel. O Milagre Italiano. Caos, crise e criatividade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

¹²³ João Alves de Lima; Nilde Balcão. Italianos e Movimento Operário. *Tempo e Presença*: São Paulo, julho de 1988, p. 15.

de cultura geral, atraíndo as universidades para o planejamento e a execução dos programas.

Por volta de 1970, a sociedade civil vivia movimentos de ação coletiva e de organizações progressistas, desprendidas das formas tradicionais de poder, de distribuição de recursos e de administração pública. Neste momento, apareceram muitos jornais e revistas alternativas. *“As administrações locais construíam elos frutíferos entre a sociedade política e a sociedade civil municipal e regional.”*¹²⁴ Neste caso, o Partido Comunista e a Democracia Cristã, partido de centro-direita, conseguiram conviver e interagir nos planos políticos locais. Os comunistas passaram a dominar várias localidades consolidando-se nos chamados “cinturões vermelhos”. Nas eleições regionais de 1975 o partido conseguiria ampliar suas áreas de influência, *“ficando mais forte em, praticamente, todos os conselhos municipais das grandes cidades”*¹²⁵, inclusive Milão.

Em 1974, seria criada a Fundação Giangiacomo Feltrineli, em Milão.

“La Fondazione Feltrinelli nasce nel 1974 con DPR n. 423, 27.4.1974 come trasformazione dall'allora Istituto Feltrinelli il quale, a sua volta, è il risultato e l'erede dell'ente originario ("Biblioteca Giangiacomo Feltrinelli") fondato nel 1949.

Costituita da Giangiacomo Feltrinelli allo scopo di raccogliere documentazione sul movimento operaio e socialista a livello internazionale, la biblioteca si è accresciuta con ingenti acquisti di fondi archivistici e librari sul mercato antiquario.

Lo scopo della Fondazione è quella di favorire lo studio delle società moderno-contemporanee con particolare attenzione alla storia sociale, ai problemi della politica internazionale e del rapporto tra aree sviluppate e aree sottosviluppate, alle culture del lavoro del movimento socialista italiano e internazionale secondo le linee tematiche e disciplinari costitutive della Biblioteca che ne rappresenta il nucleo originale.”

¹²⁴ Maria Lúcia Maciel. *Op. Cit.*, p. 65.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 66.

Entre 1976-1977, desenvolveu-se a chamada “solidariedade nacional”, na qual os cristãos e os comunistas não se oporiam, principalmente por parte dos comunistas em relação aos ministérios dos cristãos na esfera federal.

Seria nesse período, de ascensão dos comunistas na Itália e desenvolvimento de novas propostas sindicais no Brasil - além da deportação de importantes lideranças sindicais e políticas, ligadas ao comunismo brasileiro, para a Europa, principalmente Itália e países do leste europeu, ligados a regimes comunistas -, que se daria a criação do ASMOB.

3 – Contexto brasileiro

Além das preocupações, iniciativas e mudanças que possibilitaram a fundação do ASMOB, no plano político e social despontavam no Brasil, principalmente a partir de meados dos anos 70, um novo sindicalismo no ABCD paulista e em Betim, Minas Gerais, além de movimentações no Rio de Janeiro, modificando as práticas e os métodos de ação do movimento operário Brasileiro, introduzindo nestes uma certa dose de combatividade e autonomia em relação ao Estado.

A partir deste movimento, os intelectuais e os pesquisadores passariam a utilizar e desenvolver outras metodologias e teorias nos seus trabalhos enfocando cada vez mais os trabalhadores e seus movimentos como atores e forças sociais que colaboraram na construção da sociedade e do capitalismo brasileiro, conforme podemos perceber em obras de John Foster Dulles, Boris Fausto, Maria da Conceição Pinto de Góes, Maria Nazareth Ferreira, Francisco Foot Hardman, entre muitos outros.

Esse movimento sindical ameaçava direções de sindicatos, que pareciam bastante atreladas ao Estado e, em certa medida, pouco eficientes em relação à defesa dos trabalhadores associados e se contrapunham às práticas tradicionais dos sindicatos ligados ao Estado e aos comunistas. Formulava propostas para um sindicalismo mais combativo, à ditadura, e que mobilizasse os trabalhadores, principalmente os metalúrgicos, procurando garantir direitos trabalhistas e sociais, podendo remotar, inclusive, para alguns, aos ideais das associações de trabalhadores autônomas dos anos 10 e 20, dos anarquistas, e apontando para mudanças nos modelos de sistemas sindicais adotados no Brasil, nos anos 30 - que enquadraram sindicatos pela Lei Sindical e atrelaram suas bases ao Estado através do

Ministério do Trabalho -, existentes até este momento e que mostrava sinais de desgastes e de certa inoperância para os movimentos trabalhistas, além da estruturação vertical colocada pelos comunistas nos sindicatos, que perderam, em certa medida o poder de mobilização.

“Não foi casual, assim que por essa época muitos passassem a estudar o movimento operário na Primeira República, os anarquistas em particular. Ambos, libertários no passado até 1930 e operários do ABCD paulista pós-1978, surgiam como atores combativos, sem ilusões com a ‘ideologia dominantes’ e, sobretudo, imbuídos de práticas autonomistas. A História, portanto, teria retomado seu rumo, desviada que fora até então pelos políticos populistas e sindicalistas pelegos. Entre 1930 e 1964, um interregno lastimável, os trabalhadores, sabe-se lá porquê, teriam sido seduzidos pelos trabalhistas, traidores por definição, e pelos comunistas, autoritários por profissão.”¹²⁶

Em 1974 foi realizado, em São Bernardo do Campo, o Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, reunindo aproximadamente 400 delegados de base das empresas, enfatizando o caráter liberalizante e maior autonomia sindical, sem romper com a legislação trabalhista.

Na segunda metade dos anos 70, surge em São Paulo e em Minas Gerais, entre outros - contando com o impulso de campanhas sindicais lideradas por novas lideranças que se desenvolviam no seio do movimento sindical, que fora duramente reprimido pelo regime militar -, o movimento que viria a se chamar Novo Sindicalismo.

O Novo Sindicalismo se desenvolveu dentro da estrutura do velho sindicalismo, porém com uma proposta de ruptura e reelaboração das discussões entre capital e trabalho, lembrando que a organização da produção e das relações de trabalho passavam por mudanças. Segundo Adalberto Moreira Cardoso, *“o novo sindicalismo brasileiro, na verdade, nasceu das entranhas do sindicalismo corporativo. Isso explica, sem dúvida, o alto grau de continuidade dessa estrutura, apesar do ímpeto reformador do novo sindicalismo.”*¹²⁷

¹²⁶ Jorge Ferreira. *Introdução*. In: _____ (org.). *O Populismo e sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 11-12.

¹²⁷ Adalberto Moreira Cardoso. *Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal. A era Vargas acabou?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s/d, p. 34.

Este também seria fruto de um processo de desqualificação das práticas do Estado, ainda fortemente influenciado por uma estrutura corporativa e centralizadora, principalmente no campo do trabalho e da organização sindical. As discussões quanto a atuação deste Estado já estavam sendo relativizadas quanto a sua eficácia, também, no processo econômico e político brasileiro. Pelo aspecto sindical e das lutas dos trabalhadores, ele não estava representando mais o papel de mediação e de solução de impasses e tensões, como foi no período Vargas. Com o golpe militar de 1964, a orientação do Estado quanto às questões trabalhistas migraram para o eixo dos patrões e expuseram os trabalhadores aos desmandos desses últimos. O governo militar endurecera o discurso e promovera uma legislação repressora contra as manifestações dos trabalhadores, baseados na Lei de Segurança Nacional. No início dos anos 70, os trabalhadores, organizados, promoveriam movimentações que iriam mostrar a insatisfação dos movimentos dos trabalhadores e uma nova orientação sindical que despontava.

Em 1978, com as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, o movimento dos trabalhadores que reivindicava melhores condições de vida e de trabalho, assim como maior liberdade política de expressão, tomou corpo e foi se consolidando como resposta às exclusões dos trabalhadores das mesas de discussões e negociações sobre o trabalho (entre 1968 e 1978 o governo afasta os trabalhadores das discussões e se aproxima dos patrões nas questões trabalhistas).

Os sindicatos começaram a buscar alternativas de discussões fora da interferência do Estado, ou seja, discutir diretamente com os patrões seguindo regras próprias e mais adequadas as suas realidades, passando a atuar mais nos locais de trabalho. A experiência do ABC Paulista tem paralelo no Rio de Janeiro, na greve da FIAT, em 1978, em Betim (MG), na greve da FIAT em 1979 (a fábrica da Fiat fora transferida de Xerém, no Rio de Janeiro, onde ocupara as instalações da antiga Fábrica Nacional de Motores – FNM -, para Betim neste período) e em outras cidades mineiras, mostrando um novo tipo de mobilização dos trabalhadores. Essas experiências, entre outras no país (como no caso da Wolksvagem em Resende na Segunda metade dos anos 90), tiveram reflexos na desregulamentação do Estado no campo de discussão dos conflitos trabalhistas. Contudo, é importante frisar, esse novo sindicalismo, mesmo criticando duramente a estrutura sindical e as instituições estatais que controlavam-na, não conseguiria romper com estas,

mantendo-se dentro da lógica oficial e estatal de negociação dos conflitos e das divergências com os patrões.¹²⁸

Neste ano, ocorreu a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria, onde dissidentes manifestavam suas bases para a organização de um movimento sindical independente; maior participação dos trabalhadores na renda nacional, eleições diretas em todos os níveis e convocação de uma Assembléia Constituinte.

Quatro grandes correntes se apresentavam no movimento sindical¹²⁹, reivindicando um sindicalismo autêntico e, em contrapartida, o controle dos movimentos trabalhistas e sociais:

- *Sindicalistas Independentes* – liderado por Lula -;
- *Unidade Sindical* – composto por militantes do PCB, do PC do B e do MR-8;
- *Oposições* – contrários a CLT, pediam ampla liberdade sindical e eram contrários as propostas do PT, que julgavam divisionistas;
- *Extrema Esquerda* – várias correntes da luta armada;
- *Sindicalistas Tradicionais* - controlavam a máquina sindical estatal.

Quanto ao PCB, em 1979, os seus dirigentes passaram a retornar ao Brasil, após a promulgação da Lei da Anistia. Existia a proposta de realização do VII Congresso do partido, pelo grupo liderado por Giocondo Dias, encontrando resistência de Luís Carlos Prestes e de seu grupo, que julgava tal congresso fora de hora, pois a prioridade seria a legalização do partido e a luta pelo fim da Lei de Segurança Nacional, que inviabilizava as atividades do partido.¹³⁰ Este momento marcava mais uma crise no interior do partido.

Neste ano, mesmo com o processo de abertura política e da Lei de Anistia os sindicalistas dessa nova geração seriam duramente reprimidos nas suas primeira manifestações de grande porte, tendo as lideranças seus mandatos cassados, enquadrados

¹²⁸ Sobre o estatismo sindical e a transição democrática ver Francisco Carlos Palomanes Martinho. *O Estatismo sindical e a transição democrática. Um estudo sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*. In José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana. *Op.Cit.*, p. 213-247.

¹²⁹ Ver Francisco Carlos Palomanes Martinho. *Ibid.*, p. 215-216.

¹³⁰ Alzira Alves de Abreu. *Op. Cit.*, p. 2506.

na Lei de Segurança Nacional. Neste momento as greves seriam duramente reprimidas, principalmente no ABC e em outras localidades paulistas.¹³¹

Durante os anos 80, no caso dos movimentos sindicais, contrariando a legislação trabalhista, foram criadas centrais sindicais como a CUT (1983) e CGT (1986), como entidades civis que representam os trabalhadores e os sindicatos nas discussões mais amplas sobre o trabalho.

Quanto às questões em torno dos documentos e dos processos de preservação, envolvidos em uma perspectiva de democratização, podemos perceber que vinham ocorrendo debates importantes.

No campo acadêmico e estatal novas propostas de sistematização de arquivos estavam sendo elaboradas no Brasil, onde a ausência de normalização seria apontada como um obstáculo à eficiência administrativa. Surge um novo ator: o arquivista.

Neste campo, porém, considerando-se as práticas de organização e sistematização dos documentos ligados à classe trabalhadora, foi criado, na Itália, o Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB).

Em 1986, Marco Aurélio Garcia escrevia o artigo *A Memória Nacional Aprisionada*,¹³² na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pouco após o momento da transição democrática, dizendo que o ponto central da discussão sobre as dificuldades de uma política de arquivos públicos e privados se deu no encontro promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), em 1984. Aponta que, entre outros casos de destruição de arquivos e de leilões de “papéis velhos”, não seria possível desenvolver uma prática democrática sem a preservação dos documentos que fariam parte de uma memória nacional, formada de memórias nacionais. Enfatiza, também, quanto à memória dos trabalhadores que “*grandes acervos sobre a trajetória desses grupos sociais tivessem de ser retirados do Brasil para subsistirem, como foi o caso das coleções particulares de Astrogildo Pereira e de Roberto Morena, depositadas hoje em Milão ou organizadas discretamente, como ocorreu com o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, ou com o Centro Pastoral Vergueiro.*”¹³³ Num

¹³¹ Adalberto Moreira Cardoso. P. 35.

¹³² Marco Aurélio Garcia. *A Memória Nacional Aprisionada*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*: Rio de Janeiro, nº 21, 1986, p. 43-45.

¹³³ *Ibid.*, p. 44.

outro ponto do texto ele fala de uma questão que, particularmente, nos chamou a atenção, que é a reação da sociedade às obscuras ações do Estado:

“A despeito da incúria e mais além dois propósitos de ocultamento, a sociedade soube reagir neste terreno, como em tantos outros, às ações obscurantistas do Estado. Vencendo dificuldades ela foi recompondo o quebra-cabeça da história; sua ação exemplar permitiu a multiplicação de arquivos e centros privados, e, mais do que isso, contribuiu decisivamente para que, mesmo ao nível das instituições do Estado, começassem a se desenvolver iniciativas que revertissem um pouco a tendência, abrindo espaço para a definição e implementação de uma política de preservação da memória nacional, pluralista e democrática.”¹³⁴

Em 1987, nesse contexto, foi criado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

O AMORJ foi criado¹³⁵ - oficialmente em 1987, mas já funcionava desde, aproximadamente, 1983 - a partir das iniciativas de um grupo de nove professores (do Departamento e da Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da UFRJ) coordenado pela professora Alice Rangel, que desenvolviam pesquisas em torno do tema trabalho e sindicalismo. O projeto chamava-se *Produção e Reprodução da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro*, e era financiado pela FINEP, gerando bastante material de pesquisa.

A professora e pesquisadora Elina Pessanha, que fazia parte deste grupo, propôs a reunião desse material em torno de um arquivo – na verdade um centro de documentação – para que não se perdesse e não ficasse disperso, batizado por ela com o nome Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Nesse sentido, como eram produtos de pesquisas sobre a classe trabalhadora, seu desenvolvimento e seu comportamento em vários aspectos sociológicos e antropológicos, esses foram reunidos e deram origem ao primeiro volume de documentos que compuseram AMORJ.

No início das suas atividades de gestão desses documentos, ligados às pesquisas sobre a classe trabalhadora, o AMORJ funcionou na sala onde atualmente funciona a *Rádio*

¹³⁴ *Ibid.*, p. 44.

¹³⁵ As informações sobre a criação do AMORJ foram fornecidas pela professora Elina Pessanha, em entrevista ao autor, no dia 08/09/2003. Ressalto que esta entrevista não foi gravada, somente anotada. Os rascunhos e a entrevista editada, datada e assinada, pela depoente citada, encontram-se em poder do autor.

Pulga, no quarto andar do prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), largo de São Francisco nº 1, Centro, Rio de Janeiro. Depois passou a ocupar a sala 111, no térreo desse prédio – posteriormente ocuparia a sala 109 ao lado - integrando-se ao Laboratório de Pesquisa Social (LPS). Este foi criado em 1983, abrangendo vários núcleos de pesquisas ligadas ao Departamento e a Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da UFRJ - com acesso pela sala 107, no térreo desse mesmo prédio - e que passaram, também, a fornecer seus materiais de pesquisas para este arquivo, aumentando o seu acervo. A partir dos anos 90, mobilizados pelo projeto *Memória do PCB*, do qual o AMORJ fazia parte, antigos militantes passaram a doar suas coleções particulares a este, que passaria, também, a abrigar grande parte do acervo do Instituto Astrogildo Pereira, órgão do PCB, e de materiais produzidos pelo partido.

É importante ressaltar que o AMORJ e os movimentos em torno da preservação dos documentos ligados e produzidos pelos trabalhadores estavam desenvolvendo discussões e propostas em níveis nacionais e internacionais, levando este arquivo a tornar-se referência no meio acadêmico, de documentação operária e sindical, produzindo e publicando catálogos de documentos, cronologias, dossiês, resenhas, bibliografia etc, além de manter intercâmbio com instituições como a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e outras instituições internacionais.

De um modo geral, o AMORJ teria, ao longo dos anos 90, a seguinte organização¹³⁶:

- *Fundo CUT* – aberto, continua recebendo documentos, sobre a estrutura desta central; datas limite de 3 1981-1995; elaborado pelo AMORJ.
- *Fundo Movimentos e Organização dos Trabalhadores Rurais no Brasil* – fechado, não recebe mais documentos; doado pelo CEDI; documentos sobre o meio rural; datas-limite de 1979-1996.
- *Fundo PCB* – fechado; doado pelo PPS em consórcio com a Fundação Roberto Marinho; documentos mais recentes do PCB (mais de 3.500 títulos de livros); datas-limite de 1979-1991.

¹³⁶ Quanto à organização e o acervo do AMORJ, ver AMORJ. *Op. Cit.*

- *Fundo PT* – aberto; organizado pelo AMORJ através de doações da direção do partido e outros; datas-limite de 1979-1996.
- *Coleções* – são 40 coleções; a maior parte foram produzidas por militantes de esquerda, principalmente ligados ao PCB; outyra parte seria resultados e materiais de pesquisas acadêmicas sobre os trabalhadores; as datas-limite concentram-se principalmente entre os anos 60 e 90. Entre essas coleções encontra-se a Coleção *ASMOB*, que contém o arquivo de Astrogildo Pereira e os impressos anarquistas.

O seu acervo contaria com:

- 874 títulos de jornais e boletins
- 1978 títulos de revistas
- 5.000 títulos de livros (aproximadamente)
- 57 títulos de teses
- 778 cartazes
- 427 fitas cassete de áudio
- 32 fitas cassete de vídeo
- 200 fotografias (aproximadamente)
- 1.000 outros documentos (aproximadamente): folhetos, resoluções, relatórios, cartas etc.

Em 1991, o AMORJ articularia a criação do *Comitê Brasileiro de Centros de Documentação, Formação e Assessoria Sindical*, além do *Consórcio de Centros Cooperantes do Programa de Memória do PCB* (rede nacional de preservação da memória deste partido), mantendo intercâmbio com sindicatos e centrais sindicais, recebendo doações. Em 1992, seria criada a *Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores e sus Organizaciones* (AIRPATO), que contava com a participação de espanhóis. O AMORJ passaria a integrar a sua diretoria

Em 1991, é interessante observar, no âmbito nacional, seria aprovada a Lei nº 8519 sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, assegurando o princípio do acesso do cidadão à informação governamental, identificando arquivos privados como de interesse público e social. Essa lei teria um caráter federalista. Seria criado, também o

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), dirigido pelo presidente do Arquivo Nacional, que definiria as políticas nacionais de arquivos e seria um órgão central no sistema nacional de arquivos, visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos de arquivo.¹³⁷

Em resumo, esses três aspectos – preocupação com a preservação dos documentos por parte dos militantes e pesquisadores na Europa; mudanças nas perspectivas quanto aos documentos e sua importância para os trabalhos históricos pelos pesquisadores; mudanças políticas e sociais propostas pelos trabalhadores - podem ter influenciado historiadores brasileiros a produzir histórias dos processos trabalhistas e sociais no Brasil e a buscar, sistematicamente, documentos produzidos pelos próprios trabalhadores para entender as ações da classe trabalhadora brasileira no tempo e no espaço e para fundamentar suas pesquisas, embora já tivessem trabalhos feitos nos anos 60 que indicavam como fontes de pesquisa jornais da imprensa operária na análise dos estudos relacionados aos trabalhadores. Esses documentos estariam disponíveis no ASMOB.

De um modo geral, o arquivo de Astrogildo Pereira no ASMOB, custodiado ao Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em 1994, conta com aproximadamente 670 títulos de periódicos da imprensa operária, onde podemos destacar o número de 59 títulos de periódicos e 41 de artigos e livros anarquistas presentes no acervo do AMORJ.

Capítulo IV – AMORJ: presença anarquista. Repatriamento e disponibilização (1992-1994)

1 - Pesquisadores e instituições brasileiras

¹³⁷ Sobre a sistematização dos arquivos no Brasil ver José Maria Jardim. Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil. Niterói: Eduff, 1995.

A partir dos anos 70 as pesquisas e os estudos sociais passaram a focar, nas histórias políticas e sociais, os trabalhadores como atores desses processos, ao lado da burguesia e do Estado. Podemos ver, então, que haveria mudanças significativas, na medida em que os trabalhadores passavam, através dessas análises, a ter peso fundamental nas relações dentro da sociedade. Poderia ser o redimensionamento das práticas sociais e políticas, onde esses também determinariam o ritmo e o curso dos acontecimentos. Nesse sentido, diversas pesquisas foram produzidas nas áreas da História e das Ciências Sociais.

Na direção de possibilitar a disponibilização de documentos operários à pesquisa, a UNICAMP, em 1974, tomara a iniciativa de adquirir o arquivo particular de Edgard Leuenroth - antigo militante anarquista, que trabalhara em vários jornais operários, principalmente entre 1900 a 1920 - dando origem ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Essa iniciativa parece mostrar o início do processo de redemocratização, de um certo relaxamento da ditadura, da pressão social contra as suas arbitrariedades e de políticas de preservação de documentos que vinham sendo discutidas e formuladas por pesquisadores e profissionais envolvidos nesse processo.

O AEL deve ter sido de importância fundamental para os estudos na época, principalmente nos anos 70, onde documentos impressos disponíveis aos pesquisadores eram difíceis de ser encontrados em escala institucional no Brasil – podemos analisar esse aspecto se formos delimitar uma pesquisa no âmbito das fontes e dos arquivos utilizados pelos pesquisadores dos anos 70 e 80, mas pelos limites do nosso trabalho não desenvolvemos tal tarefa. Parece que até os anos 90 estes documentos estariam disponíveis, no Brasil, somente no AEL. No Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), na Itália, estaria desde 1977, porém, mesmo estando disponível por lá, o deslocamento poderia dificultar os trabalhos de campo dos pesquisadores interessados em tais documentos, que foram organizados, supomos, para atender justamente aos interessados nos movimentos trabalhistas: os pesquisadores brasileiros.

Com o processo de redemocratização no Brasil, nos anos 80, as discussões e as pesquisas sobre a os movimentos dos trabalhadores avançaram e algumas instituições públicas, principalmente as universidades, através dos seus centros de documentação e arquivos históricos, manifestaram interesse em partes do acervo do ASMOB, principalmente os impressos, incluindo-se os anarquistas. Um dos desdobramentos desse processo foi a aquisição, ainda nesses anos, de impressos desse arquivo, principalmente os

anarquistas, em cópias microfilmadas, que foram somados ao acervo do AEL, na UNICAMP.

Foi o momento onde a redemocratização possibilitaria o retorno de outros atores sociais, assim como seus discursos, através dos processos de anistia. Diante dessas possibilidades que se manifestavam, pesquisadores brasileiros, que mantiveram contato com o ASMOB desde a sua fundação, reuniram esforços para “anistiar”, “repatriar”, transferir esse acervo às instituições nacionais.

Em princípio, eles retornaram ao Brasil em forma de cópias microfilmadas e em números limitados, onde as instituições interessaram-se por fundos e coleções específicas. Nesse sentido, o AEL adquiriu microfilmes de partes do Arquivo Astrogildo Pereira, principalmente impressos anarquistas, aumentando o seu acervo sobre eles.

No Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) também participaram dessas iniciativas. Em 1992 foi adquirida considerável parte do acervo do ASMOB: parte do Arquivo Astrogildo Pereira e parte do Arquivo Roberto Morena. Esses arquivos foram incorporados ao acervo do AMORJ, onde consta como *Coleção ASMOB*. “No total o ASMOB conta com 3.000 volumes, 1.300 títulos de jornais, milhares de documentos, cartas, biografias, 20 horas gravadas, 100.000 páginas microfilmadas e 25.000 fichas por autor, por período e por assunto”¹³⁸

Quem intermediou a aquisição desse acervo foi Gílson Antunes¹³⁹ – que trabalhou na Fundação Oscar Niemeyer, no Arquivo Nacional e na Fundação Osvaldo Cruz, onde organizou o Museu da Ciência. Além disso era amigo de José Luiz del Roio, que fazia parte da direção do ASMOB em Milão e editou o catálogo 82 e 83 dos documentos que foram microfilmados e enviados ao AMORJ, através da aquisição pela UFRJ. “A riquíssima Coleção ASMOB, existente no AMORJ foi adquirida pela UFRJ junto ao ASMOB, da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão, está em parte descrita nos catálogos 82 e 83, elaborados por José Luiz del Roio, diretor do ASMOB.”¹⁴⁰

¹³⁸ Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Guia. Rio de Janeiro: AMORJ / UFRJ, 1998.

¹³⁹ Segundo a professora Elina Pessanha. *Op. Cit.*

No início dos anos 90, a Fundação Ford passou a apoiar o Laboratório de Pesquisa Social (LPS) e o AMORJ, financiando alguns projetos. Esse convênio foi possibilitado pela visibilidade que o AMORJ e o LPS adquiriram com a adesão ao projeto *Memória do PCB (Partido Comunista Brasileiro)*, na medida em que o arquivo fazia parte, junto com outros arquivos e pesquisadores interessados, de projeto voltado para manter e organizar a documentação sobre o PCB – lembrando que a sigla do PCB foi extinta em 1992, dando lugar a sigla PPS (Partido Popular Socialista), oriunda de crises e rupturas no interior desse partido e do pensamento comunista.

Em 1991, aproximadamente, foi lançado o programa de *Memória do PCB*, no salão nobre do IFCS, um evento bastante badalado, segundo a professora Elina Pessanha, que reuniu intelectuais, políticos, imprensa (televisão, rádio, jornal), tendo inclusive, chamadas publicitárias na extinta Tv Manchete e na Tv Educativa. É interessante ressaltar que, desse projeto, além de pesquisadores e do apoio da Fundação Ford, fez parte também a Fundação Roberto Marinho, que colaborou, inclusive, com o AMORJ, financiando as publicações sobre o PCB *Partido Comunista Brasileiro. Os anos de formação (1922 – 1929)* e *O Partido Comunista Brasileiro. Os anos de formação (1929 – 1935)*, editados em 1994 e 1995, respectivamente, sob a coordenação-geral da professora Elina Pessanha, tendo na contracapa, curiosamente, os logotipos o projeto Memória do PCB e da Fundação Roberto Marinho, de dois campos ideológicos diferentes e até opostos.

Ainda por conta desse projeto e dos contatos entre os pesquisadores ligados aos movimentos e aos documentos produzidos pela classe trabalhadora, seriam feitos os primeiros contatos para a aquisição, pela UFRJ/AMORJ, dos documentos do acervo do ASMOB, que foi intermediado pelo então decano do CFCH, José Henrique Villena. Ele colaboraria, inclusive, com a compra de equipamentos e utensílios para o melhor funcionamento do arquivo, que aumentava o seu acervo. Esse aumento parece ter sido possibilitado, neste momento, principalmente, pela entrega de grande parte dos documentos do PCB, incluindo a biblioteca com centenas de títulos, e das doações de antigos militantes do Partido e de movimentos sindicais ligados a este. Segundo a professora Elina Pessanha, a intervenção de José Henrique Villena foi fundamental para estruturar e dotar o arquivo de condições para gestar tais documentos, entre outros.

¹⁴⁰ AMORJ. *Coleção ASMOB. Op. cit.*

Em 1996 o convênio com a Fundação Ford foi renovado por mais dois anos, até 1998, quando não foi teve mais renovação - por mudanças de interesses da dessa própria fundação, que passaria a financiar o ensino básico, abandonando as pesquisas acadêmicas sobre os trabalhadores - e o arquivo ficou sem esta fonte de financiamento.

Os contatos para aquisição do acervo do ASMOB pelo AMORJ, começaram nos encontros de pesquisadores e arquivos, ligados à memória social, em torno do projeto *Memória do PCB*, que ocorria em diversas partes do país.

Nesses encontros, a partir de 1992, o PPS proporia trazer os documentos sobre os comunistas da Rússia e doá-los ao AEL. Entre os pesquisadores, estavam presentes a professora Elina Pessanha,, coordenadora do AMORJ e docente da UFRJ, Hélio Silva, diretor do Centro de Memória da Universidade Cândido Mendes, e Gilson Antunes - que conhecia o professor José Luís del Roio, que colaborou na fundação e direção do ASMOB e tentava aproximar-se mais dos pesquisadores e das instituições universitárias brasileiras - que sugere que o AMORJ adquirisse os documentos desse arquivo de Milão que estivessem em condições de serem microfilmados.

A professora Elina Pessanha fez contato diretamente com o José Luís del Roio. Ele afirmaria que poderia vender, como dissemos, os documentos que estivessem em condições de ser microfilmados, pois alguns não teriam condições nem mesmo de ser manipulados, quanto mais copiados. Nesse sentido, proporia ao AMORJ um acervo de que mantinha condições físicas para tal trabalho de cópia, ou seja, o AMORJ possuiria todo o acervo do ASMOB, porém, por conta dessas condições físicas desfavoráveis, não poderia a contar com todos. O Centro de Documentação e Memória (CEDEM), a partir de 1994, passou a possuir todos os originais do arquivo de Milão, mas, talvez, pelos mesmos problemas, não os disponibilizariam. A professora Elina Pessanha, então, consultou a UFRJ para que esta comprasse tal acervo, que acabou sendo intermediada pelo decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), José Henrique Villena.

A UFRJ concordou com os termos de tal aquisição, liberou os recursos para comprar os documentos microfilmados, por cerca de 10 mil dólares, em 1992, da Fundação Giamgiacomo Feltrinelli, que abrigava o ASMOB. José Luís del Roio veio de Milão com esses microfilmes e os entregou à professora Elina Pessanha.

Através da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), mais uma vez intermediado pelo decano José Henrique Villena, via licitação, o AMORJ adquiriu uma moderna máquina leitora e copiadora, em papel, de microfimes.

O projeto dos pesquisadores do AMORJ, através da UFRJ, foi mais um passo para a organização e a disponibilização desses documentos à pesquisa e aos estudos dos movimentos e cultura trabalhadora no Brasil, presentes na cidade do Rio de Janeiro. Este pode ter derivado da preocupação de preservação e disponibilização aos pesquisadores locais, principalmente, mas também de preocupações com as fundamentações históricas – o que nos parece interessante é que essa iniciativa partiu de pesquisadores e professores da área das Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, que em 1983 criaram o Laboratório de Pesquisas Sociais, que englobava o AMORJ como um dos seus núcleos - a partir de discursos produzidos pelos próprios trabalhadores, possibilitando o acesso aos seus discursos e as suas formas de produzir e interagir em determinados momentos da sua história.

O acervo original e completo do ASMOB foi transferido para o Brasil e foi entregue à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), sob custódia pela Fundação Giangiacomo Feltrinelle. Esse convênio foi possível graças à consolidação da democracia e das iniciativas de preservação e disponibilização dos documentos dos trabalhadores brasileiros, com o compromisso de viabilizá-los cada vez mais e possibilitar novas estudos e pesquisas sobre as classes sociais no Brasil. Essas iniciativas partiram de instituições e de pesquisadores que, além de conhecer o conteúdo e a potencialidade desse acervo, atentaram para a consolidação, que se fazia necessária, das histórias dos trabalhadores, a partir dos seus próprios discursos.

Nesse caso, a revista *Novos Rumos*, do Instituto Astrogildo Pereira, noticiava, em editorial, em 1994:

"Tal oportunidade tornou-se real a partir do avanço e consolidação do processo democrático no país e a transferência do acervo da III Internacional referente ao Brasil para o Instituto Astrogildo Pereira. Esse foi o ponto de partida para que mais de uma dezena de instituições de ensino superior, culturais, arquivos públicos, centros de documentação e bibliotecas desse início, em maio de 1992, ao Programa de Preservação da Memória do PCB, para o qual o ASMOB é imprescindível. Hoje, o ASMOB está de volta ao país, definitivamente constituído como um departamento do Instituto Astrogildo Pereira e a Universidade Estadual Paulista "Júlio de

Mesquita Filho" (UNESP) a qual receberá a guarda dos acervos a título de comodato, constituindo-se num dos núcleos fundamentais do centro de documentação sobre o movimento operário sindical, projeto que a universidade agora concretiza e que estará sediado na cidade de São Paulo."¹⁴¹

Em meio ao grande acervo comunista do ASMOB no AMORJ, há a importante e rara – inédita no Rio de Janeiro - coleção de impressos anarquistas produzidos na Primeira República. Esses documentos podem vir a ser fontes para a pesquisa histórica e podem fornecer elementos novos para a análise dos discursos e dos eventos daquele período-dependendo de que modo os historiadores vão olhar para estes. Hoje, não se encontram mais em situação de perigo. A integridade física e a unidade são garantidas por leis de preservação documental – como a Lei 8.519, de 1991 - e pelo princípio democrático que vigora no país – esse foi um dos quesitos exigidos pelo ASMOB, em Milão, para ser transferido ao Brasil. Podemos dizer que existem condições de preservação, disponibilização e pesquisas públicas e privadas destes nos dias atuais que decorreram de um amplo e longo processo de tentativas de preservação e de silenciamentos que perpassaram o século XX e essa documentação presente hoje no AMORJ.

Esses documentos que foram perseguidos gozam, atualmente, de amparo legal e de um rigor técnico de gestão, possibilitado pelo saber arquivístico, para garantir às gerações futuras, o acesso aos documentos de um passado onde os trabalhadores saem do discurso "oficial" e possibilitam que os pesquisadores possibilitem que eles “contem” a sua própria versão dos fatos.

2 – Publicações anarquistas no AMORJ¹⁴²

Quanto aos documentos anarquistas, o AMORJ conta com um acervo importante e exclusivo no Rio de Janeiro, como já foi dito. Este acervo contém jornais, revistas, livros e artigos publicados pelos anarquistas, das duas primeiras décadas do século XX, além de

¹⁴¹ Novos Rumos. Documentos que retornam do Exílio. São Paulo: *Novos Rumos, Op. Cit.*, p.50.

¹⁴² Alguns outros detalhes sobre os impressos anarquistas podem ser vistos no capítulo 1 desta trabalho e nos seus quadros que produzimos.

publicações posteriores a esse período. Muitos desses jornais foram, e são, usados pelos historiadores. Nos anos 70 e 80, estes acessavam impressos anarquistas através do Arquivo Edgard Leuenroth, conforme podemos ver nas obras de historiadores que citamos neste trabalho, como Maria Nazareth Ferreira, Carlos Augusto Addor, Ângela de Castro Gomes, entre outros. A partir dos anos 90, houve um certo refluxo no estudo do anarquismo no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, se formos comparar com os estudos da segunda metade dos anos 70 e nos anos 80. Entretanto, os pesquisadores do anarquismo, contando com esta coleção do AMORJ, têm mais possibilidades de acesso aos documentos impressos e periódicos, favorecendo mais os pesquisadores do Rio de Janeiro. Porém, esses documentos estão relacionados de forma dispersa nos catálogos da *Coleção ASMOB*, que foram produzidos pelo próprio, em Milão, na Itália.

Os catálogos da *coleção ASMOB* relacionam os impressos, ao que parece, de forma cronológica, porém, sem muita rigidez quanto a esse aspecto. Nestes não há uma divisão por temas ou corrente de pensamento ou política, que possa facilitar uma procura mais ampla dos impressos. Esse ponto dificultou o nosso levantamento, mas, com esforço, foi possível fazer tal tarefa. Por outro lado, o AMORJ não produziu outros catálogos que pudessem minimizar essas e outras dificuldades. Na verdade, o AMORJ produziu um catálogo de todos os jornais e revistas do seu acervo, contudo, esse catálogo informa apenas de modo alfabético, mas não por especificidades política e funcional destes.

Estes catálogos da coleção ASMOB chamam-se "*Catálogo 81*" e "*Catálogo 82*". Fazem referência aos documentos - que estão em microfimes - estão em língua inglesa, classificando-os de forma, aparentemente, cronológica, como dissemos, e por grupos, nas respectivas bobinas de microfimes. Nestes existem notações que variam de G1 até G40 – no Catálogo 82 - e GB1 – no Catálogo 83, porém não fica claro neste catálogo qual foi a opção de classificação.

Não entendemos o sentido destes terem sido escritos em inglês, na medida em que tanto o Brasil quanto a Itália são latinos e, nesse sentido, seria mais compreensível que fossem escritos, pelo menos, em italiano e não em inglês. O mais coerente seria que fossem escritos em português, levando-se em conta que havia uma profícua interação entre os pesquisadores italianos e brasileiros em torno do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB) e do movimento de preservação documental dos movimentos de trabalhadores brasileiros e italianos, conforme tentamos demonstrar no capítulo 3.

Por outro lado, esses catálogos não contemplam a classificação temática. Neste caso, a identificação dos documentos ligados ao *anarquismo* se torna uma tarefa mais complexa para os pesquisadores, conforme dissemos.

Dentro deste quadro, por fim, esses documentos, considerando-se o seu caráter exclusivo e pelo seu volume, no Rio de Janeiro, se encontram organizados em instrumentos de pesquisa que não privilegia somente os impressos anarquistas, mas também comunistas, trotskistas, socialistas etc.

Feitas essas observações, quanto à disposição dos impressos operários no acervo do AMORJ, verificamos na *Coleção ASMOB*, a partir da leitura dos catálogos 82 e 83¹⁴³, o seguinte quadro:

Quadro 5 - Acervo da coleção ASMOB

ACERVO	COLEÇÃO ASMOB	ANARQUISTAS
Periódicos (títulos)	196	59
Livros e artigos (títulos)	41	40
Fotogramas	98.789	-
Rolos de microfilmes	133	-

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

Esse quadro mostra a presença de 196 títulos de periódicos (jornais e revistas), 40 títulos de livros e artigos, todos em 98.789 fotogramas e 133 rolos de microfilmes – destes títulos, 59 seriam publicados por associação de trabalhadores de influência anarquista ou de outros tipos de grupos de afinidade e debate; 40 títulos de livros e artigos também teriam esse perfil. Os 196 títulos de periódicos microfilmados que passaram por esse processo eram os que mantinham condições físicas para isso. Os outros títulos não teriam as mesmas condições na época da aquisição destes por parte da UFRJ e do AMORJ.

¹⁴³ Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB). Catálogo 82. s/d; _____.
Catálogo 83. s/d.

Conforme vimos, no caso dos periódicos que constam nessa coleção – foram publicados principalmente entre 1902 e 1922 -, estão presentes no AMORJ 59 títulos de jornais e revistas relacionados aos anarquistas (dos 196 títulos do acervo, ou seja, quase de um terço deste do acervo da *Coleção ASMOB* é composto por publicações anarquistas). Verificamos também os locais onde esses periódicos teriam sido publicados e constatamos que cerca da metade das publicações podem ter sido feitas no Rio de Janeiro e em São Paulo, em relação às outras cidades brasileiras e estrangeiras, a partir de 1900, principalmente nos anos de 1910 a 1920, conforme o quadro a seguir.

Quadro 6 - Publicações por locais de edição de periódicos

PUBLICAÇÕES	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	OUTRAS CIDADES¹⁴⁴	EXTERIOR¹⁴⁵	TOTAL
1900 – 1910	02	01	01	02	06
1910 – 1920	12	13	14	05	44
APÓS 1920	04	03	02	00	09
TOTAL	18	17	17	07	59

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

De um modo geral, esses dados podem nos mostrar também uma ligeira supremacia do Rio de Janeiro em relação a São Paulo nas publicações. Porém nos anos de 1910 a 1920, que concentram o maior número de publicações (44 das 59) mostram um empate, digamos técnico, entre Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras (12, 13 e 14 publicações respectivamente, e para no total 18, 17 e 17 na mesma projeção) – conforme o quadro a seguir. Mas, é bom termos cuidado, pois esse aspecto numérico pode esconder as discussões e debates anarquistas que ocorriam em outras cidades e regiões brasileiras. É

¹⁴⁴ O item *outras cidades* compreende: Pelotas (RS) Santa Maria (RS), Porto Alegre (RS), Bagé (RS), Viçosa (MG), Poços de Caldas (MG), Recife (PE), Manaus (AM), Fortaleza (CE), Maceió (AL) e Belém (PA).

¹⁴⁵ O item *exterior* compreende: Lisboa (Portugal), Porto (Portugal), Coimbra (Portugal), Paris (França), Gijon (Espanha) e Buenos Aires (Argentina).

interessante ressaltar que existem publicações elaboradas no Amazonas, no Pará, em Pernambuco, no Ceará, entre outras distantes do eixo Rio-São Paulo - considerado o ponto dinâmico do país em termos políticos, econômicos e sociais - e das rotas de imigração europeia, principalmente de italianos e espanhóis, como em São Paulo e no Rio, dos anos 10. Percebiam a penetração do anarquismo pelo Brasil, inclusive abrangendo localidades fora do eixo Rio-São Paulo. Além disso, destacamos também as publicações do exterior, como da França, de Portugal, da Espanha e da Argentina, que podem mostrar algum nível de interação entre os movimentos anarquistas brasileiros e internacionais, considerando-se ainda o internacionalismo do discurso anarquista. Em resumo, esta coleção de impressos anarquistas, pode nos mostrar que Astrogildo Pereira teria interesses em vários tipos de publicações anarquistas e que não se resumiam aos problemas regionais, mas também aos problemas e discussões em escala nacional e internacional. Além disso, pelas suas práticas intelectuais e funções jornalísticas, provavelmente, poderia receber estas publicações como forma de doação dos redatores e responsáveis por esses títulos, destacando, mais uma vez, a sua importância dentro dos movimentos anarquistas e da sua ligação com vários grupos de diversas regiões.

No caso das publicações de livros e artigos, observamos que dois terços delas se concentram no Rio de Janeiro e em São Paulo (caso parecido com o dos periódicos), tendo ainda nos anos de 1910 a 1920 a ocorrência de 17 publicações, do total de 23 do mesmo período. Essas 23 publicações deste período correspondem a mais da metade das publicações, do total de 40, e cerca de metade delas foram feitas no Rio de Janeiro neste mesmo período (12 títulos). Vejamos no quadro a seguir:

Quadro 7 - Publicações por local e período de edição de livros e artigos

PUBLICAÇÕES	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	OUTRAS CIDADES	EXTERIOR	SEM LOCAL	TOTAL
1900 – 1910	01	02	00	01	01	05
1910 – 1920	12	05	02	03	01	23
APÓS 1920	02	04	01	04	01	12
TOTAL	15	11	03	08	03	40

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

É provável que esse aspecto apontado no quadro seja influenciado pelo período da chamada ascensão do anarquismo no movimento operário e das mobilizações que produziram neste meio, além das manifestações e contestações à ordem burguesa e ao *status quo*, influenciados também pelos protestos contra a guerra e o militarismo, que vitimavam os jovens em prol da defesa dos valores burgueses e da propriedade privada, como diziam. O sucesso da Revolução Russa de 1917 pode ter influenciado os anarquistas brasileiros a escreverem mais sobre as possibilidades de mudanças sociais e o acirramento das críticas ao modo de produção capitalista, que teria no Estado um importante aliado contra as questões trabalhistas e sociais. É interessante ressaltar que esses livros e artigos pretendia, supomos, uma comunicação mais detalhada e trabalhada com os leitores, na medida em que seriam produtos de reflexões e estudos, não tendo o compromisso mais restrito de informações jornalísticas, mas visando um processo doutrinário mais específico.

No caso dos jornais e revistas, a periodicidade foi outro fator verificado nesta pesquisa. Dos 59 títulos, 23 são semanais, 14 são quinzenais, 7 são mensais e 15 tiveram outras periodicidades (bimestrais, quadrimestrais, de dez em dez dias, irregulares e sem informação). A maior concentração de periódicos semanais encontra-se entre os anos de 1910 e 1920 (20 títulos), assim como os quinzenais (9 títulos), os mensais (3 títulos) e outros (11 títulos).

Quadro 8 - Publicações por período de edição de periódicos

PUBLICAÇÕES	SEMANAIS	QUINZENAIS	MENSAIS	OUTROS	TOTAL
1900 – 1910	02	01	01	02	06
1910 – 1920	20	09	03	12	44
APÓS 1920	01	04	03	1	09
TOTAL	23	14	07	15	59

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

Nesse sentido, conforme já dissemos, as dificuldades econômicas podem ter determinado períodos de edições mais longos. Talvez, o ideal fosse a edição diária, conforme os jornais da grande imprensa, para manter um contato mais dinâmico e intenso com os trabalhadores através da comunicação pelos jornais. Porém, por fatores econômicos - visto que grande parte dos impressos operários eram editados com os recursos das suas

associações e muitas redações funcionavam nas suas sedes, pois também seriam órgãos de classe -, os impressos periódicos tivessem limitados suas edições por semanas ou por períodos irregulares ou longos.

Quanto aos locais onde foram publicados estes periódicos, considerando-se as suas periodicidades, verificamos a ocorrência de 6 títulos semanais no Rio de Janeiro, 6 em São Paulo, 9 em outras cidades do Brasil e 2 no exterior, ou seja, dos 23 títulos semanais 12 foram publicados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dos 15 títulos quinzenais, 11 se encontram nestas cidades; dos 7 títulos mensais, 5 se encontram nelas. No item outros, dos 14 títulos 7 se encontram nestas cidades, confirmando a tendência à supremacia delas em relação às outras cidades verificadas.

Quadro 9 - Publicações por local e periodicidade de edição de periódicos

PUBLICAÇÕES	SEMANAIS	QUINZENAIS	MENSAIS	OUTROS	TOTAL
Rio de Janeiro	06	05	03	04	18
São Paulo	06	06	02	03	17
Outras cidades	09	03	01	04	17
Exterior	02	01	01	03	07
TOTAL	23	15	07	14	59

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

Cruzando os dados sobre periódicos anarquistas presentes no na *Coleção ASMOB*, podemos verificar uma tendência presente em todos eles: a concentração de cerca de metade dos títulos publicados ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo (tendo o Rio de Janeiro uma leve supremacia) e mais de dois terços desses títulos foram publicados entre os anos de 1910 e 1920, no Brasil e no exterior.

Acrescentando mais esses dados aos já observados, verificamos uma tendência parecida neles: concentração maior de publicações no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nesta pesquisa estas cidades aparecem como os principais pólos publicadores de jornais, revistas, livros e artigos anarquistas no Brasil, como uma pequena supremacia do Rio de Janeiro, além de números consideráveis de outras cidades brasileiras em conjunto (salientando que mesmo consideráveis, esses números não demonstram a dispersão geográfica e a não concentração como pólos publicadores). Também nos pareceu claro que

no período entre os anos de 1910 e 1920 houve uma certa “explosão” de publicações em relação aos outros períodos verificados, relacionada a crescente movimentação anarquista.

A seguir, na próxima página, mostraremos um quadro, que construímos, que relaciona os jornais e as revistas anarquistas da *Coleção ASMOB*. Neste quadro colocamos os títulos dos jornais e revistas, assim como as cidades e os anos dos seus lançamentos, como forma de fornecer uma visão mais panorâmica dos periódicos que estão presentes no AMORJ.

Quadro 10 - Periódicos anarquistas no AMORJ

RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	OUTRAS CIDADES	EXTERIOR
----------------	-----------	----------------	----------

Não Matarás	1902	Amigo do Povo	1902	A Luta	1908	A Sementeira	1908
A Voz do Trabalhador	1909	La Barricata	1913	A Voz do Trabalhador	1916	Les Temps Nouveaux	1909
A Vanguarda	1911	Germinal	1913	A Luta	1916	A Aurora	1913
A Guerra Social	1911	A Rebelião	1914	Tribuna do Povo	1916	O Despertar	1914
A Voz do Trabalhador	1913	A Lanterna	1914	Primeiro de Maio	1918	La Obra	1915
A Vida	1914	La Guerra Sociale	1916	Jornal do Povo	1918	Accion Libertaria	1915
Na Barricada	1915	A Plebe	1917	Tribuna do Povo	1918	Luz ao Povo	1920
O Cosmopolita	1916	Bol. Escola Moderna	1918	A Vanguarda	1919		
Liberdade	1917	Alba Rossa	1919	A Dor Humana	1919		
Crônica Subversiva	1918	A Razão	1919	A Revolta	1919		
O Metalúrgico	1918	O Grito Operário	1922	O Extremo Oriente	1920		
O Jerminal	1919	O Metalúrgico	1919	Folha do Povo	1920		
A Aurora	1919	1º de Maio	1920	O Escravo	1920		
Spartacus	1919	A Voz da União	1920	A Vanguarda	1920		
Boletim da FORJ	1921	A Vanguarda	1921	A Hora social	1919		
A Alvorada	1921	A Voz do Trabalhador	1922	Revista Liberal	1921		
Renovação	1922	O Libertário	1922	O Syndicalista	1921		
Ação Direta	1946						

Fonte: quadro formulado a partir da nossa pesquisa.

Quanto à exclusividade dessa coleção de documentos impressos no Rio de Janeiro, presentes no AMORJ, investigamos alguns arquivos públicos nesta cidade, que julgamos importantes e estratégicos, procurando tais tipos de documentos, pretendendo ampliar para

a Biblioteca Nacional e outros em uma próxima etapa, e verificamos que não tinham tipos e volumes de impressos anarquistas conforme o AMORJ. Esses arquivos públicos foram: o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

No *Arquivo Nacional* verificamos que foram produzidos e são utilizados todos os tipos de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, índices, catálogos etc), com acesso aos documentos por várias bases (por assunto, por cronologia, por espécie - tipo alfabético, numérico, por procedência etc).

Sobre os impressos anarquistas não encontramos nenhum instrumento de pesquisa específico a esse respeito. Os documentos sobre os anarquistas podem aparecer em vários instrumentos: "*Código Penal*", "*Índices Criminais*" etc. É interessante observar que os documentos sobre os anarquistas fazem parte de processos policiais e jurídicos. Entretanto, documentos impressos produzidos pelos próprios anarquistas não aparecem. Este aspecto pode nos fazer problematizar a questão dos documentos, que dão sustentação ao discurso historiográfico, no sentido de serem produzidos pelo Estado e fornecerem um determinado ponto de vista sobre os anarquistas; por outro lado, os impressos por eles produzidos podem fornecer pontos de vista completamente diferente, e oposto, aos do Estado. Neste caso, dependendo do enfoque do historiador, uma documentação pode negar a outra, mas também podem complementar-se.

Devemos ressaltar que o caráter amplo dos tipos de instrumentos de pesquisa e da produção desse arquivo pode dever-se a dois fatores: a idade do Arquivo (cerca e 164 anos, fundado em 1838) e a abrangência dos seus documentos e seus assuntos, além do seu papel fomentador de legislação e sistematização arquivística no Brasil. Por outro lado, supomos, parece não haver um grande interesse por parte dos pesquisadores em produzir um guia de documentos que possam remeter as histórias dos anarquismos no Rio de Janeiro, como, por exemplo, faz o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) em Campinas. Sabemos que estamos tratando de instâncias diferentes de arquivos públicos, mas não podemos perder de vista que o anarquismo foi um movimento importante no início do século, para os trabalhadores e, no Rio, não mereceram uma sistematização tal como foi feita em Campinas, visto que existe documentação disponível e um enorme potencial de pesquisa e produção de conhecimento a partir destes, tanto por parte dos anarquistas, quanto por parte do Estado.

No caso do *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, verificamos a existência vários tipos de instrumentos de pesquisa: *Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro* - indica todos os guias existentes e os fundos; *Inventário: Fundos da Província do Rio de Janeiro*; *Inventário: Fundos da Presidência do Estado do Rio de Janeiro*; *Inventário: Casa de Detenção do Rio de Janeiro*; *Inventário: Registros Paroquiais de Terras*; *Publicação: Os Arquivos das Polícias Políticas do Rio de Janeiro*; *Guia: Fundos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*; *Guia: Coleções Particulares*; *Catálogo: Catálogo de Folhetos Apreendidos pela DEDPS*; *Catálogo: Secretaria de Polícia da Província do Rio de Janeiro*.

Quanto aos impressos anarquistas não encontramos nenhum instrumento específico sobre estes. Entretanto, é possível que existam documentos sobre os anarquistas e até mesmo sobre anarquismo, dispersos pelos fundos e coleções custodiados pelo APERJ, principalmente nos referentes à polícia e a Justiça.

O *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, possui o "*Índice Geral de Documentos*", organizado, alfabeticamente, por assunto. Na primeira página consta o título "*Extrato do Índice Geral de documentos Existentes na Seção de Impressos e manuscritos do Patrimônio Histórico e Artístico - Secretaria de Educação e Cultura (GB), 1971*". Este índice não possui indicações sobre impressos anarquistas. Ele não indica autoria, introdução, prefácio, ficha catalográfica e folha de rosto. Possui quatro volumes.

De um modo geral, pudemos verificar que os documentos produzidos pelos anarquistas, lembrando que fizemos levantamentos nos quatro mais importantes arquivos públicos históricos na cidade do Rio de Janeiro, foram encontrados somente no AMORJ.

Nesses outros arquivos, os documentos anarquistas não foram localizados nos seus acervos, pelo menos os guias não explicitavam, em uma abordagem superficial, nos seus instrumentos de pesquisa. Talvez, supomos, essa não explicitação tenha um sentido mesmo de silenciamento, ou pelo menos, de esquecimento, considerando-se como foram, em que situação e em que contexto político fora organizados e produzidos.

Enfatizamos, a partir desse nosso trabalho a importância desse acervo anarquista no AMORJ, tanto pela sua potencialidade e raridade em poucos arquivos brasileiros, quanto pela sua exclusividade no Rio de Janeiro, fato que pode proporcionar aos pesquisadores locais a investirem mais nesse assunto, podendo contar com um acervo de impressos anarquistas organizados e disponíveis em microfilmes.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar a presença dos seus impressos no AMORJ, a partir da sua trajetória, da fase de produção, passando pela de coleção, de organização e disponibilização. Com isso, analisamos essa trajetória, baseados em princípios arquivísticos de gestão de documentos, e dividimos os períodos de modo que estes documentos fariam parte de uma dessas fases de gestão e, principalmente, de momentos nos quais estes passavam a ter significados diferentes dos que tinham quando foram produzidos.

Assim, estes passaram por, pelo menos, quatro ressignificações: foram instrumentos de comunicação social e de divulgação dos trabalhadores e dos anarquistas, foram instrumentos de pesquisa e consulta privada e foram, por último, documentos históricos e de consulta e pesquisa pública. Além disso, cada fase de ressignificação fora marcada por agentes diferentes que manipularam tais documentos. Contudo, as suas ações configurariam formas de dominar, controlar e ordenar unidades discursivas, ou melhor, ordenar os discurso dos trabalhadores, através de um certo “discurso competente”, como nos apontou Kasumi Munakata.

O primeiro discurso competente seria o dos próprios anarquistas, que visavam liderar os trabalhadores numa caminhada rumo à supressão do Estado, da burguesia e da propriedade privada, entre outros. O segundo discurso competente seria o dos comunistas, que viam no controle dos trabalhadores e na sua liderança, a possibilidade de alcançar o poder político no Estado. A força motriz para tal feito seria justamente o apoio dos trabalhadores, por isso a importância do seu controle. Terceiro, seria o Estado corporativo e os chamados “trabalhistas”, que viam no controle social e na cooperação entre os mais diversos ramos de atividades o viés para o desenvolvimento do processo de industrialização brasileiro, baseados na tese que não haveria lutas de classes e que na cooperação entre patrões e empregados, a nação brasileira se desenvolveria harmonicamente. Mais uma vez aparece a figura do controle dos trabalhadores para tais feitos. Por último, o discurso intelectual e acadêmico acabaria por colocar essas unidades discursivas no âmbito público e competente para a tarefa de organizar e disponibilizar “cientificamente” os documentos dos trabalhadores. Esse último discurso competente possibilitaria a disponibilização e a segurança dos documentos, para todos, mas, principalmente, para os pesquisadores - que passariam a interpretar as lutas e as conquistas dos trabalhadores a partir de olhares científicos e disciplinares.

Foram fases e ressignificações que mudaram e que demonstraram que a noção sobre documentos mudaram, assim como a historiografia mudou, conforme a própria sociedade. Os novos significados foram possibilitados por um amplo processo histórico pelo qual passou a sociedade brasileira e foram sendo adaptados às suas condições estruturais e conjunturais ao longo de todo o século XX.

Nesse sentido, o que possibilitou, entre outras coisas, essa nossa análise, foi a percepção de possibilidades de se “olhar” os documentos - no trabalho de seleção e classificação de fontes históricas - para além do seu caráter informacional, mas pelo seu caráter de material produzido pelos homens, com historicidade, num momento específico, para fins específicos dos que os produziram, sendo um elemento singular de um momento singular. Assim nos propomos a entender a trajetória dos impressos – jornais, revistas, livros e artigos, produzidos pelos anarquistas (entre 1902 e 1922) e presentes no AMORJ (a partir de 1992). Analisamos a partir da conclusão que é possível lançar outros olhares sobre estes documentos

Verificamos, a partir de Marc Bloch, e Michel Foucault, Michel de Certeau e Jacques Le Goff - que têm posições diversas e insistem na historicidade e no sentido da preservação dos documentos -, estes podem ser produtos dos que os produziram e não apareceram por “decreto dos Deuses”¹⁴⁶; têm ligação e relação com os seus produtores e com o momento em que foram produzidos, além de visar utilização para aquele momento específico.

Confirmamos também, nesse estudo, que os documentos podem ser permeados por intencionalidades de propagação e perpetuação para outras gerações, onde as sociedades os produziram como uma imagem de si mesmas, impondo-a às gerações futuras - como avaliou March Bloch - assim como fizeram os grupos anarquistas. A partir desse ponto, os dois tipos de olhares balizaram nas análises. Passamos a compreender que o historiador deve avaliar e considerar a própria produção e utilização dos documentos e dos seus sentidos quando estes serviam aos que os produziram, tentando, entender os códigos e os signos das linguagens e discursos usados neles.

A nossa proposta, a partir de um olhar interdisciplinar do historiador, foi mostrar que, na seleção de fontes, pode-se gerar instrumentos de pesquisas com o objetivo de

¹⁴⁶ Marc Bloch. *A observação histórica*. In: *op. cit.* p. 83.

viabilizar pesquisas e fornecer acesso inteligível aos documentos que possam fazer parte do seu campo de abordagem e que construir esses instrumentos pode ser tarefa também do historiador. Por outro lado, proveniência pode ser mais enriquecida e refinada com o seu trabalho, afinal, tem domínio teórico e metodológico para essa tarefa.

Nosso interesse especial neste acervo, refere-se ao fato de serem documentos amplamente usados pelos historiadores que analisam os movimentos operários no Brasil e de serem um dos poucos no Brasil. Além disso, podemos dizer, a partir de levantamentos nos guias de outros arquivos, bibliotecas e centros de documentações locais, que é o único presente na cidade do Rio de Janeiro. Com isso organizamos informações sobre essa documentação – um dos produtos desse percurso -, através do "Índice dos Impressos Anarquistas na 'Coleção ASMOB' do AMORJ", que consta no anexo deste trabalho.

Como dissemos, analisamos a trajetória dos documentos impressos anarquistas presentes no AMORJ a partir das suas condições de produção e verificamos que neste momento eram instrumentos de comunicação social que visavam objetivos específicos como informar, formar, debater etc, discursos anarquistas para os operários urbanos. Esta especificidade nos levou a considerar que se eles existem hoje no AMORJ, não foi em decorrência de uma produção específica para a perpetuação, e sim para atender a uma necessidade de comunicação daqueles momentos, considerando-se que os meios impressos eram os principais na comunicação. Os anarquistas não produziram esses, entre outros impressos, para um dia chegarem ao AMORJ e aos pesquisadores. Se chegaram, foi por processos que ficaram alheios às vontades dos anarquistas e das suas gerações posteriores, que foi a preservação que Astrogildo Pereira fez. Esse fato também foi muito específico, pois ele foi um dos poucos comunistas que não sofreram radicalmente com as repressões do Estado antes de 1964, e com isso a coleção que guardava ficara também fora de perigo. Nesse primeiro momento procuramos analisar esses impressos como materiais que desempenharam funções específicas e que mereceram atenção para serem conservados para futuras consultas, como deve ter sido o caso de Astrogildo Pereira e de outros canais desenvolvidos para tal.

No sentido da conservação desses impressos, percebemos como a vida de Astrogildo Pereira poderia ter relação com a coleção de documentos, na medida em que os fatos que ocorriam com os militantes também poderiam ocorrer com seus objetos e pertences, incluindo os seus documentos. Verificamos que conforme Astrogildo passara

por processos de repressão que foram mais de ordem ocasionais, conjunturais do que de ordem sistemática - de políticas de segurança pública de um Estado assumidamente autoritário, como foi no caso do Estado Novo -, Astrogildo além de ficar livre de processos repressivos de maior desenvoltura, também conseguiu livrar sua coleção da sana do Estado. Durante esses anos vinte até meados dos anos 20 até meados dos anos 60, pareceu-nos que ele tenha colecionado os impressos porque em muitos atuou - justificando uma certa afinidade e a coleção destes -, além de poderem ser também instrumentos de informação e consulta - considerando-se que ele era jornalista e intelectual ligado ao PCB, aos trabalhadores e à Literatura.

Verificamos que a transferência da coleção para a Europa, após a sua morte e da sua esposa, decorreu de iniciativas de pesquisadores brasileiros que procuraram preservar os documentos que Astrogildo guardara por pelo menos 60 anos. Essas iniciativas parecem ter decorrido, também, de uma nova mentalidade acerca dos documentos e da História, quando os pesquisadores passaram a analisar os processos sociais a partir da leitura das diferenças, das multiplicidades, além disso, outra motivação pode ter sido as mudanças que ocorriam no sindicalismo brasileiro, que começava a questionar mais duramente e a se distanciar do Estado; por fim a inserção dos trabalhadores como atores sociais nas análises de historiadores, entre outros, possibilitaria também a atenção quanto preservação desses documentos, entre outros.

Nesse contexto, na Europa, considerando-se também o interesse de italianos pelas histórias dos movimentos operários no Brasil, da qual seus antepassados teriam participado – nesse passado muitos jornais foram editados no Brasil em italiano -, foi fundado o ASMOB, que procurou manter relações com os pesquisadores brasileiros e propondo a transferência ao Brasil. Nesse sentido esse arquivo acabava garantindo a preservação de documentos que poderiam ser usados em análises por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, mas que, pela distância geográfica, dificultava os seus trabalhos. Os historiadores usavam então o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) que era o que dispunha de documentos que os historiadores poderiam utilizar par seus trabalhos sobre os movimentos de trabalhadores.

Consideramos, também, que o “repatriamento” dos documentos ao Brasil e, vimos, que tanto os pesquisadores brasileiros, quanto às instituições universitárias, formularam projetos e iniciativas para transferir esses documentos para o país – perspectiva já apontada

pelo *Archivio Storico Del Movimento Operario Brasileiro* (ASMOB) desde a sua fundação. Esses projetos puderam ser realizados no contexto da abertura política e da redemocratização no país, além de novas propostas teóricas e metodológicas sobre os documentos e a História - apontadas por Michel Foucault, Michel de Certeau, José Honório Rodrigues, entre outros, principalmente nos anos 60 -, que vinham sendo incorporadas às pesquisas históricas, antropológicas e sociológicas sobre os trabalhadores brasileiros, entre outras, nos anos 80.

Neste sentido, a proveniência dos documentos do ASMOB, que contém o Arquivo de Astrogildo Pereira, que contém a coleção de impressos produzidos pelos anarquistas, assim como a trajetória - que envolveu a produção, a coleção, a preservação, a organização e a disponibilização - desta até a sua incorporação ao acervo do AMORJ foi o tema que nos interessou a estudar esses impressos com a possibilidade de podermos dar inteligibilidade à trajetória destes.

Procuramos avaliar também a presença desta documentação, ou similares, em outros arquivos da cidade do Rio de Janeiro - como o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a partir dos seus guias - e verificamos que está presente, com esse volume e potencialidade, somente no AMORJ. Daí, outra relevância do nosso tema.

Fizemos - a partir dos livros guias do CEDEM, do AMORJ e dos catálogos de documentos do ASMOB 82 e 83, além da revista *Memória e História*, editada pelo ASMOB - um levantamento dessa trajetória e, assim, dar inteligibilidade e organização às informações e, em último caso, às memórias que esses documentos/monumentos materializam.

Para finalizar esse trabalho - considerando de fundamental importância a socialização e a disponibilização das informações reunidas -, e como um dos produtos deste, elaboramos um índice - em anexo - que possibilita o acesso às informações sobre esses documentos anarquistas presentes no AMORJ.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de (coord.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ADDOR, Carlos Augusto. A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO (ASMOB). Catálogo 82. Milão: ASMOB / Fondazine Giangiacomo Feltrinelli, s/d.
- _____. Catálogo 83. Milão: ASMOB / Fondazine Giangiacomo Feltrinelli, s/d.
- _____. *Memória e História*. São Paulo, ASMOB / Ciências Humanas, nº 1, 1981.
- ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (AMORJ). Partido Comunista Brasileiro. Os anos de formação. (1922 – 1929). Rio de Janeiro: AMORJ / UFRJ, 1994.
- _____. Partido Comunista Brasileiro (1929-1935). Rio de Janeiro: AMORJ/UFRJ, 1995.
- _____. Guia. Rio de Janeiro: AMORJ / UFRJ, 1998.
- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Extrato do Índice Geral de Documentos Existentes na Seção de Impressos e Manuscritos do Patrimônio Histórico e Artístico. Guanabara: Secretaria de Educação e Cultura, 1971.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Guia Geral dos Fundos do Arquivo Nacional / coord. Geral: Jaime da Silva e Victor Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Estado de Justiça e Interior, 1997.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. As Fronteiras da Documentação. *Cadernos Fundap*. São Paulo, ano 4 nº 8, abril de 1984.
- BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários etnocêntricos. In: Arquivo Edgard Leuenroth. Anarquismo e Anarquistas. *Cadernos AEL*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth / IFCH / UNICAMP, v. 8/9, 1998.

- BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal. A era Vargas acabou?. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s/d.
- CARONE, Edgard. Classes Sociais e Movimento Operário. São Paulo: Ática, s/d. (série Fundamentos 40)
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (CEDEM). Guia. São Paulo: CEDEM / Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: _____. A Escrita da História. Tradução Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, s/d. _____ . *Fazer com: usos e táticas*. In: _____. A Invenção do Cotidiano. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DECCA, Edgar Salvatori de. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981. Dois Pontos, 1986.
- DULLES, John Foster. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ESPOSEL, José Pedro. Arquivos: uma questão de ordem. Niterói: Muiraquitã, 1994.
- FAUSTO, Bóris. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.
- FERREIRA, Jorge. *Introdução*. In: _____ (org.). O Populismo e sua História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. _____ . A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 9 ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2003.
- GARCIA, Marco Aurélio. A Memória Nacional Aprisionada. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*: Rio de Janeiro, nº 21, 1986.
- GÓES, Maria da Conceição Pinto de. Formação da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro - Distrito Federal - e as Promessas Anarquistas. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

- GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- _____. História e Historiadores. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- INDOLFO, Ana Maria; CAMPOS, Ana Maria Varela Cascardo & outros. Gestão de Documentos. Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- JARDIM, José Maria. Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil. Niterói: Eduff, 1995.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Editora Unicamp, 1996.
- LIMA, João Alves de; BALCÃO, Nilde. Italianos e Movimento Operário. *Tempo e Presença*: São Paulo, julho de 1988.
- MACIEL, Maria Lúcia. O Milagre Italiano. Caos, crise e criatividade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- MARTINS, Carla Guedes. Revista do Trabalho. Uma contribuição para o direito do trabalho no Brasil. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Mestrado em História), 2000.
- MONTALVÃO, Cláudia S. A. . Anarquismo e Cultura: um estudo da experiência libertária no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução ao Direito do Trabalho. 7. ed. São Paulo; LTr, 1995.
- MUNAKATA, Kasumi. A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NOVOS RUMOS. Documentos que retornam do exílio. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Instituto Astrogildo Pereira, nº 23 ano 9, 1994.
- PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945). A virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- RIBEIRO, Fernanda. Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto / Arquivo Histórico, 1996.
- RODRIGUES, Edgar. Pequena História da Imprensa Social no Brasil. s/l: Editora Insular, 1997.
- RODRIGUES, José Honório. A Pesquisa Histórica no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

- _____. A Teoria da História do Brasil. Introdução metodológica.
São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Introdução.* In: _____. Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores e militância sindical. A relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964).* In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- SILVA, Armando Malheiros; RIBEIRO, Fernanda e outros. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Volume 1. Porto: Afrontamentos, 1999.
- SODRÉ, Nelsom Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TOLETO, Edilene Teresinha. Em torno do jornal "O Amigo do Povo": os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. In: Arquivo Edgard Leuenroth. Anarquismo e Anarquistas. Cadernos AEL. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth / IFCH / UNICAMP, v. 8/9, 1998.
- TRONCA, Ítalo. Revolução de 30. A dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- VEJA. Onde Está o Passado?. *Veja:* São Paulo 4 de agosto de 1976.
- VIANA, Luís Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Anexo

Índice dos impressos anarquistas na "coleção ASMOB" do AMORJ

A construção deste índice procurou preservar a notação original, produzida pelo ASMOB – respeitando a indivisibilidade e proveniência dos fundos, conforme fez o AMORJ. Esta notação é o código que indica a localização dos documentos no acervo, sendo importante informarmos também esse aspecto, para que esse trabalho não seja uma mera relação de impressos. Nessa perspectiva, trazemos informações básicas (título, subtítulo, local, direção, colaboradores e periodicidade – semanais, mensais, bimestrais, semestrais etc) sobre cada um dos títulos.

Jornais e revistas**G 1**¹⁴⁷

AMIGO DO POVO - *Periódico Anarquista* - São Paulo. SP

Direção: Neno Vasco

Colaboradores: A. Donati, A. Cerchi, Motta Assunção etc.

Coleção: nº2 (5.1902) - nº4 e nº10 (8.1902)

Periodicidade: semanal

A VANGUARDA - *Jornal Socialista de Combate. Periódico Anarquista* - Rio de Janeiro

Direção: Motta Assunção

Colaboradores: Ulysses Martins, Cesar Mendes, Pedro Rabelo etc.

Coleção: nº1 (5.1911) - nº20 (9.1911)

Periodicidade: semanal

LA BARRICATA (em italiano) - *Periódico Anárquico* - São Paulo. SP

Direção: Oreste Ristori e Rodolfo Felipe

Colaboradores: Gigi Damiani, Adolfo Magno, Ausonio Airate, Erico Malatesta etc.

Coleção: nº225 (8.1909); nº389 (3.1913) - nº408 (8.1913)

Periodicidade: semanal

GERMINAL - *Jornal Anarquista* - São Paulo. SP

Administração: R. Felipe

Colaboradores: Florentino de Carvalho, Astrogildo Pereira, Miranda Júnior etc.

Coleção: nº1 (3.1913) - nº20 (8.1913)

Periodicidade: quinzenal

G 2

A GUERRA SOCIAL - *Periódico Anarquista* - Rio de Janeiro. RJ

Administração: João Arzua

Colaboradores: Gigi Damiani, Neno Vasco, Polidoro Santos, Abranches de Rocha, Luigi Molinari

Coleção: nº1 (6.1911) - nº32 (10.1912)

¹⁴⁷ Obedecemos a notação que consta no catálogo 82 do ASMOB, editado em Milão, Itália. Nesse sentido, G significa grupo de microfilmes por bobina de 35 ou 16 mm, que, no nosso caso abrange de G1 a G40. Ver ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILEANO (ASMOB). Catálogo 82. Milão: ASMOB/Fondazine Giangiacomo Feltrinelli, s/d.

Periodicidade: quinzenal

A VOZ DO TRABALHADOR - *Órgão da Confederação Operária Brasileira* (tendência anarquista) - Rio de Janeiro

Direção: s/i

Colaboradores: Rozendo dos Santos, Neno Vasco, Astrogildo Pereira, João Leuenroth, Santos Barbosa etc.

Coleção: nº22 (1.1913) - nº71 (6.1915)

Periodicidade: quinzenal

G 3

A REBELIÃO - *Semanário de Propaganda Socialista-Anarquista. Escrito por trabalhadores para os trabalhadores* - São Paulo. SP

Direção: não é descrito

Colaboradores: João Crispim, Florentino de Carvalho, Astrogildo Pereira, Primitivo Soares etc.

Coleção: nº1 (5.1914) - nº6 (6.1914)

Periodicidade: semanal

NA BARRICADA - *Jornal de Combate e Crítica Social. Periódico Anarquista* - Rio de Janeiro. RJ.

Direção: Orlando Corrêa Lopes

Colaboradores: Maurício de Lacerda, José Oiticica, Hermes Fontes, Fábio Luz, Sampaio Ferraz etc.

Coleção: 1915 (nº11, ago. - nº22, nov.) - 1916 (nº1, jan. - nº4, mai)

Periodicidade: semanal

LA GUERRA SOCIALE (em italiano) - *Periódico Anárquico* Pubblicasi per Sottoserizione
Volontaria- São Paulo. SP

Direção: s/i

Colaboradores: Florentino de Carvalho, Gigi Damiani, Carlo Molaschi, Francesco Cianci, Primitivo Soares

Coleção: nº17 (4.1916) - nº20 ; nº25; nº26; nº28; nº38; nº40; nº42; nº44; nº46; nº49; nº52; nº54; nº56 (8.1917)

G 4

A VIDA - *Publicação Mensal Anarquista* - Rio de Janeiro. RJ

Direção: Orlando Corrêa Lopes

Colaboradores: José Oiticica, Fábio Luz, Francisco Viotti, Adelino de Pinho, Efren Lima, Polidoro Santos, Astrogildo Pereira etc.

Coleção: nº1 (11.1914) - nº7 (5.1915)

Periodicidade: mensal

A LUTA - *Publicação Semanal do Grupo Iconoclasta* - Pelotas. RS

Direção: s/i

Colaboradores: Abílio Nequet, Otávio Sans, Victor Rossumano, Antônio Gariboni

Coleção: nº1 (2.1916) - nº7 (3.1916)

Periodicidade: semanal

G 5**TRIBUNA DO POVO** - *Órgão dos Interesses do Povo* - Viçosa. MG

Direção: Antônio Canellas

Colaboradores: Aurelino Corvo e José Oiticica

Coleção: nº1 (8.1916) - nº18 (1.1917)

Periodicidade: semanal

O COSMOPOLITA - *Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Cafés, Bares e Classes Congêneres*
(tendência anarco-sindicalista) - Rio de Janeiro. RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Astrogildo Pereira, Celso Garcia, Orestes Barboza, José Oiticica, Rodrigues Martins

Coleção: nº1 (10.1916) - nº39 (8.1918)

Periodicidade: semanal

G 6**A PLEBE** - São Paulo. SP

Direção: Edgard Leuenroth

Colaboradores: Astrogildo Pereira, Antônio Bernardo Canellas, Octávio Brandão, Neno Vasco, Gigi Damiani, Fábio Luz, Adelino de Pinho etc.

Coleção: 1917 (nº1, jun. - nº19, out.); 1919 (nº6, mar. - nº10; nº20; nº22; nº43; nº54; nº56; nº57; nº62); 1920 (nº76); 1921 (nº110, mar. - nº112; nº114; nº119; nº121; nº126); 1922 (nº177,mar.- nº192, out.)

Periodicidade: quinzenal

LIBERDADE - *Periódico de Crítica Social e Noticioso* - Rio de Janeiro. RJ

Direção: Pedro Matera

Colaboradores: Carlos Dias, José Oiticica, Fábio Luz, Lirio Rezende, Rui Gonçalves

Coleção: nº5 (9.1917); nº15; nº17;nº25; nº31; nº33 (8.1919)

Periodicidade: quinzenal

G 7

CRÔNICA SUBVERSIVA - *Comentários sobre a Revolução Soviética e a Realidade Brasileira* - Rio de Janeiro. RJ

Direção: Astrogildo Pereira

Coleção: nº1 (6.1918) - nº16 (10.1918)

Periodicidade: semanal

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA - São Paulo. SP

Direção: João Penteadó

Colaboradores: Astrogildo Pereira e Adelino de Pinho

Coleção: nº1 (10.1918) - nº3-4 (5.1919)

Periodicidade: irregular

O JERMINAL - *Quinzenário Comunista* (“Grupo Operário de Semeadores” - tendência anarquista) - Rio de Janeiro. RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Luiz Palmeira, Dionisio Garcia, Pedro Rangel, Corrêa Lopes etc.

Coleção: nº1 (5.1919) - nº4 (6.1919)

Periodicidade: semanal

A AURORA - *Panfleto de Crítica Social* - Petrópolis. RJ

Direção: Santos Júnior

Colaboradores: Fábio Luz, Gomez Leal, Américo Falheiro, José Oiticica, Nestor Victor

Coleção: nº1 (7.1919) - nº3 (9.1919)

Periodicidade: mensal

A REVOLTA - *Propriedade do Grupo “Aurora Libertária”* - Pará

Direção: Marques da Costa

Coleção: nº1 (7.1919) - nº8 (10.1919)

Periodicidade: semanal

G8

TRIBUNA DO POVO - *Órgão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco* - Recife. PE

Direção: s/i

Colaboradores: Francisco Arouca, Zeno Vaz, Neno Vasco, Narciso Lemos, Octávio Brandão, Astrogildo Pereira

Coleção: nº2(3.1918) - nº56 (8.1919)

Periodicidade: semanal

ALBA ROSSA - Periódico Settimanale Libertario - São Paulo. SP

Direção: Angelo Bandoni

Colaboradores: S. Antonelli, E. Ferreira, C. Borgomoni, F. Escludellario

Coleção: nº1 (1.1919) - nº23 (5.1920)

Periodicidade: semanal

SPARTACUS - Rio de Janeiro. RJ

Direção: Astrogildo Pereira

Colaboradores: Astrogildo Pereira, Octávio Brandão, Antônio Bernardo Canellas, José Oiticica, Neno Vasco, Pedro Rangel, Aurelio Corvino

Coleção: nº1 (8.1919) - nº23 (1.1920)

Periodicidade: semanal

G 9

A RAZÃO - Órgão dos Empregados de Estradas de Ferro, do Operariado em Geral e de Interesses Locais e de Zona (publicação anarquista e anti-clerical)- Bauru. SP

Redator-proprietário: A. Suarez

Colaboradores: s/i

Coleção: nº35 (8.1919) ; nº38 - nº43 (11.1919)

Periodicidade: quinzenal

A HORA SOCIAL - Órgão da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco - Recife. PE

Direção: Syndolfo Correia

Colaboradores: s/i

Coleção: nº1 (10.1919) - nº5; nº10; nº11; nº17; nº20 - nº26; nº51; nº60; nº61; nº64; nº70 - nº72; nº74; nº76; nº78; nº80; nº83; nº88; nº90; nº92 (11.1920)

Periodicidade: semanal

G 10

O EXTREMO NORTE - União, Labor e Liberdade (tendência anarco-sindicalista) - Manaus. AM.

Direção: N. Pimentel

Colaboradores: Maurício de Lacerda, Jayme de Medeiros, José Florindo

Coleção: nº13 (4.1920); nº16; nº19 - nº22; nº37; nº41 (10.1920)

Periodicidade: semanal

G 11

FOLHA DO POVO - Órgão das Classes Trabalhadoras - Santa Maria. RS

Direção: M. de Gusmão

Colaboradores: s/i

Coleção: n°3 (7.1920); n°4; n°9; °11 - n°13 (9.1920)

Periodicidade: quinzenal

BOLETIM DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO - Niterói. RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Deoclecio A. Azevedo, Antônio A. de Azevedo, J. Velho, A. Marques

Coleção: n°5 (6.1921) - n°8 10.1921)

Periodicidade: mensal

G 12

A ALVORADA - *Porta-Voz das Classes Operárias* (socialista-associativa - propriedade do Grêmio de Instrução Proletária) - Petrópolis. RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Astrogildo Pereira, José Oiticica, Ada Alves, Américo Falleiro, Fábio Luz

Coleção: n°1 (3.1921); n°2; n°4 - n°7; n°9; n°10 e n°14 10.1921)

Periodicidade: quinzenal

REVISTA LIBERAL - *Estudo e Crítica Social. Livre Pensamento. Racionalismo* - Porto Alegre. RS

Direção: s/i

Colaboradores: José Veríssimo, Fábio Luz, Octávio Brandão, José Oiticica, Everardo Dias, Marques Guimarães, Agostinho Hamon, Viana de Carvalho, Mário d'Albor

Coleção: n°2 (4.1921) - n°13 6.1922)

Periodicidade: mensal

A VANGUARDA - *Jornal do Povo Trabalhador* - São Paulo. SP

Direção: s/i

Colaboradores: Astrogildo Pereira, Everardo Dias, Adalberto Vianna, Ruy Ribas etc

Coleção: n°1 (2.1921) - n°13 (6.1922)

Periodicidade: mensal

G 13

O SYNDICALISTA - *Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul* - Porto Alegre. RS

Redator: Orlando Martins

Colaboradores: Silva Junior, Mário da Silveira

Coleção: 1921 (n°5, mai.); 1925 (n°6, out. -n°9, nov.); 1926 (n°2, mai.)

Periodicidade: quinzenal

G15

A VOZ DA UNIÃO - *Porta-voz dos Empregados em Cafés, Bares e Anexos. Editado pelo grupo "Jovens do Futuro"* * Fábio Luz debate com Astrogildo Pereira - São Paulo. SP

Direção: s/i

Colaboradores: s/i

Coleção: nº3 (7.1922); nº6; nº8 e nº10 (1.1923)

Periodicidade: quinzenal

G 34

A SEMENTEIRA - *Crítica e Sociologia. Publicação Mensal Ilustrada. Lisboa. Portugal*

Direção: Hilário Marque

Artigos: Oreste Ristori, Pietro Gori, Errico Malatesta, Neno Vasco, Francisco Ferrer, Piotr Kropotkin

Coleção: nº1 (9.1908) - nº52 (2.1913); nº1 (2ª fase, 1.1916) - nº41 (8.1919)

Periodicidade: mensal

G 35

LES TEMPS NOUVEAUX - *Ex Journal "La Révolte". Paris. França*

Direção: s/i

Colaboradores: Piotr Kropotkin, Errico Malatesta, Max Nettlau, J. Grave, Aristides Pratelle, Paul Reclus, Noel Demeure

Coleção: nº37 (1.1909); nº20 (1910); nº16 (1911); nº18; nº189; nº21 (1911) - nº5 (1912); nº7 - nº9; nº11; nº18; nº21 - nº24; nº26; nº28; nº30 - nº42; nº45 - nº47; nº49 - nº2 (1913); nº4; nº37 1914) - nº40; nº4 (1914)

Periodicidade: semanal

G 37

A AURORA - *Periódico Anarquista - Porto. Portugal*

Editor: Maciel Barbosa

Artigos: Neno Vasco, Alfredo Guerra, Clemente Vieira dos Santos, Piotr Kropotkin, Errico Malatesta

Coleção: nº137 (2ª fase, 3.1913) - nº140; nº152; nº163; nº166; nº207; nº211 - nº214; nº216 - nº221; nº223 - nº269 10.1915); nº1 (3ª fase, 10.1915) - nº20; nº46 - nº47 (9.1916)

Periodicidade: semanal

G 38

O DESPERTAR - *Mensário das Juventudes Socialistas (periódico anarquista) - Lisboa. Portugal*

Direção: Manuel de Figueiredo

Artigos: Piotr Kropotkin, Gustavo Herve, Neno Vasco

Coleção: nº4 (12.1914) - nº10 (10.1915)

Periodicidade: bimestral

LUZ AO POVO - *Folha Operária Comunista-Anarquista* - Coimbra. Portugal

Direção: Amadeu Neves

Colaboradores: A. Simões, Gonçalves Correia, Augusto Spies

Coleção: nº1 (3.1920) - nº3 (11.1920)

Periodicidade: quadrimestral

G 39

LA OBRA - *Publicacion Quincenal Ilustrada*. Suplemento de "La Protesta" - Buenos Aires. Argentina

Direção: R. F. Gil

Colaboradores: Elilas Albert, Octavio Mirbeau, Luiz A. Rezzano, Emilio Zola

Coleção: nº1(6.1915) -nº6 (12.1915)

Periodicidade: quinzenal

G 40

ACCION LIBERTARIA - Gijon. Espanha

Direção: s/i

Colaboradores: Emma Goldman, Vicente Blanco, Salvador Suarez, José Chueca

Coleção: nº30 (8.1915) - nº46 (1.1916)

Periodicidade: irregular

G B1

NÃO MATARÁS - *Órgão da Liga Antimilitarista Brasileira* - Rio de Janeiro, RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Maurício de Medeiros, Avelino Foscolo

Coleção: 1908 (nº3, dez.)

Periodicidade: s/i

A LUTA - *Órgão da União Operária Internacional* - Porto Alegre. RS

Direção: s/i

Colaboradores: Hélio Fulgente, Rozendo dos Santos, Maximo Evidente

Coleção: nº39 (11.1908); nº44; nº55; nº1 (3.1918) - nº3 (10.1918)

Periodicidade: s/i

VOZ DO TRABALHADOR - *Órgão da Confederação Operária Brasileira* - Rio de Janeiro. RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Manuel Moscoso, José Martins, Mota Assunção

Coleção: nº10 (5.1909); nº12; nº13 - nº15 (7.1909)

Periodicidade: quinzenal

A LANTERNA - *Anti-Clerical e de Combate* - São Paulo. SP

Direção: Edgard Leuenroth

Colaboradores: Neno Vasco, C. de Lipe, Benjamin Mota

Coleção: nº257 (8.1914) - nº263; nº295 - nº (5.1915)

Periodicidade: semanal

A VOZ DO TRABALHADOR - *Órgão da Liga Operária Internacional* - Poços de Caldas. MG

Direção: Foseo Pardini

Colaboradores: Manoel D'Arriga, José Bacelar, Antônio Abranches, A. Vizoto

Coleção: nº1 (7.1916); nº10 (8.1917)

Periodicidade: s/i

O METALÚRGICO - *Órgão Oficial da União Geral dos Metalúrgicos* - Rio de Janeiro. RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Olyntho Rabelo, M. Couto, Paschoal Gravina, Joaquim Alves Carneiro

Coleção: nº1 (5.1918)

Periodicidade: s/i

PRIMEIRO DE MAIO - *Órgão de Centro Artístico Cearense* - Fortaleza. CE

Direção: s/i

Colaboradores: Alves de Oliveira, Gastão Josta, Marcos da Silva, Rufino Barroso

Coleção: nº69 (5.1918)

Periodicidade: s/i

JORNAL DO POVO - *Semanário Independente* - Belém. PA

Direção: Alberto Martins

Colaboradores: Ramiro Coelho, G. Gomes, Guerra Junqueiro, Mavius Justus, David Otoni

Coleção: nº16 (8.1918); nº17; nº19; nº20 - nº22 (9.1918)

Periodicidade: semanal

A VANGUARDA - *Semanário de Defesa Operária* - Recife. PE

Direção: s/i

Colaboradores: Lenino Ramos, Renato Murtinho

Coleção: nº1 (9.1919)

Periodicidade: semanal

A VOZ DO TRABALHADOR - Sorocaba. SP

Direção: Jacintho Alcides

Colaboradores: J. Abides, Abdul-Baha, E. Moreno, Zoroastro, F. de Carvalho

Coleção: nº1 (9.1919)

Periodicidade: s/i

A DOR HUMANA - Órgão da União Geral dos Trabalhadores - Bagé. RS

Direção: João Wailer

Colaboradores: Manuel Ribeiro, João Gomes, J. Mendes

Coleção: nº1 (10.1919) - nº6 (11.1919)

Periodicidade: semanal

O GRITO OPERÁRIO - Órgão Semanal da Liga Operária da Construção Civil e do Operariado em Geral

- São Paulo. SP

Direção: José Rodrigues

Colaboradores: Maria A. Soares, José Martins, J. Bueno

Coleção: nº1 (12.1919); nº7; nº8 - nº13 (3.1920)

Periodicidade: quinzenal

O METALÚRGICO - Órgão Oficial da União dos Operários Metalúrgicos - São Paulo. SP

Direção: s/i

Colaboradores: Claudio de Azas, Arsenio Palacios

Coleção: nº7 (7.1920) - nº9 9.1920)

Periodicidade: mensal

O ESCRAVO - Periódico Consagrado à Defesa dos Trabalhadores e Órgão da Federação Operária de

Alagoas - Maceió. AL

Direção: s/i

Colaboradores: s/i

Coleção: nº1 (10.1920) - nº3 (11.1920)

Periodicidade: três vezes por mês

1º DE MAIO - São Paulo. SP

Direção: s/i

Colaboradores: s/i

Coleção: único número (5.1920)

Periodicidade: s/i

A VANGUARDA - *Órgão da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco* - Recife. PE

Direção: s/i

Colaboradores: Octavio Brandão

Coleção: nº4 (10.1920)

Periodicidade: s/i

O LIBERTÁRIO - *Ed. da "Aliança Anarquista"* - São Paulo. SP

Direção: s/i

Colaboração: Clemente Vieira dos Santos, Rosa Mactavine, J. Bueno, P. Gutierrez, Joaquim Gonçalves

Coleção: nº1 (1.1922) - nº4 (2.1922)

Periodicidade: quinzenal

RENOVAÇÃO - *Revista Mensal, Comunista-Anarquista* - Rio de Janeiro. RJ

Direção: s/i

Colaboradores: Carlos Dias, Líro Rezende, Fábio Luz, Santos Barbosa, Neno Vasco

Coleção: nº4 (2.1922) - nº6 (4.1922)

Periodicidade: mensal

AÇÃO DIRETA - *Semanário Anarquista* - Rio de Janeiro. RJ

Direção: José Oiticica

Colaboradores: Manoel Peres, P. Ferreira da Silva, José Romero

Coleção: nº2 (4.1946); nº4; nº5; nº7 - nº9; nº11; nº13; nº15; nº16; nº19; nº20; nº27; nº28; nº31; nº35; nº42; nº46; nº98; nº99; nº101-106; nº108 - nº132 e nº134 (5.1959)

Periodicidade: semanal

Livros e artigos

Antônio Ribeiro de Macedo - **QUESTÃO SOCIAL - A MISÉRIA É OU NÃO POSSÍVEL DE EVITAR?**
n.pl. 1903, 49 pp.

Saverio Merlino - **PORQUE SOMOS ANARQUISTAS?** São Paulo, 1904, 31 pp.

CONTRA A IMIGRAÇÃO. São Paulo, Ed. La Battaglia, 1906, 27 pp.

Adelino de Pinho - **PELA EDUCAÇÃO E PELO TRABALHO** - Conferência Lida na Liga Operária de Campinas. Porto, 1908, 24 pp.

Cezar Mendes - **O SORTEIO MILITAR**. Rio de Janeiro, 1908, 14pp.

Henrique Malatesta - **PROGRAMA SOCIALISTA-ANARQUISTA REVOLUCIONÁRIO**. São Paulo, Aurora e Libertas, 1910, 25 pp.

RUBRO CANTARES - Letras de Músicas Anarquistas. n.pl., (1911), 8 pp.

José do Valle - **A REVOLUÇÃO BURGUESA E A REVOLUÇÃO SOCIAL**. Lisboa, 1911, 15 pp.

Federação Operária do Rio Grande do Sul - **ESTATUTOS**. Porto Alegre, 1911, 6 pp.

A CONFISSÃO. São Paulo, Biblioteca Lanterna, 1911, 15 pp.

Paulo Berthelot - **O EVANGELHO DA HORA**. São Paulo, Aurora e Liberta, 1911, 32 pp.

Emílio Costa - **AÇÃO DIRETA E AÇÃO LEGAL** - Conferência Realizada pelo Autor na Casa Sindical em 31/12/1911. Lisboa, U.A.C.L., 1912, 42 pp.

Liga do Operariado do Distrito Federal - **ESTATUTOS** . Rio de Janeiro, L.O.D.F., 1913, 15 pp.

Neno Vasco - **AS DOCTRINAS LIBERTÁRIAS** - Breve Exposição e Definições. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1913, 8 pp.

Padre Manoel Pinto dos Santos - **O OPERÁRIO** - Com Aprovação Eclesiástica. n.pl., 1914, 63 pp.

Confederação Operária Brasileira - **OPERÁRIOS DO BRASIL**. Rio de Janeiro, 1914, COB, 8 pp.

José Augusto de Castro - **MENSAGEIRO DA MORTE** - Poemeto Anti-Jesuítico. São Paulo, O Livre Pensador, 1914, 12 pp.

Congresso Internacional Pró-Paz. Ferrol, 1915. **RELATÓRIO DO DELEGADO DA U.O.N. (2º SECCÃO)** . Porto, União Operária Nacional, 1915, 15 pp.

Jorge Thonar - **O QUE QUEREM OS ANARQUISTAS?** Rio de Janeiro, Jerminal, 1918, 12 pp.

Astrogildo Pereira Duarte da Silva - Pseud. Alex. Pavel - **A REVOLUÇÃO RUSSA E A IMPRENSA** . Rio de Janeiro, 1918, 16 pp.

Fábio Luz - **A INTERNACIONAL NEGRA**. Rio de Janeiro, Liga Anti-Clerical, 1919, 16 pp.

Astrogildo Pereira Duarte Silva - **DITADURA POLICIAL**, Rio de Janeiro, 1919, 17 pp.

José Saturnino de Britto - **AS CAIXAS RURAIS SÃO AS CÉLULAS DO NOSSO PROGRESSO**. Rio de Janeiro, Revista Tribunaes, 1920, 80 pp.

A. D. Mesquita Pimental - **O PROBLEMA DAS GREVES**. Rio de Janeiro, Ed. de Leite Ribeiro & Maurillo, 1920, 40 pp.

Adelino de Pinho - **QUEM NÃO TRABALHA NÃO COME**. São Paulo, Cooperativa Gráfica Popular, 1920, 40 pp.

União dos Operários em Construção Civil - **HISTÓRICO** - 18.3.1917 à 31.12.1919. Rio de Janeiro, 1920, 30 pp.

Antônio Bernardo Canellas - **UMA OBRA NECESSÁRIA** - Recife, 1920, 43 pp.

Ibsen Brand - **DESPERTAR!** - Verbo de Combate e de Energia. Rio de Janeiro, 1920, 15 pp.

Astrogildo Pereira Duarte Silva - **A GREVE DA LEOPOLDINA**. Rio de Janeiro, Spartacus, 1920, 32 pp.

Nogueira de Brito - **SANGUE FIDALGO**. Lisboa, Batalha, 1921.

Mario Domingues - **HUGO, O PINTOR**. Lisboa, Batalha, 1921.

Sobral de Campos - **DOIS TIROS**. Lisboa, Batalha, 1921.

Augusto Machado - **IMPOSSÍVEL REDENÇÃO**. Lisboa, Batalha, 1921.

Angelo Bandoni. **LA FATALITÀ STORICA DELLA RIVOLUZIONE**. S. Paolo (Brasile), 1921, 38 pp.

Manoel Perdigão Saavedra - **MEMÓRIAS DO EXÍLIO**. Santos, Empresa Editora de Publicações, 1921, 80 pp.

União dos Operários em Construção Civil - **REFUTANDO AS AFIRMAÇÕES MENTIROsas DO GRUPO COMUNISTA**. Rio de Janeiro, 1922, 8 pp.

Liga Artístico-Operária Norte Rio Grandense - **RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 7.1.1923**. Natal, 1923, 20 pp.

Legião Revolucionária de São Paulo - **PROGRAMA PARTIDÁRIO**. São Paulo, 1931, 16 pp.

José Neves - **CONQUISTEMOS A ESCOLA**. Conferência realizada na Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro, em torno do manifesto da Nova Educação. Rio de Janeiro, Liga Anti-Clerical, 1932, 26 pp.

Barão do triunfo - **O CLERICALISMO E SEUS MALEFÍCIOS**. São Paulo, Associação de Propaganda Liberal, 1934, 19 pp.

